ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 4/2026

------- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Sala da Assembleia Municipal, pelas catorze horas e trinta e nove minutos, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto, secretariado pelos Senhores Deputados Ana Luísa Cardoso Ribeiro, e Francisco Martins Ferreira, na qualidade de Primeiro e Segundo Secretários, respetivamente, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos. ----------

I - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026
b) Informações e leitura resumida do Expediente
c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir
d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

II - PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"

III- PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

Ponto 1 - Discussão e votação da Moção apresentada pelo deputado único do Partido Político Chega: "Transferência imediata do antigo Centro de Saúde de Gouveia para ampliação do Museu do Automóvel".

Ponto 2 - Discussão e votação da Recomendação apresentada pelo deputado único do Partido Político Chega: "Revisão e Atualização do Código de Posturas Municipal".

Ponto 3 - Discussão e votação da Proposta de Contas Consolidadas do Ano de 2025.

Ponto 4 - Discussão e votação da Proposta de Aprovação dos Valores dos Apoios às Atividades a Desenvolver pelas Juntas de Freguesia do Concelho de Gouveia – Fase II.

Ponto 5 - Discussão e votação da Proposta de Transferência de Competências do Município de Gouveia para os Órgãos das Freguesias.

Ponto 6 - Discussão e votação da Proposta de Não-transferência da Competência prevista na alínea m) do nº 1 do art. 2º do Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril do Município de Gouveia para os Órgãos das Freguesias.

Ponto 7 Discussão e votação da Proposta de Não-transferência das Competências do Município para o Órgão da Freguesia de Gouveia.

Ponto 8 Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Estratégias de Reabilitação Urbana (ERUS) das ORUS Simples das ARUS de Aldeias, Arcozelo da Serra, Cativelos, Figueiró da Serra, Folgosinho, Freixo da Serra, Lagarinhos, Mangualde da Serra, Melo, Nabainhos, Moimenta da Serra, Nabais, Nespereira, Novelães, Passarela, Paços da Serra, Póvoa da Rainha, Ponte Nova, Ribamondego, Rio Torto, S. Paio, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra, Vila Nova de Tazem e Vinhó.

Ponto 9 Discussão e Votação da Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia à Associação Cultural e Desportiva Aldeense.

Ponto 10 Discussão e Votação da Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia ao Centro Recreativo Cativelense.

Ponto 11 Discussão e Votação da Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia a Joaquim Renato Araújo.

Ponto 12 - Apreciação das seguintes Informações do Senhor Presidente da Câmara:

I. Informação acerca da Atividade da Câmara

II. Informação dos trabalhos efetuados pelos Serviços

III. Informação da Situação Financeira

------- Considerando a ausência da Primeira Secretária da Mesa, Ana Paula Morgado Mendes, exerceu estas funções, a Sr.ª Deputada Ana Luísa Cardoso Ribeiro, Segunda Secretária, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal designado o Sr. Deputado Francisco Martins Ferreira para assunção das funções de Segundo Secretário, ao abrigo do n.º 3, do art.º 46.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. ----------

------- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as trinta e seis (36) presenças: ----------

------- António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto (PPD/PSD), João José Amaro (PS), Ricardo Filipe Morgado Sousa (PPD/PSD), Pedro António Morais Pacheco (PS), Carlos Alberto da Cunha Gomes da Costa (PPD/PSD), Maria de Fátima Clemente Lima (PS), Luís Filipe Ferrão Brito (PPD/PSD), Pedro José Maltez Amaral (PS), Diogo Filipe Guerra dos Santos (PPD/PSD), Carla Sofia da Silva Ferreira Cardoso (PS), Jaime de Jesus dos Santos Freitas (PPD/PSD), Pedro Henrique Almeida Caramelo (PS), Francisco Martins Ferreira (PPD/PSD), Armindo Correia Bezerra

(Partido Politico Chega), Joana Catarina Garrido Ferreira (PS), João Tiago Menezes Ferreira (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Ana Luísa Cardoso Ribeiro (PPD/PSD), Susana Isabel Figueiredo Amaral (PS), Rodrigo Manuel Gaspar Pinto (PPD/PSD), Paulo Jorge Lopes de Sá (PS), Valdemar José Brites Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo (Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos), João Pedro Ramos Gouveia, (Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho), Nuno Filipe Pereira Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), António de Jesus Viegas Nogueira (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Regina Maria Mota Nogueira (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Rui Pedro Abrantes Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Ricardo Miguel Mendes Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra), João Manuel Costa Ferrão (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem), Rogério Manuel Lourenço Neves (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Paulo Alexandre da Costa Pereira Cairão (Presidente da União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Jorge Miguel Tavares Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia), Lara Andreia Gonçalves Tavares Louro (Representante legal do Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais), Eunice Maria de Jesus Lopes (Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó) e José Manuel Mendes Batista Sancho (Presidente da União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos).----------

------- Informaram os Senhores Deputados, Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (PPD/PSD), António José Ferreira Machado (PPD/PSD) e Ana Paula Alves Morgado Mendes(PPD/PSD) via correio eletrónico, as suas ausências na presente sessão, tendo solicitado a respetiva substituição, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.----------

------- Assim, no seguimento dos pedidos de substituição apresentados, ao abrigo do n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foram convocados os membros seguintes na ordem da respetiva Lista do PPD/PSD à eleição da Assembleia Municipal de Gouveia, nas Eleições Autárquicas 2025, cabendo as respetivas substituições a:----------

- Carlos Alberto da Cunha Gomes da Costa (PPD/PSD), Luis Filipe Ferrão Brito (PPD/PSD), e Jaime de Jesus dos Santos Freitas (PPD/PSD), respetivamente. ----------

Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais e ser do conhecimento dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram estes, imediatamente, as suas funções como membros da Assembleia Municipal. ----------

------- Foi o Senhor Presidente da União de Freguesias de Melo e Nabais, substituído pelo respetivo substituto legal por ele designado, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----

------ Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal da ausência da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra, Regina Mariano Lopes, por motivo de encontrar formalmente ao serviço da Seleção Nacional de Walking Football, tendo o mesmo informado previamente a Mesa da impossibilidade de estar presente na presente sessão, não sendo possível assegurar a sua substituição pelo respetivo substituto legal. ----------

------- Membros eleitos da Câmara Municipal presentes na sessão: José Nuno Ribeiro Saraiva Silva Santos (PPD/PSD), Vice-Presidente, Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins (PPD/PSD), Daniela Figueiredo Gomes de Oliveira (PPD/PSD), Ana Isabel Sousa dos Santos Figueiredo (PS), em regime de substituição, Leonardo André Duarte Cardoso (PS), em regime de substituição e Rúben Lopes Figueiredo (PS), Vereadores. --------

------- Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão. ----------

I – PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

a) Apreciação e votação da Ata da sessão ordinária de 30/04/2026

------- O Senhor Presidente da Mesa em cumprimento com o estabelecido no n.º 2, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei 75/2023, de 12 de setembro, colocou à apreciação e votação a Ata n.º 3/2026, da reunião ordinária da Assembleia de 30/04/2026, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.----------

------ No período de apreciação da referida Ata, o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega) solicitou a o uso da palavra para uma intervenção em defesa da honra, relativamente a declarações proferidas na sessão ordinária de 30/04/2026, tendo proferido o seguinte: --

"Boa tarde, Sr. Presidente. ----------

Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos vê através das redes sociais. ----------

A minha intervenção tem a ver, precisamente, com a defesa da honra, ao abrigo do artigo 49.º, n.º 6, da Lei n.º 75, de 2013. ----------

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, ----------

Antes de se proceder à votação da ata da reunião de 30 de abril de 2026, venho exercer o meu direito de defesa da honra. ----------
Na referida reunião, o Sr. Deputado Francisco Ferreira dirigiu-se a mim, qualificando-me de leviano. ----------
Rejeito veementemente essa qualificação. ----------
Considero-a ofensiva, injusta e desprovida de fundamento, tanto mais por ter sido proferida no exercício de funções públicas e com registo em ata. --
Solicito que esta minha declaração de protesto e repúdio fique integralmente transcrita na ata da presente sessão, nos termos da lei. ------
Reserva-se desde já, o direito de, querendo, vir a tomar as demais providências que entender por convenientes para a defesa do meu bom nome e reputação. ----------
Quanto à ata em si: se a ata refletir com fidelidade o ocorrido, incluindo esta declaração, votarei favoravelmente. O meu voto não é sobre a ofensa, é sobre a verdade do que ficou escrito. ----------
Muito obrigado, Sr. Presidente." ----------
------ O Senhor Deputado Francisco Ferreira (PPD/PSD), solicitou o uso da palavra para exercer o direito de resposta. ----------
Autorizado pelo Senhor Presidente da Mesa, usou da palavra o Senhor Deputado Francisco Ferreira (PPD/PSD), para exercer o direito de resposta, proferindo a seguinte declaração: ----------
"Muito boa tarde a todos. ----------
De uma forma muito breve, dizer que a minha intervenção na última Assembleia Municipal não teceu qualquer comentário pejorativo acerca de nenhum deputado municipal. ----------
Apenas fiz uma reflexão sobre aquilo que era a nossa ação enquanto participante do orçamento participativo e do mesmo tema. ----------
Portanto, não creio que tenha ofendido absolutamente ninguém, porque, pelo mais, não foi referido qualquer nome nem qualquer indicação pessoal acerca de ninguém. ----------
Portanto, não faz sentido este voto. ----------
Obrigado." ----------
------ O Senhor Deputado João Amaro (PS) solicitou a correção da palavra "incidência" que deverá ser substituída por "iniciativa", tendo a mesma sido aceite.
Dispensada a sua leitura foi a mesma aprovada, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor e com uma (1) abstenção por parte do senhor Deputado Único do Partido Político Chega. ----------
Os Senhores Deputados Ricardo Filipe Morgado Sousa (PPD/PSD), Pedro António Morais Pacheco (PS), Carlos Alberto da Cunha Gomes da Costa

(PPD/PSD), Luís Filipe Ferrão Brito (PPD/PSD), Pedro Henrique Almeida Caramelo (PS), Regina Maria Mota Nogueira e Paulo Alexandre da Costa Pereira Cairrão, não participaram na discussão e votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão a que a Ata respeita, como determina o n.º 3, do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo.----------

---

b) Informações e leitura resumida do Expediente

------- **Leitura resumida do Expediente:** A 1.ª Secretária da Mesa, em substituição, deu conhecimento da correspondência recebida desde a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal, que a seguir se discrimina e que se encontra arquivada em pasta respeitante a esta sessão no Setor de Apoio aos Órgãos Autárquicos, para quem pretender consultar:----------

i. **ANAM:** Conferencia ANAM "A arquitetura do Poder Local" – Universidade do Porto;
ii. **Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego:** - Comunica a sua substituição na sessão de 30/04/2026 pelo seu representante legal Alfredo Ramos;
iii. **Gabinete do Primeiro-Ministro:** Convite para apresentação do Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência;
iv. **Presidente da Junta da União de Freguesias de Melo e Nabais:** - Comunica a sua substituição na sessão de 30/04/2026 pelo seu representante legal Lara Louro;
v. **Deputado Ricardo Morgado:** - Solicita a substituição na sessão de 30 de abri de 2026;
vi. **Deputado Armindo Bezerra:** - Informa que caso não faça intervenções cede o tempo de intervenção aos deputados de outras forças políticas;
vii. **Deputado Pedro Pacheco:** - Solicita a substituição na sessão de 30 de abri de 2026;
viii. **Deputado Armindo Bezerra:** - Pedido de documentos e esclarecimentos – Orçamento Participativo;
ix. **Sr. Henrique Soares:** - Reclamação – Invasão de propriedade privada e contradição administrativa – Evento "Montes Sensações";
x. **Presidente da União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra:** - Solicita declaração e presença;
xi. **AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local:** - Anuário das Assembleia Municipais;
xii. **Deputado Armindo Bezerra:** - Pedido de documentação;

xiii. **ANAM:** - Conferencia ANAM "Arquitetura do Poder Local" – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

xiv. **ANAM:** - Conferencia ANAM "Arquitetura do Poder Local" – Universidade da Beira Interior;

xv. **Rancho Folclórico de Vinhó:** - Convite – 49º Aniversário;

xvi. **Setor de Educação e Juventude do Município de Gouveia**: Convocatória – Reunião do Conselho Municipal de Educação de Gouveia;

xvii. **AEDREL:** - Estudo Nacional sobre organização e funcionamento das Assembleias Municipais 2026;

xviii. **ANAM:** - Comunicação PAMS "Revisão da Lei da Finanças Locais pelo Despacho nº 4749, 13 de abril;

xix. **Setor de Educação e Juventude do Município de Gouveia:** Ordem de Trabalhos – Reunião do Conselho Municipal de Educação de Gouveia;

xx. **AEDREL:** - Seminário sobre os Regimentos das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia;

xxi. **AEDREL:** - Estudo Nacional e organização e funcionamento das Assembleias Municipais 2026;

xxii. **Gabinete do Presidente da Assembleia da República:** Acusa receção do envio do Voto de Congratulação – 40 anos da adesão de Portugal à CEE;

xxiii. **Senhor Vice-presidente do Município de Gouveia:** - Resposta ao requerimento apresentado pelo senhor Deputado Armindo Bezerra.

xxiv. **Senhor Vice-presidente do Município de Gouveia:** - Resposta ao requerimento apresentado pelo senhor Deputado Armindo Bezerra.

xxv. **ANAM:** Conferencia ANAM "A Arquitetura do Poder Local" – Universidade dos Açores

xxvi. **Sr. Raul Ligeiro:** Investimento no concelho de Gouveia;

xxvii. **Escola Velha de Teatro de Gouveia:** Convite – II Gala Pata Amiga;

xxviii. **ANAM:** III Jornadas Municipais Lusófonas;

xxix. **AEDREL:** Seminário sobre os Regimentos das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia;

xxx. **Senhor Vice-presidente do Município de Gouveia:** Informação sobre o pedido de documentos e esclarecimentos sobre o Orçamento Participativo 2025;

xxxi. **Deputado Armindo Bezerra:** Pedido de Agendamento de Moção para 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia, "Pela transferência imediata do antigo Centro de Saúde de Gouveia para ampliação do Museu do Automóvel.";

xxxii. **AEDREL:** Reiterar o pedido de resposta sobre inquérito Estudo Nacional sobre a Organização das Assembleias Municipais 2026;

xxxiii. **Srª Adriana Martins:** Pedido de informação para estudo académico;

xxxiv. **Deputado Armindo Bezerra:** Pedido de Agendamento de Recomendação para 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia – "Revisão e Atualização do Código de Posturas Municipal.";

xxxv. **ANAN:** Conferencia ANAM "A Arquitetura do Poder Local" – Universidade da Madeira;

xxxvi. **WireMaze:** Estruturação do processo da assembleia;

xxxvii. **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA:** - Vem indicar as propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que, no âmbito das informações, gostaria de falar de dois assuntos. ----------

O primeiro para referir a situação ocorrida na Venezuela, considerando tratar-se de uma tragédia de proporções ainda incertas, mas que seguramente serão muito graves e até gigantescas. Referiu que havia quem indicasse que poderiam ter desaparecido cerca de 50 mil pessoas, número que corresponderia a quase cinco concelhos inteiros de Gouveia. ----------

Mais referiu que, para além desta destruição em massa, que economicamente deixaria aquele país ainda mais arrasado do que está, entre os mortos ou desaparecidos estariam cidadãos portugueses, situação que, infelizmente, já se tinha sido parcialmente confirmada e que por certo viria a abranger muitos mais. ----------

Perante esta catástrofe, que envolve compatriotas nossos, propôs que ficasse registado na ata da Assembleia um voto ou uma manifestação de solidariedade para com as vítimas e para com aquele país, propondo igualmente que todos pudessem fazer um minuto de silêncio em memória dessas vítimas. ----------

----- Não se tendo registado votos contra nem abstenções, **foi o Voto de pesar pelas vítimas do sismo ocorrido na Venezuela,** apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **aprovado por unanimidade,** tendo sido observado um minuto de silêncio em memória das vítimas**.** -----

- - - - O Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa um voto de pesar pelo falecimento de João Abel Manta, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. ----------

----- Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro referindo que o voto de pesar era perfeitamente justificado, que não se iria alongar nem perder

muito tempo com considerações acerca da importância da figura de João Abel Manta, sobretudo da sua importância para Gouveia e para o Concelho, bem como daquilo que representa para os Gouveenses e para todos. Lamentou, contudo, que, no dia do seu falecimento e no dia seguinte, não tivesse havido, por parte do Município, a preocupação de decretar um dia de luto e de colocar a bandeira a meia-haste. Por fim, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que procedesse à leitura do voto de pesar.: ----------

"FALECIMENTO DE JOÃO ABEL MANTA - VOTO DE PESAR"

Com 98 anos de idade João Abel Manta faleceu no dia 15 do passado mês de Maio. ----------

Figura incontornável do panorama cultural português, nomeadamente nas artes plásticas, João Abel Manta é um nome que que honra e orgulha os Gouveenses. ----------

Foi um dos mais multifacetados e apreciados artistas do nosso tempo, autor de uma vasta obra gráfica, da arquitetura ao desenho, do cartoon à pintura, da tapeçaria à azulejaria. ----------

A criação em Gouveia do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta (honrando e perpetuando a memória e a obra de seu pai, o Pintor Abel Manta), um dos mais significativos equipamentos culturais e artísticos da nossa região, tem a sua assinatura; a ele se deve em grande parte. ----------

O seu amor por Gouveia, manifestou-se sempre de forma muito diversa. ---

Sentimento que era recíproco. Aqui se construiu o espaço a que se atribuiu o seu nome – Galerias de Exposições – com a recuperação e adaptação dos "baixos" do Edifício dos Paços do Concelho, destinado à revelação e exposição de artistas e outras atividades culturais e que, infelizmente, se encontra subaproveitado, senão mesmo inativo. ----------

Foi agraciado, em devido tempo, com a Medalha de Honra do Município. -

Na celebração dos 50 anos do 25 de Abril, o Museu Abel Manta e o Município homenagearam o artista com a promoção de um concurso que teve por objetivo a criação de um mural que, de forma permanente, consagra o nome de João Abel Manta. ----------

O próprio Museu Abel Manta, tem promovido várias iniciativas de divulgação da vida e obra deste "nosso" autor, com a imprescindível colaboração de Pedro Piedade Marques. ----------

Com a morte de João Abel Manta Gouveia e o País ficaram mais pobres. --

O Grupo do PS nesta Assembleia manifesta a sua mágoa pelo desaparecimento de um criador que é uma referência da nossa Cultura, e expressa a todos os seus familiares, amigos e comunidade cultural em geral, o seu profundo pesar. ----------

----- Não se tendo registado votos contra nem abstenções, **foi o Voto de pesar aprovado por unanimidade.** ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa informou que a Mesa pretendia propor, apreciação e votação de um voto de louvor da Assembleia, e não oriundo de qualquer partido nela representado, sobre a recente distinção atribuída a oito empresas do concelho com o estatuto de PME Líder, galardão nacional promovido pelo IAPMEI para empresas do setor turístico, pelo desempenho que essas empresas tiveram. Solicitou à Senhora Primeira-Secretária que procedesse à leitura do voto de louvor, que, posteriormente, poderia ser discutido e votado. ----------

*-"**VOTO DE LOUVOR**"*

A Assembleia Municipal de Gouveia manifesta o seu público reconhecimento e apreço pela distinção atribuída a oito empresas do concelho com o estatuto PME Líder 2025, galardão de âmbito nacional promovido pelo IAPMEI, em parceria com o Turismo de Portugal para as empresas do setor turístico. ----------

Foram distinguidas as empresas António Pessoa Lopes, Lda., Eventeam, Lda., Farmácia Feliz & Feliz, Lda., Fonseca Ferreira – Aluguer de Máquinas Agrícolas, Compra e Venda de Madeiras, Lda., Leonel Jesus Duarte & Filho, Lda., Nespereirafar, Farmácia, Lda., Paradigma Resiliente, Lda. e Quinta da Caramuja, Lda., cujo desempenho empresarial foi reconhecido pelos elevados padrões de gestão, solidez financeira, capacidade de inovação e relevante contributo para a economia nacional e regional. ----------

Esta distinção constitui motivo de legítimo orgulho para o concelho de Gouveia, evidenciando a qualidade, a competitividade e a resiliência de parte do seu tecido empresarial. O sucesso alcançado por estas empresas reflete o empenho, a visão e a dedicação dos seus empresários, dirigentes e trabalhadores, que diariamente contribuem para a criação de riqueza, emprego e oportunidades no nosso território. ----------

A Assembleia Municipal de Gouveia considera que este reconhecimento reforça a notoriedade e a atratividade do concelho, valoriza o seu potencial económico e afirma- o como um território de iniciativa, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável. ----------

Por isso mesmo, a Assembleia Municipal de Gouveia delibera aprovar o presente Voto de Louvor às oito empresas distinguidas com o estatuto PME Líder 2025, felicitando todos os seus responsáveis e colaboradores por esta relevante conquista e desejando-lhes os maiores sucessos futuros." ---

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação o "Voto de Louvor, Reconhecimento e Apreço pela

distinção atribuída a oito empresas do concelho com o estatuto PME Líder 2025, galardão de âmbito nacional promovido pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado aprovar o mesmo, por unanimidade**. ----------

c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, dizendo o seguinte: ----------

"Vou usar da palavra aqui do palanque pela primeira vez. Não sei se será a última, mas como estamos perante um assunto que me parece muito relevante, resolvi falar convosco, cara a cara, exatamente na mesma posição, para vos transmitir a minha ideia sobre um assunto que está na ordem do dia. Não é a primeira vez que é falado e debatido na Assembleia Municipal, e é um tema que, no meu entender, merece uma atitude muito responsável e muito séria de cada um de nós. ----------

A questão tem a ver com o anúncio que foi feito ontem sobre a construção da barragem de Girabolhos. O Governo anunciou que, no dia 15 de julho, vai lançar o concurso para a barragem de Girabolhos. O primeiro ponto que eu queria aqui salientar é que acho que nós, eu pelo menos sinto esse impulso, devemos fazer tudo para que o Governo venha a Gouveia, e a mais lado nenhum, fazer a apresentação e o lançamento desse concurso nesse dia 15 de julho. ----------

Em segundo lugar, queria-vos dizer que perante este anúncio, que versa talvez sobre o maior investimento de sempre, do ponto de vista económico, no Concelho de Gouveia, a Assembleia Municipal, tem, a meu ver, três opções. ----------

A primeira é nada fazer, ficar quieta e calada. Não fazemos nada e, portanto, se assim nos comportarmos, seremos politicamente irrelevantes e indiferentes. É uma opção. ----------

A segunda opção é opormo-nos. Valha essa posição o que valer, vale pouco, como todos perceberão. A decisão do lançamento do concurso da conceção-construção da barragem está tomada pelo Governo e não será uma pronúncia da Assembleia Municipal de Gouveia que a vai travar ou inverter. Atenção que até termos obra ainda falta muito tempo, porque depois do concurso é preciso perceber se o concurso fica preenchido ou se fica vago, e depois é preciso saber se virão providências cautelares ou não para impedir a adjudicação ou construção. Ainda falta muito, mas este passo que foi dado pelo Governo é decisivo. E aquilo que nós não podemos admitir é aquilo que aconteceu já no passado: anúncios de 'grão capitão' para a nossa região que depois não dão em nada, pois vem um governo

posterior que anula a decisão do governo anterior e dá um passo atrás. E nós não podemos permitir isto relativamente a este anúncio. ----------
Retomando o que estava a dizer, se nos opusermos, qual é o sinal político que nós estamos a dar ao país e ao Governo? É que não queremos este investimento e assim deixaremos de ser considerados por quem tem o poder decisório de fazer a Barragem e não deseja que este projeto seja travado. ----------
Não me parece que uma posição destas da Assembleia Municipal de Gouveia a um anúncio destes, seja contraproducente e politicamente inteligente. ----------
Há depois uma terceira posição, que é a de apoiarmos expressamente a decisão que foi tomada pelo Governo. Compreendo e sei que esta decisão não é consensual. Há argumentos a favor e argumentos contra. Todos válidos. Mas o tempo para tecnicamente discutirmos estas coisas, com todo o respeito vos digo, já passou. ----------
Não adianta estarmos novamente a introduzir essa discussão, porque quanto mais discutirmos isso, mais razões estamos a dar para que teoricamente se adie a execução deste projeto. E Gouveia não está em condições se adiar mais nada, nomeadamente infraestruturas e investimentos desta dimensão e desta magnitude. Gouveia não pode prescindir deles, nem andar a discutir eternamente a valia e as virtudes ou desvirtudes de um projeto destes. Há um tempo para estudar e discutir e há um tempo para decidir e é neste que estamos colocados. ----------
Daí que se nós apoiarmos esta decisão, acho que ficamos com créditos. Além do mais, porque somos logo os primeiros a fazê-lo e a ser afirmativos, o que não poderá deixar de ser politicamente sopesado. Não há nenhuma Assembleia Municipal que, antes desta nossa, possa emitir uma posição de apoio e de conforto ao investimento, sublinhando o interesse em que o projeto avance. ----------
E, portanto, eu não gostaria mesmo nada, como deputado da Assembleia Municipal e como seu presidente, que Gouveia passasse ao lado disto, se encolhesse, mantivesse os braços em baixo e deixasse a coisa andar. Nós estamos, de facto, num tempo do domínio da política, e já não no domínio da técnica. E, portanto, eu tenho de pedir a todos uma reflexão madura, mas responsável e consciente. ----------
Está para entrar na mesa uma moção de apoio à construção da barragem. Mesmo aqueles que têm resistências e que preferem dar mais enfase ao lado negativo das coisas, e eu também tenho preocupações e incertezas, devem, a meu ver, ponderar votar favoravelmente esta moção. ----------

Se Gouveia não está bem, ou não está tão bem quanto nós queríamos, desde os últimos 50 anos, não podemos agora, na hora em que temos a uma cereja no topo do bolo, reiniciarmos discussões etéreas. Com todo o respeito, vos digo isto. ----------

Perante o maior ou dos maiores investimentos de sempre na região, o que me permito sugerir é que a Assembleia Municipal, agora, no período antes da ordem do dia, possa discutir se deliberar se esta moção deve ser introduzida para discussão e votação na ordem do dia, sendo que se quiserem sair daqui sem nenhuma tomada de posição, seja ela qual for, a Assembleia é soberana, é livre e é responsável pelas suas decisões. ---------

Mas termino com isto: o texto da moção vai ser distribuído aos grupos municipais para que possam lê-lo e sugerir alterações. Aquilo que lá está e que eu já li, é relativamente inócuo, é apenas uma posição política. E é isto que eu vos peço. Se não for agora, que seja no período da ordem do dia. Mas eu penso que, depois da discussão do tema, e dos membros da Assembleia que pretendem intervir, ainda há tempo para nós, no final deste ponto, podermos tomar posição sobre este assunto. ----------

Era isto que tinha por vos dizer e por isso aqui vim falar-vos e pedir-vos muito que não tenhamos a tentação de cometer erros políticos apenas por pulsões partidárias, pois poderemos pagá-los caro. Pelo que sei esta decisão do governo, não sendo seguramente totalmente consensual, é maioritariamente aceite pela população e pelos autarcas da região. --------

A questão aqui não é ideológica. A questão é prática. Ponderem e pensem nos benefícios que poderemos vir a ter, já que os inconvenientes não são propriamente muito conhecidos. Pode ou não Gouveia com a construção da barragem vir um dia a ter uma ligação rápida, próxima, eficaz, cómoda até Mangualde: Julgo que sim. Por isso, apelo a que votem favoravelmente esta moção. ----------

Muito obrigado." ----------

------- Usou da palavra a Senhora Deputada Carla Cardoso (PS) referindo o seguinte: ----------

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento-o e, na sua pessoa, a todos os presentes e àqueles que nos acompanham através da transmissão nas redes sociais. ----------

Volto a trazer a esta Assembleia a questão da requalificação da Escola Secundária de Gouveia, que tem sido reiteradamente anunciada como uma prioridade estratégica para o Concelho. Desde 2024 que vamos sendo informados, quer através da comunicação social, quer pelas declarações públicas do Executivo, de que existe um investimento previsto superior a 6 milhões de euros. O projeto encontra-se aprovado, a candidatura foi

submetida e o procedimento concursal está praticamente concluído, dependendo apenas da aprovação final para avançar. ----------
Contudo, terminou mais um ano letivo e, mais uma vez, acumulam-se expectativas sem resultados concretos. A realidade no terreno continua a suscitar preocupação e não pode ser ignorada, pois continuam a verificar-se situações como infiltrações de água em salas de aula e no bar, que se agravam em dias de chuva; encerramento de um dos bares da escola, o da antiga escola preparatória, por falta de condições; elevador constantemente avariado; salas muito frias no inverno e extremamente quentes no verão; degradação visível de elementos estruturais, como a fachada em vidro e madeira, cujo estado de deterioração obriga, em dias de mau tempo, à colocação de fitas de segurança para limitar o acesso dos alunos, entre outros. ----------
Perante este enquadramento, e porque o que está em causa não é apenas uma obra, mas sim as condições de segurança, dignidade e qualidade de uma escola que serve toda a comunidade, questiono o seguinte: em que ponto se encontra efetivamente o processo…ç de aprovação da candidatura? Que constrangimentos concretos têm impedido o início da obra? E, sobretudo, qual é o calendário realista para o arranque da intervenção? ----------
Porque, na verdade, aquilo que a comunidade educativa espera já não são anúncios, são decisões concretas e obra no terreno. ----------
Obrigada." ----------
------- Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS) referindo que, por uma questão de economia de tempo e de forma a criar um mecanismo para o bom andamento dos trabalhos da Assembleia, que a moção que lhes era agora apresentada de forma inopinada poderia ter sido incluída na ordem de trabalhos anteriormente, questionando se o Sr. Presidente da Mesa não teria tido tempo para o fazer. ----------
------ Interveio o Senhor Presidente da Assembleia que explicou ao Senhor Deputado que a questão se prendia com o facto de o Governo ter anunciado a medida apenas no dia anterior e que, para que esta pudesse entrar na ordem do dia, teria de ser nela incluída com a antecedência de cinco dias. --
------ Usou novamente da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), referindo que os canais de comunicação entre o Governo e o Senhor Presidente da Assembleia também andavam um bocadinho atrasados. -------
O Senhor Deputado João Amaro prosseguiu a sua intervenção, proferindo o seguinte: ----------
"Para todos os efeitos, vamos aqui adotar um sistema, que é uma sugestão que eu deixo e que é a seguinte: isto, tendo sido apresentado desta forma

inopinada, e sabendo que não existe um consenso geral, não só na minha bancada como penso que no PSD também não haverá, não há ninguém que seja unanimemente a favor, não há ninguém que seja unanimemente contra, haverá eventualmente alguém que se possa abster, etc. ----------
O que eu sugeria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, é que fizéssemos o decurso normal deste dia, com as intervenções que estão previstas, e depois do período aberto à intervenção do público, nós pudéssemos ter um intervalo de 5 minutos para, em género de conferência de líderes, podermos acertar a apresentação desta moção, dando tempo até para que todos os senhores deputados possam ler e apreender o seu conteúdo. -------
Nós já ouvimos o preâmbulo, já o escutámos e, portanto, para que possamos tomar uma decisão minimamente coerente e fundamentada, eu pedia que fizéssemos este procedimento. E depois passaríamos então à decisão. É como se fosse um ponto novo na ordem de trabalhos. Não nos importamos que esta moção seja incluída na ordem de trabalhos." ----------
------- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD) referindo que a sua sugestão ia um pouco na mesma linha, embora de forma ligeiramente diferente, até por uma questão de gestão de tempo e porque, no período antes da ordem do dia, onde eram tratados vários temas, aquele era um assunto que estava na ordem do dia. Considerou que deveriam decidir desde logo se o ponto passaria para o período da ordem do dia, mediante a sua inclusão na ordem de trabalhos. Referiu que, para o efeito, seria necessário proceder a uma votação por dois terços e que, uma vez incluído, ficaria na ordem de trabalhos, evitando, assim, o dispêndio de tempo com este ponto. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que esclareceu que, para que a moção pudesse ser discutida e votada no período antes da ordem do dia, não era necessária uma maioria de dois terços, sendo esta percentagem exigida apenas para a sua inclusão na ordem do dia. Nesse sentido, referiu que, tendo em conta a sugestão apresentada pelo Senhor Deputado João Amaro e pelo Senhor Deputado Ricardo Morgado, no sentido de conjugar ambas as propostas, se entendia que o ponto deveria passar para o período da ordem do dia.----------
Assim, colocou à votação a passagem do ponto para a ordem do dia, tendo-se registado os votos favoráveis da maioria dos Senhores Deputados e dois votos contra por parte da Senhora Deputada Susana Amaral (PS) e do Senhor Deputado Paulo Sá (PS). Verificando-se que a proposta foi aprovada por mais de dois terços dos votos, informou que estavam cumpridos os requisitos necessários para a inclusão do ponto na ordem do dia, ficando o mesmo integrado no ponto 3. ----------

Assim, a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por maioria,** com Trinta e quatro (34) votos a favor (21 do Grupo Municipal do PPD/PSD, 12 do Grupo Municipal do PS e 1 do Deputado único do Chega) e dois (2) votos contra dos Senhores Deputados Paulo Sá (PS) e Susana Amaral (PS), tendo ainda deliberado que o referido ponto passaria a constituir o **ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos**, com a consequente alteração da mesma. ---

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PS), proferindo a seguinte declaração: ----------

"A minha votação contra a passagem deste ponto para a ordem do dia prende-se apenas e só com uma questão. Estamos aqui há 20, 10 minutos a falar sobre o assunto, e ainda não me chegou a dita proposta. Parece-me uma provocação, apresentar uma proposta de um assunto que já foi aqui trazido há uns tempos, há duas assembleias, e não foi votado e que levantou alguma celeuma. Podia ter enviado um e-mail ou qualquer coisa, porque eu sou daqueles que sabe os argumentos contra e que sabe que as contrapartidas me podem convencer a favor. ----------

Agora, acho que é disparatado irmos votar o que quer que seja, se essas contrapartidas não estiverem explanadas. Eu ainda não a vi, mas julgo que não estão. Portanto, não basta dizer se queremos um dia uma ligação rápida a Mangualde. Tem de ser o Governo, como se promete, a fazer a barragem, a fazer uma ligação rápida a Mangualde. ----------

Portanto, na minha opinião, e apenas isso, quero deixar claro, hoje não existiriam as condições ideais para debatermos essa questão. ----------

Obrigado." ----------

------ Em resposta ao Senhor Deputado Paulo Sá, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo o seguinte: ----------

"O que lhe posso dizer é que este assunto da execução da barragem de Girabolhos tem anos, largos anos. Todos nós já ouvimos falar das virtualidades e dos problemas que a barragem pode vir a criar. Esta semana, (todos nós temos internet, consultamos telefones, vemos as notícias e todos vimos o que o governo anunciou, ou, se não vimos, podíamos ter visto, eu vi), o governo anunciou a intenção de vir à região anunciar o lançamento deste concurso. É muito fácil hoje munirmo-nos de informação suficiente para tomarmos posição sobre a matéria, sendo certo que a nossa posição não será nunca vinculativa. É apenas uma posição política. Por mais que o senhor deputado tenha razões e, pode tê-las, que são legítimas seguramente, para ter algumas dúvidas sobre este tipo de investimento e de infraestrutura, a verdade é que o seu voto e o nosso voto é apenas um voto que só tem significado político junto do governo. É só essa a questão. E, portanto, o que eu acho é que nós estamos hoje em

condições de apreciar e votar hoje, porque, se não for hoje, passa o momento político. E, na política macro, nós não devemos deixar passar os momentos políticos. Não vai ser em setembro que nós vamos falar na barragem de Girabolhos, quando já está tudo mais que gasto, decidido, tratado em todas as assembleias municipais, e nós ficamos para último. Eu ser o carro-vassoura, sinceramente, não me agrada. Portanto, não é uma questão de provocação, Senhor Deputado. Por isso mesmo é que o líder da sua bancada e o líder da bancada do PSD, e muito bem, disseram que este ponto deve passar para momento posterior desta reunião, porque há ainda tempo para olhar para a moção, para a modificarmos e para a podermos votar. As coisas são assim: não somos nós que dominamos o tempo nem o momento político, são as circunstâncias, são as decisões políticas, e nós temos que estar preparados para, em determinado momento, tomarmos a nossa decisão. E é hoje que temos de a tomar, no meu entender. Se deixarem passar isto, entramos no domínio da irrelevância e até do absurdo, porque somos, talvez tirando Seia, dos concelhos mais afetados e/ou beneficiados com esta decisão. Percebendo eu os problemas que coloca, por favor, tenha em consideração que o que está em causa é o posicionamento político de uma Assembleia Municipal que tem que dar o sinal. E, se nós não dermos o sinal em Lisboa, pensam que nós não queremos a barragem para nada, ou seja, que somos pobres e mal-agradecidos." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra, referindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores. ----------

Venho dar conhecimento de três iniciativas que marcarão a atividade da União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra nas próximas semanas. ----------

A primeira é a 8.ª Edição do Festival da Água, que decorrerá nos próximos dias 3, 4 e 5 de julho. De peculiar importância para o concelho de Gouveia, trata-se de um festival cuja temática gira em torno da água, elemento profundamente ligado à identidade da nossa União de Freguesias, marcada pelas duas ribeiras que envolvem a freguesia de Aldeias. ----------

Ao longo de três dias, haverá um programa diversificado para todas as idades, com atividades para crianças e adultos, animação e momentos de convívio. O ponto alto será o Jantar Comunitário Solidário, no próximo dia 4 de julho, uma iniciativa que reúne os melhores chefs de desenho da

região e outros convidados. Um verdadeiro manjar por uma causa: a Liga Humanitária, Social e Cultural de Aldeias, traduzindo um verdadeiro espírito de entreajuda, que caracteriza a nossa comunidade e as nossas gentes. ----------

A segunda iniciativa diz respeito à comemoração do Dia da União de Freguesias de Aldeias e Mangual da Serra, uma ocasião dedicada ao reforço da identidade das nossas freguesias e ao convívio da nossa gente. Será inaugurada a Galeria Fotográfica dos Antigos Presidentes, e a sessão solene e evocativa será em Mangualde da Serra, no próximo dia 2 de agosto. ----------

A terceira e última iniciativa é o culminar da programação do Centenário da Associação Cultural Desportiva Aldeense, um conjunto de atividades que se iniciaram em 17 de janeiro último e se desenvolveram mensalmente, nas diversas índoles, do cultural ao social, indo de encontro à história das gentes da Freguesia de Aldeias e da vida associativa. ----------

Nos próximos dias 15 e 16 de agosto, haverá lugar às tradicionais atividades desportivas, que foram apanágio da Associação Cultural Desportiva Aldeense, e será apresentado o livro "100 Anos de História da Associação Cultural Desportiva Aldeense", da autoria do Dr. Diogo Figueiredo Ferreira. ----------

Estão todos convidados. As aldeias de montanha esperam por vós. ----------

Muito obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) proferindo o seguinte: ----------

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, digníssimo público e comunicação social. ----------

Eu trago-vos apenas para avivar a memória e, uma vez que o quadro não está a funcionar, trago-vos aqui um "Notícias de Gouveia", fazendo desde já publicidade e convidando todos a poderem ser assinantes: o "Notícias de Gouveia" de 29 de fevereiro de 2024. ----------

Sr. Vice-Presidente da Câmara, a requalificação do pavilhão da Bellino & Bellino é um tema que já permitiu escorrer muita tinta e permite-me a expressão "gastar muito latim". Como sabe, o anunciado pavilhão multiusos de Gouveia, que em 2009 apontava para um custo de 3,5 milhões de euros, custaria agora, de acordo com os últimos números divulgados, cerca de 8 milhões de euros. ----------

A verdade é que estamos em 2026 e a única coisa que temos visto naquele local foi um grandioso outdoor a anunciar a dita obra. Outdoor, aliás, cujo

conteúdo vai mudando, consoante sejam os protagonistas, a cada momento, do poder municipal. ----------

Foi referido pelo anterior Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2024, daí esta ser a capa do primeiro jornal a seguir a esta Assembleia Municipal, e, cito-me: "O projeto está na fase final de adjudicação. Quando falámos do novo quadro comunitário de apoio, esta foi a primeira obra que metemos." Fim de citação. ----------

Não há tempo, mas posso depois também apresentar as declarações pelas quais se diz que o município até já tinha, ou tem, financiamento assegurado. ----------

Senhor Vice-Presidente da Câmara, perante este cenário, o que tem a dizer aos gouveenses? Qual é a verdadeira razão de as obras não arrancarem? O município tem consciência que, se não executar, corre o risco de perder o financiamento? Vamos continuar a correr atrás do prejuízo? ----------

E, como melhor do que um, são dois "Notícias de Gouveia". Trago aqui outro "Notícias de Gouveia", este de 20 de fevereiro de 2025, apenas a título, já que tivemos a oportunidade de imprimir, temos a oportunidade de o mostrar. ----------

Senhor Vice-Presidente da Câmara, em fevereiro de 2025 foi apresentado, no Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, o projeto de execução de reabilitação e ampliação daquele espaço, feito pelo arquiteto Paulo Borges, que custou aos cofres do município 70 mil euros. De acordo com a informação veiculada, a execução daquele projeto tem custos superiores a 2,5 milhões de euros. ----------

Senhor Vice-Presidente, gostaríamos de saber qual o ponto de situação da requalificação do Museu Abel Manta. Certamente que, se o município gastou 70 mil euros com o projeto de execução, já deve ter financiamento assegurado, através de alguma candidatura a fundos comunitários, ou estudado qualquer outra solução financeira para o efeito. ----------

Estamos a pouco mais de um ano do encerramento deste quadro comunitário 2021-2027, e os gouveenses desejam concretizações e não apenas anúncios de hipotéticas obras, que vão ficando esquecidas nas páginas dos jornais e das revistas municipais do passado. ----------

Muito obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega) proferindo o seguinte: ----------

"Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. ----------

A minha intervenção destinava-se ao Sr. Presidente da Câmara, mas será para o senhor Vice-Presidente. ----------

É uma situação que tem a ver com o seguinte: isto já foi várias vezes aqui discutido, que é a passadeira de peões entre a GNR ou a Funerária Rodrigues. Acontece que, em 2016, três comerciantes daquela zona fizeram chegar uma carta à Câmara Municipal, que foi entregue em 7/11/2016, por dois empresários daquela zona, pedindo e explicando os motivos da necessidade de uma passadeira de peões. ----------

Acontece que, dez anos depois, esta carta foi entregue e não foi respondida pelo município. Portanto, é prática que correspondência ou pedidos de qualquer explicação ao município ou não são dados, ou são dados com muitos anos de atraso. Isto não dignifica, de forma alguma, nem esta situação nem as outras. ----------

Em 2017, eu próprio, como Deputado Municipal, fiz este pedido. Foi-me respondido, na altura, que estava em estudo. Isto foi dito pelo anterior Presidente, mas que sim, que ia ser criada uma passadeira naquele local. -

Em 30 de dezembro, voltei a falar do assunto e o Senhor Presidente, que hoje está substituído pelo Senhor Vice-Presidente, disse que estava em estudo, mas que, mais abaixo ou mais acima, ela seria feita. ----------

Eu concluo, Sr. Vice-Presidente: não será a altura de fechar o estudo e fazer a passadeira? É uma necessidade naquela zona. Basta estar lá meia hora parado e ver o que se passa atualmente. ----------

É um pedido que eu faço como Deputado do Partido Chega e, em substituição, mas com autorização, destas pessoas que há 10 anos enviaram este pedido para o município e que o município não respondeu. -

Muito obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Monteiro (PS), que cumprimentou os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, bem como todos aqueles que acompanhavam a sessão através das redes sociais. Referiu, ainda, que, para ajudar, eventualmente, o Senhor Presidente da Câmara, que se encontrava naquele momento com o Senhor Presidente da República, e sabendo que teria boa nota do assunto, iria apresentar a seguinte declaração: ----------

"***Pela Defesa da Serra da Estrela e por um Programa de Revitalização Ambicioso, Sustentável e Justo***

O Parque Natural da Serra da Estrela, já reconhecido como um Geoparque Mundial e, recentemente distinguido com o título de Reserva da Biosfera da Unesco, constitui um património natural, ambiental, económico e cultural de enorme relevância para o Distrito da Guarda, para a região da Serra da Estrela, e para o país, devendo a sua preservação, valorização e desenvolvimento sustentável assumir-se como uma prioridade estratégica nacional. ----------

Com esse propósito, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), lançado pelo Governo do Partido Socialista e aprovado em março de 2024, definiu uma resposta integrada aos impactos dos incêndios e às fragilidades estruturais do território. Dotado de 155 milhões de euros de financiamento nacional e europeu, o programa assentava numa visão de longo prazo, contemplando a valorização dos recursos endógenos, o apoio às atividades tradicionais, a requalificação de infraestruturas, a prevenção estrutural de incêndios e a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. ----------

Contudo, esta estratégia tem vindo a ser progressivamente desvalorizada pelo atual Governo. No Orçamento do Estado para 2025, a dotação prevista para o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela foi reduzida para apenas 1,5 milhões de euros, representando menos de 1% do montante inicialmente anunciado. ----------

Acresce que, no Orçamento do Estado para 2026, não foi inscrita qualquer verba específica para a execução do programa, tendo sido amplamente noticiado que a dotação destinada à revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela é de zero euros, colocando em causa a concretização dos objetivos definidos e o futuro desenvolvimento sustentável deste território.

Perante este cenário, assente na promoção da coesão territorial, na valorização do interior, na sustentabilidade ambiental e na defesa de políticas públicas que criem oportunidades para as novas gerações, surgiu uma recomendação da Federação Distrital da Guarda da Juventude Socialista. ----------

Reconhecendo a importância estratégica do Parque Natural da Serra da Estrela para o desenvolvimento económico, social e ambiental da região, esta recomendação visa contribuir para que a execução efetiva do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, e o respetivo financiamento, sejam devidamente contemplados no Orçamento do Estado para 2027, garantindo os meios necessários para a concretização das medidas previstas e para a revitalização deste território de elevado valor nacional. ----------

Assim, o Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia - em consonância com a recomendação da Federação Distrital da Juventude Socialista - vem manifestar a sua profunda discordância face às alterações ao Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela promovidas pelo Governo, por considerar que enfraquecem a resposta pública às necessidades reais da Serra da Estrela e da região, recomendando ao Governo que reponha ou amplie o financiamento do Programa de

Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dotando-o de uma verba orçamental robusta e garantida para os próximos anos. ----------

1. Reafirmar a importância de uma política integrada, ambiciosa e de longo prazo para o Parque Natural da Serra da Estrela, assente nos princípios da sustentabilidade ambiental, justiça social e coesão territorial, propondo que o novo programa seja revisto, de modo a que este integre políticas estruturantes de proteção florestal, gestão hídrica, desenvolvimento económico sustentável, turismo responsável, fixação de jovens e combate às assimetrias territoriais. ----------

2. Exigir ao poder central, entidades institucionais competentes que se estabeleçam metas claras e calendarizadas, garantindo que o financiamento possa ser executado de forma eficaz, com transparência e participação das comunidades locais. ----------

Defendemos que investir na Serra da Estrela é investir na sustentabilidade, na resiliência e no futuro do interior. ----------

É, acima de tudo, afirmar que nenhum território pode ser deixado para trás." – Disse ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Vila Nova de Tazem, referindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente, caros colegas, ----------

Em primeiro lugar, queria associar o voto solidário que foi votado à vasta comunidade venezuelana de Vila Nova de Tazem. Felizmente, ainda não nos foi comunicada nenhuma perda humana. Parece que há uma ou duas pessoas que estão desaparecidas, mas vamos esperar que tudo corra bem.

Queria também apresentar as melhoras à minha colega Conceição. --------

Os meus valores sempre foram os da democracia cristã, e esses valores pautam-se pela liberdade, pelo espírito de serviço, de entrega e, sobretudo, pela coragem. ----------

Dentro desta coragem, eu queria relançar e sublinhar a coragem de todos os meus colegas, Presidente de Junta e Executivo, que, com muito trabalho e muito empenho, e, às vezes, querendo fazer e não podendo, se têm dedicado à causa pública. ----------

Em primeiro lugar, esta coragem, para mim, tem dois momentos. O primeiro é uma lembrança de 25 anos: faz neste mês de julho 25 anos que a coragem do Presidente da Junta, Fernando Costa, do Presidente da Câmara, Santinho Pacheco, e do Dr. José Augusto Carvalho, com coragem, porque quer o Presidente da Junta quer o Presidente da Câmara tiveram muitos problemas a resolver internamente, dentro do seu partido e não só, para investir em Vila Nova de Tazem, talvez o maior investimento de infraestrutura. ----------

Em segundo lugar, nesta coragem, lembrar os seis meses deste Executivo e de nós todos. ----------

Queria realçar a coragem do Presidente da Câmara. Independentemente de muitas coisas, de estarmos de acordo ou não, nós não lhe podemos apontar que não teve coragem quando assumiu, ele e só mais um Presidente de Câmara a nível nacional, quando lhe foi proposto pelo MAI um acordo para fazer obras nos postos da GNR, em que tinham de apresentar o projeto até agosto, tinham de dar a obra como terminada em novembro, e só ele e outro Presidente de Câmara, a nível nacional, assumiu com coragem este empenho. ----------

De tal maneira que a coragem dele fez com que este projeto fosse feito, fosse a concurso e, felizmente, vai ser atribuída a obra a uma empresa de Viseu e vai ser executada dentro dos prazos. Ele poderia muito bem, porque uma das coisas que este manifesto apresentava era que, se a obra não acabasse até ao fim de novembro, a Câmara é que seria responsável pelo dinheiro, não haveria devolução do MAI. E então ele teve essa coragem, e não podemos apontar que não tem coragem. ----------

Também houve coragem no Executivo, quando começou um princípio de reorganização dos serviços. Esperemos que continuem e que possam apresentar resultados. O apoio com o gabinete às juntas de freguesia, no meu caso e da Junta de Freguesia de Vila Nova, todas as vezes que eu preciso, comunico e sou bem atendido. ----------

E, sobre a revisão de competências, também a coragem, independentemente de estarmos de acordo ou não, mas houve coragem de resolver uma situação que há mais de 8 anos não era revista, e em que as verbas que estávamos a receber não eram alteradas, quando o ordenado mínimo e todos os custos tinham sido aumentados. ----------

Muito obrigado." ----------

------- Usou da palavra a Senhora Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, referindo o seguinte: ----------

"Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, elementos da comunicação social e todos os que também nos acompanham através das redes sociais. ----------

Em representação da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, venho solicitar ao Executivo Municipal, na figura do Sr. Vice-Presidente, alguns esclarecimentos relativamente a intervenções que consideramos prioritárias para as nossas populações. ----------

Em primeiro lugar, na última Assembleia de Freguesia, realizada no passado mês de abril, um membro da Assembleia questionou o ponto de situação num projeto de intervenção previsto para a Rua Professor Aníbal

Alves Perfeito, na Freguesia de Vinhó. Assim, solicitamos que seja prestada informação sobre o estado do projeto, designadamente se o mesmo se mantém previsto, quais as razões que justificam a não concretização da intervenção até à presente data e qual o calendário previsto para a sua execução. ----------

Em segundo lugar, pretendemos igualmente obter esclarecimentos relativamente à intervenção prevista para a Rua Francisco de Sousa, também na freguesia de Vinhó. Na sequência de contactos efetuados com a engenheira Célia Paixão, foi-nos transmitido que a obra se encontrava adjudicada ao empreiteiro e que os trabalhos teriam início durante o mês de maio. Contudo, até ao momento, não se verifica qualquer avanço no terreno, pelo que solicitamos informação atualizada sobre o ponto de situação desta empreitada, bem como a previsão para o efetivo arranque.

Gostaríamos também de questionar o Executivo sobre o estado de reavaliação técnica da obra iniciada ao abrigo do programa 5050, no caminho das Massarocas - Cabine, em Moimenta da Serra. Foi oportunamente solicitada uma reunião com o Executivo Municipal, a realizar conjuntamente com o Engenheiro Mendes, para análise desta situação. No entanto, até à presente data, não obtivemos qualquer resposta. Esta situação merece-nos particular preocupação, uma vez que a obra se encontra parada há cerca de dois meses. Atendendo à proximidade do período de inverno, torna-se essencial que a intervenção seja retomada e concluída em tempo útil, evitando o agravamento dos problemas existentes e a ocorrência de danos adicionais. ----------

Recordo que, nas reuniões anteriormente realizadas sobre este assunto, ficou acordado que os serviços técnicos da Câmara Municipal desenvolveriam uma solução para a implementação do sistema de drenagem indispensável à resolução definitiva desta situação. Entretanto, reuni também com os proprietários dos terrenos contíguos ao caminho em causa, que manifestaram igualmente a sua preocupação com a demora verificada. Consideramos, por isto, que é fundamental imprimir maior celeridade à resolução deste processo, em benefício de todos os envolvidos e da segurança e funcionalidade daquela via. ----------

Uma última questão relaciona-se com a Escola Básica de Moimenta da Serra. Carece de intervenção também. Essa intervenção já havia sido planificada no início do ano letivo anterior. Foi-me referido pela coordenadora do estabelecimento que não era, digamos, o tempo adequado para a realização dessa intervenção. Pelo que solicito, uma vez que estamos a terminar este ano letivo, que equacionem, então, o planeamento mais adequado à intervenção na Escola Básica de Moimenta

da Serra, em bem dos alunos que ali estudam, dos professores e dos funcionários. ----------

Muito obrigada." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado Francisco Ferreira (PPD/PSD), proferindo o seguinte: ----------

"Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e demais público. ----------

Desde a última Assembleia Municipal, Gouveia voltou a demonstrar aquilo que todos nós já sabemos e que recorrentemente vimos aqui falar nas sessões, mas que importa sempre reafirmar: que somos um concelho com uma vida cultural, desportiva e associativa extraordinariamente ativa. -----

Mas, mais do que vir aqui dizer os eventos que foram feitos, importa reconhecer que Gouveia não está parado e que essa dinâmica se faz todos os dias, em todas as freguesias, graças ao trabalho incansável das associações, das coletividades e das pessoas que dão o seu tempo sem pedir nada em troca. ----------

Queria deixar aqui referência a dois momentos importantes que aconteceram nestes meses. ----------

Em primeiro lugar, o Gouveia Arte Rock 2026, que se voltou a afirmar em Gouveia e voltou a afirmar Gouveia no mapa cultural nacional e internacional. A 19.ª edição deste festival decorreu entre 1 e 3 de maio e trouxe até à cidade um programa cultural de grande qualidade, que foi muito além dos concertos do Teatro Cine. Houve debates, encontros, música em espaços emblemáticos da cidade e uma ligação clara entre a cultura e a comunidade. O Gouveia Arte Rock não é apenas um festival, é uma marca identitária de Gouveia, reconhecida internacionalmente e um dos mais importantes festivais de música progressiva do mundo. E isso projeta o nosso concelho muito para lá das nossas fronteiras. ----------

Para além disto, queria, em nome da bancada do PSD, deixar aqui uma congratulação pela conquista da equipa de walking football do Município de Gouveia. Gouveia é campeã nacional do walking football, um feito histórico, alcançado na Cidade do Futebol, depois de um percurso brilhante frente a equipas de grande valor. ----------

Mas, mais importante do que o título, é aquilo que ele representa: a dedicação, o espírito de equipa, a inclusão e a prova de que o desporto não tem idade. Este reconhecimento estende-se ainda à convocatória que dois gouveenses tiveram para a Seleção Nacional, o Luís Brazete e a Regina Lopes, que representaram Portugal na UEFA Cup. E, portanto, é Gouveia aqui a vestir a camisola de Portugal. ----------

Estes são apenas dois exemplos de uma realidade que aconteceu nestes meses. Gouveia vive sempre uma dinâmica cultural, recreativa e associativa que se intensifica ainda mais agora, nesta altura do ano, no verão, em que o concelho ganhou uma vida ainda mais ativa, nas freguesias, através das festas, das iniciativas locais e, sobretudo, ao fim de semana. ----------

E isso acontece por uma razão essencial: porque há pessoas que trabalham por gosto, por paixão e por amor às suas terras. E esse é um ativo que distingue Gouveia e que é do melhor que temos, que são as pessoas. ----------

Queremos deixar aqui uma palavra clara de reconhecimento a todos, a todas as associações, coletividades, comissões de festas e voluntários do concelho, que agora trabalham incansavelmente para que tudo esteja impecável e para que as nossas tradições se mantenham. São eles que mantêm viva a identidade de Gouveia. ----------

Muito obrigado." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Amaral (PS), proferindo o seguinte: ----------

"Muito obrigado, Senhor Presidente. ----------

Permita-me, aqui, na sua pessoa, o cumprimento dos presentes que nos acompanham online. ----------

Senhor Vice-Presidente, o concelho de Gouveia, enquanto território de baixa densidade, enfrenta desafios bem conhecidos relacionados com o investimento da população, a dispersão geográfica e o isolamento de muitos cidadãos, particularmente dos mais idosos e das pessoas em situação de maior vulnerabilidade. ----------

Recentemente, encerrou o período de candidaturas aos Balcões de Inclusão, unidades móveis em territórios de baixa densidade. Esta medida tem objetivos que considero particularmente relevantes para o nosso concelho, nomeadamente o combate ao isolamento social, a promoção da inclusão, a identificação de situações de vulnerabilidade, o apoio no acesso a direitos e prestações sociais e o reforço da coesão territorial, através de maior proximidade aos cidadãos. ----------

Acompanhando a comunicação social regional, pude verificar que vários municípios procuraram aproveitar esta oportunidade para reforçar as respostas sociais existentes e chegar a mais pessoas. ----------

Assim, gostaria de questionar o Senhor Presidente: o Município de Gouveia apresentou candidatura a este concurso? Foram as Juntas de Freguesia informadas da existência deste concurso, tendo em conta que também podiam apresentar candidatura? Considera o Executivo que as

respostas atualmente existentes no concelho são suficientes para combater o isolamento e garantir que todos os cidadãos potencialmente abrangidos têm acesso aos apoios e serviços disponíveis? ----------
É que, num território com as características do concelho de Gouveia, devemos aproveitar todos os instrumentos que contribuam para uma maior inclusão, proximidade e qualidade de vida das nossas populações. ----------
Muito obrigado." ----------
------- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD), proferindo o seguinte: ----------
"Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores membros do Executivo, todos os presentes e também os que nos assistem em casa, bem como a comunicação social. ----------
Tenho aqui só três notas rápidas para dar, duas delas bastante simples e uma em que vou apresentar alguns dados, porque acho que é importante também usarmos este espaço, nomeadamente antes da ordem do dia, ou, às vezes, para discutir temas em concreto, como o Senhor Presidente fez, e bem. Mas já lá iremos, mais à frente, sobre a barragem de Girabolhos, que é um tema importante, e sobre outros temas do nosso concelho. ----------
Antes de mais, dizer, obviamente, que a bancada do PSD se associa ao voto que foi feito relativamente ao que está a acontecer na Venezuela, esperando, como aqui também foi dito, que não haja vítimas com origem no concelho, nem próximas de pessoas do concelho. E também aqui deixo um destaque pessoal, para dar uma nota importante sobre uma figura maior do concelho de Gouveia, João Abel Manta, que foi aqui apresentado pelo Grupo Socialista, com o qual nós também nos associámos. ----------
Depois, queria destacar que é um bom sinal que Gouveia tenha oito PME´s Líder, o que mostra que há dinamismo económico no concelho, e isso tem de ser sempre louvado. Mas dizer também, e acho que não foi dito, embora seja importante, que também no concelho de Gouveia há uma das duas únicas empresas Gazela do distrito, que são empresas que têm um crescimento muito rápido. No distrito só há duas: uma delas em Gouveia, a outra, penso eu, que é na Guarda. ----------
Portanto, são boas notícias para os empresários e para todos os que têm a difícil tarefa de gerir os seus negócios, de chegar ao final do mês e cumprir com as suas responsabilidades, com o Estado, com os seus funcionários e com a comunidade. Tantas vezes, são eles o motor da nossa economia, são eles que criam a riqueza que depois o Estado, tantas vezes, tão mal, distribui. E, portanto, eu também, porque é uma causa que particularmente, não lhe vou chamar querida, é o que é, faz parte da minha atividade profissional, associo-me aqui a todos os empresários, não

só a estes, mas a todos os que, no dia a dia, trabalham de facto para manter os seus estabelecimentos abertos, as suas fábricas abertas e, sobretudo, os seus trabalhadores com condições dignas para poderem ter uma vida feliz. ----------

Essa era a primeira nota que eu queria dar. ----------

A segunda nota que eu queria dar é um bocadinho mais extensa e é sobre outra área onde o Município de Gouveia tem dado cartas, que é a área do turismo. E tantas vezes eu venho aqui dizer isso, que pode parecer simplesmente uma convicção política ou um otimismo desacertado, mas é bom quando a perceção, de facto, vem com dados a comprová-la. ----------

E tudo isto para dizer, com alguns dados que gostava de referir, que, se calhar, não sei se todos temos noção, nos primeiros dois meses do ano, o concelho de Gouveia registou, isto são dados do INE, obviamente, não são dados da Câmara Municipal, 5.800 dormidas. Mais 21%, ou seja, mais mil dormidas do que no período homólogo do ano anterior. ----------

E é preciso fazer aqui um bocadinho de zoom out neste valor e perceber o que é que ele quer dizer num ano inteiro. No ano inteiro, temos de olhar para o ano de 2025, e no ano de 2025 houve em Gouveia um pouco mais do que 38 mil dormidas. Mais uma vez, é um número grande, mas como é que este número compara, de facto, com outros números? Ora, compara, por exemplo, com o último ano antes da pandemia, que foi quando aconteceu o grande abalo do turismo: o número de dormidas em Gouveia era abaixo de 20 mil. ----------

Ou seja, estamos hoje já acima do nível pré-pandemia, sendo que já ultrapassámos os melhores valores também do pós-pandemia. Isto são muito boas notícias. E dizer também que, infelizmente, nas redes sociais não é, de facto, lugar, se calhar, defeito, onde eu não gosto muito de me envolver, mas houve muito esta discussão quando saiu esta notícia: onde é que as pessoas dormem, onde é que as pessoas estão. Como é que há tantas camas e onde é que essas pessoas estão a dormir? Os dados não devem bater certo. Houve até quem fizesse contas de matemática para provar que isto estava errado. ----------

Ora, convém dizer que, em 2009, Gouveia tinha cerca de 160 camas em alojamentos turísticos, hotéis, pensões e residências. Hoje, Gouveia tem 407, em sítios como o Hotel de Gouveia, mas também como o Hotel da Madre de Água, o Resort da Estrela Serenity e outras residências que existem. Ou seja, é uma duplicação da oferta, de duas vezes e meia, o que é, de facto, extraordinário. ----------

E depois também houve muita gente que disse: "Mas estes valores têm aqui muito alojamento local, e o alojamento local é que está aqui a

contaminar isto." Não é assim, para estes números do INE, só contra os alojamentos locais que têm mais de 10 camas. Ora, convido-vos a irem ao RNAL, que é o Registo Público dos Alojamentos Locais, onde estão todos os alojamentos locais de todos os municípios, com a capacidade de cada um. São muito poucos os que têm mais do que 10. ----------
Ou seja, esses dados, de facto, do alojamento local não estão nestes 5 mil e tal do primeiro ano, que ao dia de março ou de abril, não sei quais são os últimos dados, já são 7.555 dormidas no concelho de Gouveia, e estes dados já foram atualizados. ----------
Mas também sobre alojamento local, Senhor Presidente, dizer uma coisa que eu acho que é importante. No concelho de Gouveia, havia, na data em que fiz esta análise, que foi há cerca de um mês, 95 alojamentos locais registados. E isto compara, por exemplo, com a capital do distrito, que é a Guarda, que é grande, que é maior que nós, tem 105 alojamentos locais. Tem um pouco mais, mas tem mais do que 10. ----------
Ou compara, por exemplo, com Manteigas, que tantas vezes usamos como referência, e bem, turismo de natureza, de montanha, de altitude, que tem 66. Um número extraordinário. É verdade, tem mais alguns hotéis, que nós também esperamos vir a ter. Eu não estou a dizer que está tudo bem, que está tudo resolvido. Precisamos de mais e melhor. Mas temos que partir esta discussão deste ponto, não do ponto de que em Gouveia não se passa nada, não se vê ninguém, não acontece nada. ----------
E a questão que se faz muitas vezes é: então, onde é que estão os turistas? Eu, e esta opinião só me fidedigna a mim, digo o seguinte: não estão no sofá das nossas casas, não estão no café onde nós queremos ir, não estão atualmente no eixo Câmara-Praça de S. Pedro. Estão, obviamente, a viver um concelho que é muito disperso, estão obviamente a aproveitar uma região como a Serra da Estrela, que é muito grande. Estão provavelmente em quintas como a Quinta da Espinhosa, a Textura Wines, a Casa da Passarella, a Casa Américo, Adega de Vila Nova de Tazem também produz e tem muitas atividades. A visitarem e a desfrutarem. Estão na Casa Virgílio Ferreira, estão no Museu Abel Manta, estão no Museu da Miniatura Automóvel. Que vamos aqui também discutir isso. ----------
E, portanto, eu só queria dizer isto: eu quero o melhor para a minha terra, no turismo, quero ainda mais porque nós termos um concelho lindo. Mas também, quando chega a altura em que dizemos "puxa", estes números também nos têm que dar aqui algum ânimo. Também o devemos dizer. E eu queria usar o meu tempo para isto. ----------
Terminando com uma última notícia, uma última nota também positiva, mas que ainda não me permite ter uma análise correta, talvez na próxima

Assembleia Municipal, mas que também é algo em que eu sou particularmente chato, é que, pelo terceiro ano consecutivo, a fazer conta que os números do INE são verdadeiros, Gouveia aumentou pelo terceiro ano consecutivo a população. Foi o único de três concelhos no distrito da Guarda a fazê-lo. Estamos hoje a pouco mais de 25 pessoas, penso eu, de voltar a chegar à meta dos 12 mil habitantes. Se olharmos para os últimos três anos, é um aumento de 1% acumulado, para um território que está a perder assim a pique desde os anos 90. Eu acho que é uma boa notícia e termino: é uma boa notícia também para o poder local, porque basta baixarmos os 10 mil para passarem a ser, em vez de 7 vereadores, temos 5 vereadores para uma série de coisas que temos hoje direito e que deixamos de ter. ----------

É um aumento extraordinário? Não é. Mas o facto de estarmos a atenuar essa curva e ela não estar a descer é de muito valor. E, portanto, a todas essas famílias que voltaram ou que escolheram fixar-se em Gouveia, é fantástico. E eu gostava de dar esta nota. ----------

Muito obrigado." ----------

d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

------- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara que começou por pedir, desde logo, desculpa caso não conseguisse esclarecer integralmente os Senhores Deputados relativamente às questões que incidissem sobre matérias da competência do Senhor Presidente. Aproveitou também para cumprimentar todos os presentes e aqueles que os escutavam a partir de casa, fazendo-o na pessoa dos cidadãos que se encontravam a assistir, naquela Casa da Democracia, à sessão da Assembleia Municipal. Referiu que o facto de estarem ali em tão grande número era também um sinal de vivacidade democrática, regozijando-se, por isso, com a sua presença. Prosseguiu a sua intervenção referindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vai-me desculpar, mas eu também vou falar aqui de uma matéria que é anterior ao período antes da ordem do dia e que o Deputado João Amaro também falou neste período, e que tem a ver com o falecimento de João Abel Manta. ----------

Eu sempre ouvi dizer que há um limite muito claro para as tricas partidárias, e esse limite é o limite da decência. E quando nós estamos a falar do falecimento de um cidadão, ainda para mais, não é um cidadão qualquer, é um cidadão com ligações fortes ao concelho de Gouveia, que é um grande nome da cultura de Gouveia e da cultura nacional, e utilizar a morte dele e o facto de, no entender de um senhor deputado ou de um

grupo de deputados, que ele não tenha sido homenageado da forma correta, acho isso indecente. ----------

E deixe-me dizer o seguinte: foi este executivo, no mandato anterior, que fez duas exposições com as obras de João Abel Manta. Eu gosto particularmente das homenagens quando elas são prestadas em vida e quando as pessoas têm conhecimento dessas homenagens. Essas, para mim, são a melhor forma de homenagens. E dizer também que, do ponto de vista institucional, o município cumpriu com as suas obrigações para com a família de João Abel Manta, de quem, aliás, sou amigo pessoal. ----------

E, portanto, se esta oposição quisesse ser uma oposição construtiva, teria feito uma coisa muito simples, que era ter ligado a algum de nós e dizer: estão a falhar com isto, que é a questão do luto. E eu tenho a certeza que ninguém se negaria a isso, porque, eventualmente, falhámos, pese embora muitas vezes, nestas matérias, os critérios para definir o que é e o que não é luto municipal também não são muito fechados. ----------

Relativamente à questão da barragem de Girabolhos, dizer só uma coisa muito simples. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal também acabou por referir aqui uma coisa muito importante: há coisas que têm de ser ditas nos devidos momentos. ----------

E quando aqui, há uns meses, o Sr. Presidente da Câmara teve, mais uma vez, uma grande atitude de coragem, aliás, à semelhança daquilo que foi o posicionamento de muitos Presidentes de Câmara nesta região, que serão afetada e ou beneficiadas, como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com construção da barragem… o Senhor Presidente da Câmara teve a coragem de também tomar posição sobre o assunto. E a posição que o Senhor Presidente da Câmara tomou foi uma posição profundamente cautelosa, porque, em primeiro lugar, foi uma posição de princípio. ----------

O Senhor Presidente da Câmara, aquilo que disse foi que, se o território beneficiar do ponto de vista das acessibilidades, do ponto de vista do impacto turístico, do ponto de vista do fornecimento de água, quer para a agricultura, quer para o abastecimento; do ponto de vista da exploração energética e também, numa ótica de solidariedade, contribuir para a regulação dos caudais e evitar mais tragédias - então o município de Gouveia é a favor. ----------

Isto é uma posição corajosa, mas é também a posição que qualquer Presidente de Câmara, de um território de baixa densidade, como tantas vezes é dito, tem de assumir. Nós não podemos andar eternamente a dizer que queremos investimento e que queremos coisas nestes territórios e, à primeira hipótese, a nossa reação, o nosso posicionamento, é sempre pôr

as coisas em dúvida, duvidar da bondade das coisas. Acho que não deve ser esse o nosso posicionamento e a nossa postura, se queremos ter um território de futuro. ----------

Procurando esclarecer as questões colocadas pelos Senhores Deputados, a Senhora Deputada Carla colocou aqui uma questão relativamente à Escola Secundária de Gouveia. Dizer-lhe que, da parte do município, as suas obrigações estão a ser cumpridas para que a obra se faça. Existe um projeto, a candidatura está feita, como disse, e bem, o lançamento do concurso público está dependente da aprovação dessa candidatura. É uma obra de 6 milhões de euros, portanto, é uma obra que não está na disponibilidade do orçamento municipal para ser concretizada e, por isso mesmo, aquilo que nos cumpre agora é aguardar pela aprovação da candidatura por parte do Governo. Portanto, aquilo que temos a fazer neste momento é aguardar. ----------

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeias da Serra e Mangualde da Serra, referir que, de facto, as comemorações do Centenário da Associação Cultural e Desportiva das Aldeias estão a ser comemoradas com bastante brio, com a recuperação de tradições muito próprias do nosso concelho e, particularmente, da União de Freguesias das Aldeias e Mangualde da Serra, que foi também, tradicionalmente, sempre uma terra de pastores, como, aliás, a maioria das freguesias do nosso concelho. ----------

E, orgulhosamente, achei muito interessante a recuperação desta tradição da bênção dos rebanhos, que, de facto, não existe na maioria das freguesias do concelho; aquilo que existe normalmente são as romarias. E, por isso mesmo, também integramos este ano, na rede cultural Terras da Transumância, essa iniciativa. Peço-lhe que envie também essa parabenização à associação por esse facto e desejar que o Festival da Água, que está a ser construído em comunidade com a Junta de Freguesia, com o lar, com as diversas associações da freguesia, mas também com a ADIRAM – Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, seja um momento alto na vida da freguesia, do concelho, mas também na afirmação desta marca das Aldeias de Montanha. E, com certeza, vamos fazer um evento muito digno e a tocar em aspetos muito diferenciadores que dizem respeito a esta freguesia. ----------

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Pedro Pacheco sobre a obra da Bellino & Belino, o Senhor Deputado focou-se essencialmente no pavilhão da ex-Bellino & Belino. Senhor Deputado, há aqui uma história que se conta nesta Câmara e que passa de gerações e gerações, que diz respeito a um alto dirigente desta Câmara, que esteve cá há alguns anos e

não era um político, e que dizia o seguinte: se um dia que a Bellino & Belino entra, por algum motivo, em falência ou seja deslocalizada daquele espaço e vá para outro espaço, a Câmara de Gouveia vai ter aqui um problema ambiental e urbanístico para resolver, que vai demorar mais de 30 anos. Isto terá sido dito, curiosamente, poucos anos antes de a fábrica ter fechado. Ou seja, aquilo seria um problema ambiental para décadas, não demorou assim tantas décadas a resolver. Eu não sei se vocês se recordam ou se conheciam o espaço, eu passava lá para ir para a escola, que havia ali um atalho, e existiam ali 16 pavilhões, muitos deles a deitar, sabe Deus, o quê, para a Ribeira. ----------

E a verdade é que, hoje em dia, depois de um PEDU, que se começou a executar em 2013, aquela zona está requalificada e é uma área nova da cidade, uma área nobre da cidade. Eu acho que, quando diz essas coisas, pode dizer que a requalificação daquele pavilhão da Bellino & Belino, para a qual já houve vários projetos e que os projetos não foram adiante, etc., mas também não se pode esquecer, ou não se devia esquecer, para contar a história toda e não contar só metade, do resto da história. ---------

Também lá temos um pavilhão novo, requalificado, que, aliás, é o pavilhão original onde iniciou aquela fábrica. Mas eu não vou fugir à questão. E, nesse sentido, dizer-lhe, Senhor Deputado, que o pavilhão da Bellino & Belino é uma das obras contempladas no Pacto da CIM. E é uma obra de 5 milhões de euros que está a ser, neste momento, candidatada. ----------

Estes tipos de coisas são relativamente fáceis de comprovar, porque os avisos de candidatura são públicos. E os compromissos assumidos pelos municípios, pela CIM e pela CCDR são escrutináveis. E, portanto, o projeto existe, ele foi aprovado em Reunião de Câmara, está a ser candidatado. Não somos nós que estabelecemos os prazos dos avisos de candidatura e, depois de candidatado, será executado. ----------

Depois, relativamente ao Museu Abel Manta, quem vai andando por estes circuitos e quem procura enquadrar os projetos municipais neste tipo de financiamentos, vai, com o tempo, percebendo uma coisa: a melhor forma para se assegurar o financiamento para um projeto é, em primeiro lugar, ter o projeto. E é saber que o projeto, pela sua idiossincrasia, por se enquadrar naquilo que é, por exemplo, na estratégia do Turismo de Portugal, dos programas comunitários, será por aí que conseguirá ou não ter financiamento para a execução dessas obras. E, portanto, que não haja nenhum problema em começarmos pelo princípio e começarmos a dar os passos para conseguirmos executar esse tipo de projetos, como é o caso do Museu Abel Manta. ----------

O primeiro passo para o fazer é termos um bom projeto, e nós temos um bom projeto, e que será uma boa obra. E existem, até neste momento, um conjunto de alternativas que podem ser exploradas para esse efeito. Podem não chegar ao valor total do projeto. Por exemplo, existe um financiamento que é o Crescer com o Turismo e que pode chegar, por exemplo, aos 400 mil euros. Seria uma alternativa, mas, ainda assim, é uma alternativa curta para o eventual custo do projeto. Portanto, nós temos é que estar atentos e ter as coisas, com maturidade. A palavra-chave para estas coisas é mesmo a maturidade, dar maturidade aos projetos. É aquilo que se ouve em todo o lado. ----------

Relativamente à questão do Senhor Deputado Armindo Bezerra, eu não tinha conhecimento da evolução deste processo da passadeira na Avenida Serra da Estrela, ali junto à Funerária Rodrigues, mas a senhora Vereadora Ana Cláudia fez o favor de se inteirar e pode confiar que a execução será para breve e, portanto, ainda no período deste verão. E muito obrigado pela sua questão e pela recordação desta matéria. ----------

Em relação às questões suscitadas pelo Senhor Deputado Rui Monteiro, não terão sido propriamente suscitadas questões, mas foi aqui um posicionamento do Senhor Deputado que, em larga medida, nós também acompanhamos. E, por isso mesmo, nestas coisas, o Senhor Presidente da Câmara, ao que sei, não fica só por acompanhar os lamentos, mas vai à fonte e tenta resolver os problemas. E, de facto, o Plano de Revitalização da Serra da Estrela, neste ano, não foi contemplado no Orçamento de Estado, mas, ainda assim, o Senhor Presidente da Câmara teve uma garantia, assim como todos os outros Presidentes de Câmara da área do Parque Natural da Serra da Estrela: a garantia de que poderiam escolher uma das intervenções previstas no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, que entraria ou seria prevista pelo Orçamento de Estado deste ano, sem prejuízo de fazer uma candidatura. ----------

E, portanto, o Município de Gouveia apresentou também uma candidatura a uma obra que estava prevista no Plano de Revitalização da Serra da Estrela ainda este ano, e essa obra é, precisamente, a Estrada do Curral Negro. E a candidatura, ao que sei, não há muito tempo, foi aprovada e, portanto, desse ponto de vista, julgo que estamos bem defendidos. ----------

Senhor Presidente da Junta, João Ferrão, associar-me também às suas palavras em solidariedade com o povo venezuelano e com as palavras também do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. De facto, de vez em quando, também sabe bem ouvir uns elogios, e os elogios que dirigiu ao Senhor Presidente, no que diz respeito à determinação em conseguir acautelar que estas duas obras de requalificação dos postos de GNR

acontecessem no Concelho de Gouveia, recebemos, de facto, com muito contentamento e muita felicidade, e faremos questão de chegar àquilo que disse ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

De facto, nestes territórios, os municípios muitas vezes andam um bocadinho além das suas competências. Não é só os municípios, as Juntas de Freguesia também, porque têm esta pressão de ter que dar respostas para o território. ----------

Porque somos nós que estamos aqui com os cidadãos e que enfrentamos os problemas todos os dias. E, às vezes, é preciso correr riscos para ter aqui as coisas a acontecer. E o Senhor Presidente correu esse risco, porque é um risco, porque, se a obra não ficar executada no tempo devido, terá de ser alguém a pagá-la, e esse alguém será o município. E, portanto, o nosso foco, a nossa obstinação e a nossa determinação, nos próximos tempos, será para que, efetivamente, o quartel da GNR de Vila Nova de Tazem, mas também o que está a ocorrer aqui, a requalificação do quartel de Gouveia. ----------

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta da Serra e Vinhó, consigo, vai ser um bocadinho mais rápido, porque, de facto, não tenho conhecimento de muitas dessas obras. Agora, quero, de facto, parabeniza-la e acho que deve estar feliz, porque, na sua freguesia, tem muita coisa a acontecer. E não diga isso muito alto, que, senão, os seus colegas ainda vão ficar invejosos. ----------

Mas, relativamente à Rua Francisco de Soares, se não estou em erro, dizer que este é um arruamento que está previsto num procedimento mais alargado, que o município fez com uma determinada empresa, que é a empresa responsável pelo alcatroamento aqui do início da Estrada da Serra, a Emídio Navarro, o que significa que é um procedimento que está em execução e, portanto, não tardará a chegar à freguesia de Vinhó. -------

Sobre a Escola Básica de Moimenta, tanto quanto sei, a escola foi intervencionada não há muitos anos e com alguma monta. Eu não conhecia esse processo de degradação, a Senhora Vereadora da Educação faz visitas às escolas semanalmente. Também me disse que não, que não lhe chegou nada nesse sentido, nem ouviu da parte do agrupamento nenhuma notícia sobre a matéria e, portanto, nada sei dizer sobre isso. ----

Senhor Deputado Pedro Amaral, relativamente à questão do Balcão de Inclusão, eu, de facto, não me lembro de ter visto o Senhor Deputado no dia da Comemoração da Elevação de Gouveia a Cidade, que foi o dia em que foi inaugurado este Balcão da Inclusão. ----------

Só quero referir-me aqui ao Senhor Deputado Francisco Ferreira para dizer que me associo particularmente às palavras que direcionou ao

Walking Football. É um projeto que eu acarinho, não por ser um projeto muito significativo, se calhar, para o futuro e para o desenvolvimento do concelho, mas que eu acarinho, porque não deixa de ser, até socialmente, importante. Porque estamos a falar de pessoas com 50, 60 e mais anos de idade, que estão a dar alegrias desportivas ao concelho, a elevar o nome do concelho mais alto, a conquistar um campeonato nacional que é histórico, porque foi o primeiro. Há aqui uma mensagem muito importante que passa, que é: nunca somos velhos demais para contribuir para Gouveia. ----------

Muito obrigado." ----------

------ O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Amaro (PS), para defesa da honra, tendo referido que: ------

"A interpelação à mesa é uma figura de recurso para quem, como o Senhor Vice-Presidente, na resposta, dirigindo-se a mim, na sequência do voto de pesar que apresentei sobre a morte de João Abel Manta, utilizar termos como "trica política", considerando a minha intervenção "indecente". Ora está-me a acusar de tricas políticas e está-me a acusar de indecência. E, portanto, eu quero deixar muito bem claro que, quando eu referi e lamentei que, na circunstância da morte de João Abel Manta, não se tivesse posto a bandeira a meia haste nem decretado um dia de luto municipal, se fosse trica política, eu podia era dizer ao Senhor Vice-Presidente que tinha de fazer comparações até com outras pessoas, com outras circunstâncias, até familiares de pessoas que têm responsabilidades na Câmara e que gozaram desse privilégio, digo "privilégio", entre aspas, já que se trata mais de respeito. E não o fiz. Portanto, aqui não há qualquer "trica política" nem nenhuma "indecência" da minha parte. Mesmo no teor do voto de pesar, não consta nada do que foi a minha introdução que fiz verbalmente, quando apresentei o voto de pesar." --------

-----O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu dando a palavra ao Senhor Vice-Presidente, em resposta à intervenção do Senhor Deputado João Amaro (PS), em defesa da honra, tendo este referido que abdica desse direito. ----------

De seguida concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS), que solicitou o uso da palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. ----------

------ Usou da palavra Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS), tendo referido o seguinte: ----------

"Senhor Presidente, dirijo-me a si, e apenas a si, para lhe pedir uma informação e para lhe pedir que, ao abrigo da maturidade dos projetos, pudesse recomendar, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de

Gouveia, a este Executivo que, em nome da maturidade dos projetos, possa trabalhar efetivamente nessa maturidade e evitar anúncios desmedidos que depois suscitam respostas. ----------

Neste seguimento, informá-lo de que irei expor, por escrito, todas as questões que fiz. Seja a história contada, muito bem contada ou mal contada, são perguntas muito diretas que colocarei por escrito, para garantir que as perguntas são bem entendidas e que não há aqui nem meias histórias, nem projetos. ----------

Porque Gouveia é que interessa." ----------

II - PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"

- - - - Nos termos do art. º 36 do Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia, procedeu-se à abertura de um período para "Intervenção do Público", tendo-se inscrito os munícipes Armando Casimiro Duarte, Maria Manuela Correia Simões, António Nogueira e Ana Maria Oliveira Reis. ----

------ Antes de se dar início às intervenções do público inscrito, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, referindo que gostaria em primeiro lugar de deixar um agradecimento da Assembleia Municipal pelo facto de o público querer ali intervir, considerando que, como já tinha sido referido, isso constituía um sinal de vitalidade democrática e um louvável exercício de cidadania. ----------

Referiu, contudo, que, em situações futuras, seria importante que as pessoas que quisessem colocar questões, embora pudessem fazê-lo, ponderassem dirigir-se primeiro à Câmara Municipal, por foram a confrontar o senhor Presidente da Câmara com as questões que julgarem oportunas, nomeadamente nos dias em que este tinha atendimento ao público. Explicou que muitos dos assuntos ali colocados exigiam, porventura, a presença de técnicos da Câmara junto do Senhor Presidente, para o assessorar e permitir dar respostas mais concretas às questões apresentadas. ----------

Concluiu referindo que era por essa razão que, muitas vezes, as pessoas saíam da Assembleia um pouco frustradas, uma vez que a resposta obtida não era uma resposta categórica, cabal e completa, aquela que porventura poderia ser dada se houvesse conhecimento e preparação prévia com os técnicos da Câmara. ----------

------- 1) Sr. Armando Casimiro Duarte: Dirigiu-se à Assembleia Municipal para colocar questões relacionadas com as obras executadas no Caminho da Cabine, na Quinta dos Panais, bem como com a execução de trabalhos nos passeios e de drenagem de águas pluviais realizados na Avenida Francisco dos Santos, junto à Biblioteca da Fundação Laura dos Santos, em

Moimenta da Serra. Referiu ainda a entrada de águas pluviais e de lixo para o interior da sua habitação, proferindo a seguinte declaração: ----------

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e todo o Executivo, Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas, os meus cumprimentos. Em primeiro lugar, tenho de me dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia, o que não era a minha intenção, mas, face ao aviso que fez, gostaria de esclarecer que me desloquei a esta Assembleia porque, há oito dias, tinha a intenção de me deslocar à Câmara Municipal. Há cerca de mês e meio que ando a telefonar para ser recebido e não consigo falar com ninguém; só consigo falar com os telefonistas. É esse o motivo de estar aqui agora presente. ----------

Há oito dias, estive inscrito e falei com o Engenheiro Nuno China, que me disse que não era de bom tom e que talvez eu estivesse a falar num tom de ameaça. Daí que tenha feito mais de 50 telefonemas durante este mês e meio. Durante a semana, fiz vários telefonemas, mas não consegui obter nenhuma resposta. ----------

Sou natural de Moimenta da Serra e, desde 1964, devido ao exercício das minhas funções, estou a viver em Coimbra. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara, a minha intervenção vem solicitar a Vossa Excelência uma ajuda para a resolução dos problemas que passo a expor.

Ponto 1: obras executadas no Caminho da Cabine, na Quinta das Maçarocas, denominada "Os Panais", da qual sou proprietário. Relativamente às obras, já fiz as seguintes deslocações este ano: no dia 27 de março, 10 de abril, 25 de abril, data em que estive na Assembleia de Freguesia de Moimenta da Serra, e 2 de maio. Tive ainda várias reuniões com o Senhor empreiteiro, Manuel Marques, e com a Presidente da Junta, Senhora Dra. Eunice Lopes, no local, nomeadamente uma em que me desloquei para esclarecer onde se encontrava uma linha de água. ----------

O meu terreno, devido às águas pluviais que vêm do caminho público e da linha de água, está interdito desde as primeiras chuvas, desde dezembro de 2025 até 18 de maio findo, data em que pôde entrar um trator. Isto já acontece há vários anos. Tem sido aberta uma vala no meu terreno, que prejudica toda a minha agricultura. Consinto que abram esta vala para beneficiar um alojamento que ali está colocado, de Maria Manuela Correia Simões, porque já assisti a uma situação em que as próprias águas são tantas que aquilo parece uma piscina e vão para dentro de um poço de máquinas que tem. Numa das visitas, a companhia de seguros disse que pagaria aquelas reparações, mas que futuramente não pagaria mais, porque aquilo era provocado pelos factos que já reportei. ----------

Tive várias intervenções com o Senhor Manuel Marques, algumas delas tensas, por não concordar com a execução das obras. Por fim, o Senhor Manuel deu-me razão, dizendo que eu estava a analisar bem a situação das obras em curso no Caminho da Cabine. A linha de água passa na propriedade de Ana Filipe Armando Duarte e de Maria Manuela, proprietária do alojamento. A linha de água está toda obstruída e tem causado muitos problemas, conforme já expus. ----------

Também vim expor um problema que já tinha colocado na reunião da Assembleia de Freguesia: naquele caminho que vem da Igreja Matriz para a Senhora do Porto, tem dois sentidos. Acho que aquilo devia ter apenas um sentido único, porque é muito apertado, não há visibilidade, não há espelhos, não há nada. Não sei como é que ainda lá não houve problemas.

Quero salientar que trago aqui as fotografias da água, porque aquilo fica uma autêntica piscina. Numa das reuniões que fizemos em maio com a Presidente da Junta e com o empreiteiro, tivemos de andar à volta, porque não pudemos andar dentro da propriedade, onde me desloquei para indicar onde se encontrava a linha de água. ----------

Vou passar para outro problema, que vou agora relatar, que é o seguinte: devido ao meu estado de saúde, desde 2022, em que tive quatro intervenções e só vim quatro vezes a Moimenta, na altura do Santos, não pude dar sequência às reclamações que já tinha apresentado nesta Câmara, no ano de 2021. Dirigi-me ao Senhor Presidente da Junta na altura, António Vieira Coelho, e depois dirigi-me ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gouveia. Como nunca pensei que só tinha cinco minutos, entrego ao Senhor Vice-Presidente as fotografias da entrada das águas, que está a prejudicar-me a mim e ao alojamento. ----------

Desde 2021, já entreguei isto na Câmara e não há solução para este problema. ----------

Faço deslocações, deslocações, e é de lamentar esta situação.'' ----------

------- 2) Sr.ª Maria Manuela Correia Simões: Dirigiu-se à Assembleia Municipal para expor algumas questões relacionadas com o seu alojamento local e com situações que o afetam, proferindo o seguinte: ----------

Muito boa tarde a todos. Agradeço esta oportunidade que me deram. -------

De facto, às vezes parece que andamos um bocadinho escondidos e, de vez em quando, convém aparecer. É sempre bom aparecermos, penso eu. ------

Não quero prolongar-me muito, já estamos todos saturados, a tarde já vai longa. ----------

Sou Manuela Simões, sou proprietária de alojamento local, que ainda passa um bocadinho despercebido, mas quero expandir e quero tornar-me uma grande empresária. Vamos lá ver como isto corre, mas também

preciso de ajuda por parte da Câmara e da Junta de Freguesia de Moimenta, porque sozinhos não chegamos a bom porto. ----------
O alojamento chama-se Quinta Santo António, em Moimenta da Serra. Tenho todo o gosto que vão à internet visualizar, é um sítio muito bonito e muito agradável. ----------
Estou com um problema grave, de facto, a nível das terras, como o primeiro senhor já referiu, é um poço de água. Já há alguns anos, no mandato anterior, não resolveram nada. A Dr.ª Eunice tem feito um esforço, mas sozinha também não consegue. ----------
Há o problema da água, que nós, enquanto proprietários, não queremos que a água corra pela nossa propriedade. A mim, enquanto proprietária do alojamento, prejudica-me bastante, porque naquele sítio tenho espreguiçadeiras, tenho uma zona de lazer, uma churrasqueira, para os meus hóspedes passarem ali algumas horas de lazer, em contacto direto com a natureza. E é desagradável terem de usar galochas. Fica a dica: o caminho faz-se caminhando e, devagar, vamos ao longe. ----------
Há outro problema que me traz aqui: fui abordada, ainda no mandato anterior da Junta de Freguesia, para saber se não me importaria de ceder um bocadinho de terreno, numa das partes do meu alojamento, na parte superior da Rua das Maçarocas. Como sou uma pessoa aberta a colaborar, não podemos ser fechados, temos de trabalhar uns com os outros, disse logo que sim, que estava disposta ao que fosse preciso, e cedi o terreno. Já anteriormente tinha cedido terreno na parte de cima, o que deu origem ao caminho que hoje está alcatroado e que na altura não estava, e que agora até já tem candeeiros. Na altura era só um caminho de cabras, agora já não é. Cedi, de facto, um bom bocado de terreno, e ainda bem que o fiz, não me arrependo. Só me desagradou o facto de ter cedido o terreno com grande urgência e, embora, não estivesse disponível na altura, vim de propósito de Coimbra, onde resido e tenho a minha morada fiscal. Efetivamente, foi tão rápido o início da obra para delinearmos o terreno e fazermos o respetivo muro. Acontece que a obra está parada há dois meses e nunca mais fizeram nada. Parece-me que há falta de dinheiro, segundo o que me diz o empreiteiro, não sei se é verdade ou não. Mas o empreiteiro parece-me pessoa de boa-fé. Não o conhecia, e passei a conhecê-lo como um trabalhador exemplar e um homem disponível. E acho que as pessoas, quando são trabalhadoras e disponíveis, devem ser ajudadas, e devemos colaborar com elas. É a minha opinião. ----------
Fica também a dica, porque a minha propriedade ficou devassada — qualquer pessoa entra por ali, e isso não me agrada. Quero a minha propriedade vedada, como tenho direito. Se cedi terreno, foi esse o acordo.

O muro está feito, só falta colocar os pilares e a rede. É simples. Obrigada." ----------

------- 3) Sr. António Nogueira: Dirigiu-se à Assembleia Municipal para abordar questões relacionadas com a industrialização do turismo, do plano de prevenção contra incêndios nas freguesias do Alto Mondego e sobre o ambiente, proferindo a seguinte declaração: ----------

"Muito boa tarde, ----------

Senhor Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra. Quero cumprimentar a consciência política que foi eleita nesta Assembleia e também os membros que têm responsabilidade na vereação do Executivo. - O que me traz aqui é uma sequência daquilo que foi aqui dito nas últimas sessões da Assembleia, onde eu invoquei a necessidade de o Executivo ter uma atenção decisiva sobre os lugares de Ribamondego, de Ponte Nova e, sobretudo, do Vale do Rossim. Todos nós ouvimos a resposta do Senhor Presidente, que em relação ao Vale do Rossim, a Câmara não tem nada a ver com aquilo, é o ICNF que tem. Em relação aos outros dois espaços, também me disse que não tinham qualidades para terem uma promoção turística que é exigente. Enfim, acho que não vale a pena vir aqui para estar a emitir a minha opinião, que a minha opinião já foi dita nas questões que levantei ao Senhor Presidente. A resposta é que não foi coerente. Quando se apela ou quando se diz que Gouveia está viva, não está nada. Enfim, então ficou-me na retina que, provavelmente, talvez eu não saiba, mas o Executivo que tem funções de responsabilidade, as palavras têm o seu significado, deem-lhe o que quiserem. Fiquei com a ideia de que o Senhor Presidente da Câmara e quem o acompanha terá uma ideia sobre o turismo diferente da minha. E, se tem alguma ideia, então que diga qual é a dimensão dessa ideia, com fins de industrializar uma atividade que é importantíssima no nosso concelho, que é o turismo. Se tem essa ideia, então que diga qual é a ideia que tem para a industrialização do turismo. ----------

A outra questão que eu queria colocar é sobre a Proteção Civil. Como todos nós sabemos, os mais atentos, a proteção tem duas dimensões: é na prevenção e depois é no socorro. Quando o mal já está, vai-se em socorro. Mas, para evitar o mal, há uma dimensão de prevenção. A pergunta que eu queria colocar ao Executivo com responsabilidades, é se existe algum plano de prevenção contra os incêndios, designadamente nas freguesias que estão mais vulneráveis aos incêndios, designadamente as freguesias do Alto Concelho. Estou a falar de Folgosinho, estou a falar das Aldeias, estou a falar de Nabais. Se existe ou não um plano de prevenção.

Prevenção. Não é quando o incêndio lá está a deflagrar que vão lá depois socorrer. Essa é a outra questão. ----------

E uma outra questão, que não deixa de ter a sua importância, até porque aqui eu tenho estado a ouvir que há reclamações à Câmara e a Câmara não cumpre com o artigo 86 do Código de Procedimento Administrativo. São 10 dias para responder, dizer se deve ou não deve, se faz ou não faz. E então, enfim, lamentavelmente, as pessoas vêm aqui a este púlpito e dizem que já andam há anos a meter requerimentos, e requerimentos, e requerimentos. A propósito disso, eu não vou meter nenhum requerimento à Câmara, porque a minha intervenção aqui é simplesmente política. Eu fui um ex-candidato, todos vocês sabem, e eu gosto da política. E por isso mesmo, tudo o que seja administrativo, qualquer cidadão está no seu direito de seguir a recomendação do Senhor Presidente da Assembleia, que tem toda a minha adesão. Agora, a minha intervenção aqui será sempre política, porque entendo que a política é uma arte. É uma arte, é uma atividade para transformar aquilo que pode ser transformado, sempre com o objetivo de criar melhores condições às pessoas que cá vivem e que querem cá viver e que querem cá investir. Não é virem cá, dormem cá e ao outro dia vão-se embora. Depois, para o ano vêm outra vez. Não. O governo precisa de população fixada e precisa de investimentos de impacto. Por isso é que a minha primeira questão foi essa da industrialização. Se a Câmara tem alguma ideia do seu ponto de vista da industrialização e do turismo, eu tenho, mas eu não tenho esse poder para dizer. Enfim, se for provocado para isso, também posso entrar nesse debate. Agora, a última questão, que não é de menor importância, é esta relação da Câmara com o cidadão. Eu tenho conhecimento que, em Vila Nova de Tazem, há quintas ali no lugar de Paçoinhos, em que o caminho que serve aquelas quintas está muito maltratado. As pessoas já falaram com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia falou com a Câmara, a Câmara diz que é da Junta de Freguesia, e o cidadão a quem andaram a pedir o voto, esse cidadão agora já não interessa. Então é moeda de troca. Vai para a Junta, a Junta vai para a Câmara. ----------

Quero agradecer a vossa atenção. Muito obrigado." ----------

------- 4) Srª. Ana Maria Oliveira Reis: Usou da palavra a Munícipe Ana Maria Oliveira Reis, proferindo o seguinte: ----------

"Cumprimento, em primeiro lugar, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos

Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e a todos os que nos assistem aqui e nas redes sociais. ----------

45 mil. 45 mil é o número médio de animais abandonados todos os anos em Portugal. Esta é uma ferida aberta, que insiste em não cicatrizar. Vidas descartadas, como se o afeto tivesse prazo de validade. Cada animal deixado para trás carrega o silêncio de uma promessa quebrada e a indiferença de uma sociedade que, demasiadas vezes, vira o rosto. Canis sobrelotados tornam-se refúgios de desespero, enquanto nas ruas se acumulam histórias de lealdade não correspondidas. O abandono não é apenas um ato. É um espelho da nossa responsabilidade falhada, onde a compaixão deveria falar mais alto, mas que chega mais tarde. Hoje, venho falar-vos de uma causa que nos deve unir enquanto comunidade: o bem-estar animal e a importância de dar uma oportunidade aos animais que vivem no Centro de Recolha Oficial. A forma como tratamos os animais diz muito sobre os nossos valores. Eles dependem de nós para terem alimento, cuidados veterinários, proteção e, acima de tudo, respeito. Não são objetos que se compram e descartam quando deixam de ser convenientes. São seres vivos que sentem dor, medo, alegria e afeto. Infelizmente, o abandono continua a ser uma realidade. Todos os anos, muitos cães e gatos chegam ao Centro de Recolha Oficial porque foram abandonados, se perderam ou nunca tiveram uma família que assumisse a responsabilidade de cuidar deles. Cada um desses animais tem uma história e merece uma oportunidade. É por isso que a divulgação dos animais disponíveis para adoção é tão importante. Muitas pessoas gostariam de adotar, mas simplesmente não sabem que existem tantos animais à espera de um lar. Quando partilhamos uma fotografia, contamos a história de um animal ou divulgamos campanhas de adoção, estamos a aumentar as possibilidades de ele encontrar uma família. Uma adoção responsável muda duas vidas: a vida do animal, que ganha um lar, e a da pessoa ou família que recebe um companheiro fiel. Além disso, cada adoção permite que o Centro de Recolha Oficial acolha outros animais que precisam de ajuda. Mas o bem-estar não depende apenas das instituições. Depende de cada um de nós. Significa identificar os animais, esterilizá-los quando recomendado, evitar ninhadas indesejadas, nunca abandonar um animal e denunciar situações de maus-tratos. Significa também ensinar as crianças a respeitar os seres vivos, porque o respeito aprende-se desde cedo. O Centro de Recolha Oficial desempenha um papel essencial, mas não pode trabalhar sozinho. Precisa de apoio da comunidade, dos voluntários, das associações e de todos os cidadãos. Cada partilha nas redes sociais, cada visita ao centro e cada adoção responsável contribuem para reduzir o abandono e oferecer

uma vida melhor aos animais. Gostaria de fazer um desafio. Da próxima vez que virem um animal do CRO disponível para adoção, partilhem a sua história. Pode parecer um gesto pequeno, mas essa partilha pode chegar à pessoa que procura um novo amigo para a vida. O bem-estar animal começa com respeito, continua com responsabilidade e concretiza-se quando cada animal tem a oportunidade de viver num lar seguro e cheio de carinho. Termino com um apelo a esta Câmara para que reforce o seu compromisso com o bem-estar animal. É urgente e necessário fazer mais, com medidas concretas e consistentes, porque uma comunidade que protege os seus animais é uma comunidade mais responsável e mais humana. Enviei hoje mesmo um e-mail à Câmara, em seguimento à resposta que me foi enviada a 6 de fevereiro de 2026, sobre uma informação que por mim foi solicitada na reunião de Câmara do passado dia 22 de dezembro de 2025. E aguardo essa resposta. ----------

Muito obrigada." ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção, referindo que não tinha sido colocada nenhuma questão à Câmara, mas que se associava ao que ali tinha sido dito. Acrescentou ainda, dizendo aquilo que já é sabido, que Gandhi dizia que a melhor forma de aferir a qualidade dos nossos cidadãos é perceber como eles tratam os seus animais. ----------

Prosseguiu, concedendo a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para responder às questões que tinham sido colocadas. ----------

------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, que, relativamente à questão colocada pelo Senhor Armindo Duarte e pela Senhora Manuela Simões, começou por agradecer o facto de se terem deslocado tão longe a esta Assembleia para verem as suas questões aqui discutidas e esclarecidas, pedindo-lhes, desde já, desculpa pela parca informação que tinha relativamente às mesmas. ----------

Ainda assim, referiu que, uma vez que a reunião do Senhor Presidente em Lisboa já tinha terminado e que, naquele momento, já lhe era possível trocar algumas mensagens com ele, importava esclarecer que o Presidente da Câmara tinha mudado na transição do anterior mandato para o atual. Assim, referiu não saber se a pessoa com quem os intervenientes tinham tido, ou procurado ter, uma reunião tinha sido já o atual Presidente da Câmara ou o anterior. Contudo, informou que o atual Presidente da Câmara lhe tinha transmitido que não tinha nenhum registo dessa tentativa de reunião. Ainda assim, informou que iria facultar-lhe os contactos dos intervenientes e que o Senhor Presidente iria agilizar o agendamento da referida reunião, também mediante a disponibilidade dos mesmos. ----------

Referiu, ainda, que, uma vez que a exposição do assunto tinha chegado com bastante antecedência relativamente à realização daquela Assembleia, procurou também saber junto dos serviços se tinham algum conhecimento daquela matéria. Nesse sentido, informou que aquilo que lhe tinha sido transmitido, relativamente ao assunto que era comum aos intervenientes, tinha que ver com as águas pluviais que estariam mal conduzidas, se bem tinha percebido. Referiu que lhe tinha sido transmitido que, do ponto de vista técnico, estava a ser articulada uma solução e que, segundo os técnicos, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia também estaria envolvida no processo de resolução daquela questão, estando, portanto, relativamente integrada na solução, pese embora também lhe tivessem transmitido que a mesma ainda não lhes teria sido comunicada, nomeadamente a solução e a forma como esta iria ser concretizada. ---------

Pediu-lhes, assim, alguma paciência, solicitando que aguardassem o contacto do Senhor Presidente, que se encontrava disponível para reunir com os mesmos, com a Senhora Presidente da Junta e com os técnicos, para que aquela questão tivesse efetivamente uma solução. ----------

Referiu, ainda, que, de facto, eram bem-vindos àquele território e que tinham naturalmente afinidades com o mesmo, acrescentando que, no caso da Senhora Manuela Simões, o facto de ter ali um alojamento local, uma vez que o Município tinha sempre como objetivo que o turismo tivesse mais agentes económicos, fazia com que aquela questão ganhasse também uma outra importância da parte do Município. ----------

Por fim, pediu-lhe desculpa por não poder ser mais concreto relativamente à questão. ----------

Relativamente à questão suscitada pelo Senhor António Nogueira, referiu que não concordava quando este tinha afirmado que o Senhor Presidente da Câmara, de alguma forma, tinha desvalorizado quer o Vale do Rossim, quer Ribamondego, quer a Ponte Nova. Referiu que, de todo, não tinha sido essa a intenção e que considerava que o Senhor António Nogueira não tinha percebido aquilo que o Senhor Presidente da Câmara teria dito. -------

Esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara poderia ter dito alguma coisa relativamente à qualificação, do ponto de vista oficial, de algumas dessas zonas como praias balneares, procurando, dessa forma, ser correto do ponto de vista daquilo que é o enquadramento destas questões. Pelo contrário, referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha dado nota de um aspeto muito importante e de um projeto muito importante para o Município, que poderia ser um primeiro passo, mas que seria um passo importante para que estas infraestruturas e outras infraestruturas do concelho, com potencialidades balneares e potencialidades náuticas,

viessem a ter um outro destaque no futuro, tivessem a possibilidade de ser trabalhadas em rede e tivessem também a possibilidade de concorrer a fundos para a requalificação das suas infraestruturas e para o desenvolvimento de atividades. ----------

Referiu que esse projeto em específico, a que o Senhor Presidente se tinha referido na última sessão da Assembleia Municipal e ao qual se iria agora referir, tinha a ver com a candidatura que o Município de Gouveia tinha apresentado para a integração do PROVERE. Esclareceu que o PROVERE era um programa de desenvolvimento de recursos endógenos, liderado, neste caso, pela CIM Beiras e Serra da Estrela, e que desenvolvia precisamente os produtos náuticos e as zonas náuticas. ----------

Explicou que, no entendimento deste PROVERE, zonas náuticas eram todas e quaisquer zonas onde houvesse um curso de água e onde fosse possível a prática e o desenvolvimento de desportos náuticos e do lazer náutico. Referiu que, numa primeira fase, o Município tinha candidatado a esta certificação, que considerava importante, não só a zona do Vale do Rossim, mas também todo o Mondego, acrescentando que havia Juntas de Freguesia que o podiam comprovar, por serem parceiras nesta candidatura, abrangendo o Mondego desde Ponte Nova até Cativelos, passando por Arcozelo e por Ribamondego. ----------

Acrescentou que outras ribeiras onde existiam, ou tinham existido, zonas de concessão de pesca, sendo a pesca também um produto turístico, desportivo e de natureza importante para o concelho, tinham sido igualmente candidatadas à certificação neste âmbito. ----------

Informou que o Município já tinha obtido uma resposta à candidatura, no sentido de suprir algumas irregularidades ou prestar esclarecimentos, e que não restaria muito tempo até que tivessem a aprovação desta certificação.

Relativamente ao ponto suscitado sobre a industrialização do turismo, referiu que não tinha a certeza de conhecer o conceito de "industrialização do turismo", não sabendo se o Senhor António Nogueira se referia à massificação do turismo ou ao desenvolvimento turístico. Referiu que iria presumir, uma vez que tinha feito uma consulta, que aquilo que o ChatGPT lhe tinha indicado como sendo mais próximo daquilo que o Senhor António Nogueira tinha referido seria o desenvolvimento turístico. ----------

Nesse sentido, afirmou que o papel dos Municípios no turismo, de forma muito sintética, deveria desenvolver-se essencialmente por três eixos. Um deles seria a estruturação do produto, ou seja, olhando para as mais-valias turísticas do concelho, estruturar e conceber produtos em torno desses pontos de interesse e desses ativos do território. ----------

Considerou que o Município de Gouveia tinha vindo a fazer esse trabalho, com destaque e qualidade, dando um conjunto de exemplos. Referiu, designadamente, que, quando eram desenvolvidas as saídas de campo da biodiversidade com o CERVAS, estavam a desenvolver um produto importante de turismo de natureza, não o fazendo por acaso, nem apenas por ser bonito ou charmoso, mas por ser muito importante. ----------

Salientou que era necessário ter consciência de que o concelho estava integrado no Parque Natural da Serra da Estrela e que o facto de estar no Parque Natural da Serra da Estrela significava, do ponto de vista da biodiversidade, uma riqueza incomparável em termos nacionais e muito própria e identitária, em termos de natureza. Assim, referiu que esse era um produto que estava a ser desenvolvido pelo Município, em conjunto com o CERVAS, uma associação local muito importante nessa matéria, assim como com outras entidades. ----------

Referiu, ainda, as iniciativas em torno da Transumância e das Romarias de Ovelhas, bem como as iniciativas em torno da cultura, de Abel Manta e da Casa Para Sempre Vergílio Ferreira, e os grandes eventos culturais, como o Gouveia Art Rock ou o Festival Literário Em Nome da Terra. ----------

Salientou que todas essas iniciativas tinham, inclusive, o acolhimento e o interesse de entidades importantes ao nível do turismo, como era o caso do Turismo do Centro e do Turismo de Portugal. ----------

Em relação à questão do plano de defesa contra incêndios das zonas do Alto Concelho, esclareceu que não existia um plano de prevenção e defesa contra incêndios em espaço rural específico para os territórios do Alto Concelho, mas sim para todo o território do concelho. ----------

Nessa medida, referiu que, daquilo que sabia e que era visível a olho nu, o Município de Gouveia e, particularmente, a Proteção Civil do Município de Gouveia, em conjunto com o Gabinete Técnico Florestal, tinham desenvolvido um trabalho muito positivo no que dizia respeito à criação das faixas primárias e secundárias e, consequentemente, à preparação e à prevenção do território para esse período crítico. ----------

Em relação à exposição feita pela cidadã Ana Reis, agradeceu-lhe, de resto, à semelhança do que já tinha feito o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acrescentou que a Ana Reis, se lhe permitisse referir-se nesses termos, mais do que falar, também fazia muito por aquilo que era a dignidade e a saúde animal no concelho, colaborando com uma associação que, aliás, era parceira do Município, num plano muito importante de esterilização que era realizado em todo o concelho. ----------

Referiu, portanto, que, como já tinham tido oportunidade de dizer noutras ocasiões, seguir os seus conselhos no que dizia respeito à divulgação das

campanhas de adoção, que eram, de facto, importantes para que aqueles animais encontrassem famílias e o cuidado que mereciam nas casas das pessoas que também os merecessem ter. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, que propôs que, caso todos concordassem, se entrasse no período da ordem do dia, se discutissem os pontos 1 e 2 e, posteriormente, se fizesse um intervalo. Prosseguiu, dando a palavra ao Senhor Deputado Paulo Sá (PS), que solicitou o uso da palavra. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PS), que começou por assinalar que não tinha sido contabilizado o tempo da intervenção do Senhor Vice-Presidente, referindo que o mesmo não estava a ser contado, mas que, ainda assim, concordava com a proposta. ----------
------ Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que questionou qual era o artigo do Regimento que estabelecia que o tempo de resposta do Presidente tinha de ser contabilizado. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PS), que esclareceu que não existia tal disposição, acrescentando, contudo, que, dada a importância atribuída ao cronómetro, pretendia abordar uma questão diferente, relacionada com a divulgação dos trabalhos da Assembleia Municipal e com o respeito, por parte dos serviços, pela própria Assembleia. ----------
Referiu que, na última Assembleia, tinha sido com alguma surpresa que muitas pessoas se tinham queixado de não conseguirem acompanhar a transmissão, uma vez que, talvez por demasiada impulsividade do Gabinete de Comunicação da Câmara, tinham sido colocadas várias publicações sobre a transmissão. Acrescentou que, com surpresa, há cerca de 12 ou 13 minutos, tinham sido novamente colocadas novas publicações sobre a transmissão daquela Assembleia, afirmando que imaginava que não fosse para ocultar nada do que ali se passava. ----------
Considerou, assim, que se trataria de um erro de programação, relativamente aos horários, ou até de demasiada impulsividade do Gabinete de Comunicação. Informou ainda que a Assembleia já não estava a ser transmitida em destaque, ou que já se encontrava vários lugares abaixo, considerando que se tratava de um pequeno pormenor, mas que não custaria aguardar pelo tempo de duração da Assembleia para realizar novas publicações. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e referiu que não tinha conhecimento do que estava a acontecer, nem sabia tecnicamente como

resolver a situação, questionando se algum dos presentes conseguiria responder àquela questão e qual seria a melhor forma de a solucionar. ------
------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, que, referiu também não saber se conseguiria responder à questão colocada. Explicou que era natural que existisse, no cronograma de publicações do Gabinete de Comunicação, a previsão de um conjunto de publicações que iam sendo realizadas e que tinham de ser reiteradas, precisamente para que as informações fossem divulgadas. ----------
Esclareceu que nada disso era feito de forma inusitada, com o propósito de ocultar o que quer que fosse, salientando, pelo contrário, que todos tinham muito interesse em que os Gouveenses, e não só, conhecessem aquilo que se passava naquela Assembleia. ----------
Acrescentou, contudo, que também não considerava que isso fizesse com que as pessoas que se encontravam na sala de visualização da sessão da Assembleia Municipal se retirassem ou deixassem de acompanhar a transmissão, referindo não perceber como ocorreria essa diminuição de presenças. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que agradeceu ao Senhor Vice-Presidente e informou que tinham acabado de confirmar que a sessão continuava a ser filmada, não sabendo, contudo, se se encontrava logo no primeiro ou no segundo lugar, podendo eventualmente passar para baixo. Referiu, ainda, que, atualmente, qualquer pessoa que quisesse acompanhar a transmissão conseguia facilmente fazê-lo, bastando para tal percorrer o ecrã do computador ou do telefone, chegando rapidamente à transmissão. ----------
De seguida, propôs que se passasse ao período da ordem do dia e que, após a discussão dos dois primeiros pontos, se realizasse um intervalo de 10 a 15 minutos, não só para permitir que todos se refrescassem, mas também para dar oportunidade aos líderes das bancadas e ao deputado único de reunirem consigo, ou sem a sua presença, considerando que tal seria indiferente, para discutirem a questão do ponto 3, que tinha sido introduzido e que dizia respeito à moção sobre a barragem de Girabolhos. ----------

III - PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

Ponto 1 – Discussão e votação da Moção apresentada pelo Deputado Único do Partido Político Chega: "Transferência imediata do antigo Centro de Saúde de Gouveia para ampliação do Museu do Automóvel".

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega),

para apresentar a sua moção e, posteriormente, se proceder à respetiva discussão. ----------

------Usou da palavra o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), que começou por agradecer ao Senhor Presidente da Mesa e, por uma questão de economia de tempo e de forma a não prolongar a sua intervenção, referiu que todos os Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta tinham conhecimento do teor da moção que apresentava naquela sessão. Acrescentou que, caso algum elemento do público pretendesse ter acesso ao respetivo conteúdo, poderia facultá-lo durante o período do intervalo. ----------

Referiu, ainda, que os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta tinham conhecimento do problema em causa, pelo que passaria a expor os fundamentos que sustentavam a moção, reforçando, desse modo, o pedido de aprovação da mesma, proferindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ----------

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, ----------

Senhoras e Senhores Deputados, ----------

Gouveenses aqui presentes, ----------

Subo a esta tribuna para trazer a este plenário um assunto que não é de partidos, não é de fações, mas sim de estrita justiça e de defesa intransigente do património de Gouveia. ----------

Estamos a falar de um compromisso assumido pelo Estado Português com o nosso Município no já longínquo ano de 2002. Há mais de 24 anos! ------

Nessa data, o Município de Gouveia cumpriu exemplarmente a sua parte: cedeu o terreno onde hoje funciona o atual Centro de Saúde. O Estado assinou um contrato de permuta, onde se comprometia a entregar de forma definitiva a posse e a propriedade do antigo Centro de Saúde à Câmara Municipal. ----------

Mas o que fez o Estado de 2002 até à data de hoje, em 2026? Nada. --------

Passaram-se mais de duas décadas e a transmissão formal da propriedade continua num limbo burocrático inaceitável. Isto não é apenas desleixo administrativo; é um incumprimento contratual grave, que dura há 24 anos e que limita a plena autonomia do nosso Município sobre um imóvel que, por direito e por contrato, já devia ser nosso. ----------

Perante este arrastar de pés da tutela, esta Assembleia Municipal não pode ficar calada, nem pode assobiar para o lado. Temos o dever de exigir urgência. Temos o dever de dar força política e jurídica à Câmara Municipal, para interpelar o Ministério da Saúde e exigir o que é de Gouveia por direito. ----------

Por isso, apelo ao voto favorável de todas as bancadas partidárias, para a aprovação desta Moção. Vamos aprovar este documento por unanimidade, enviando um sinal claro e de força institucional a Lisboa: com o património e com a palavra dada aos Gouveenses, não se brinca mais. Muito obrigado." ----------

"Moção

Pela transferência imediata do antigo Centro de Saúde de Gouveia para ampliação do Museu do Automóvel de Gouveia.

Considerando que: ----------

1. Em, 21 de Outubro de 2002, foi celebrado protocolo entre o Município de Gouveia e a Administração Regional de Saúde do Centro, relativo à construção do novo Centro de Saúde de Gouveia; ----------

2. Nos termos do referido protocolo, cláusula [nº2], o Município cedeu o terreno para construção do novo equipamento de saúde, tendo como contrapartida a cedência, por parte da ARS Centro, do edifício do antigo Centro de Saúde, sito em Gouveia, para instalação e ampliação do Museu do Automóvel de Gouveia; ----------

3. O novo Centro de Saúde de Gouveia encontra-se construído e em pleno funcionamento desde, há aproximadamente 20 anos, pelo que o Município cumpriu integralmente a sua parte do acordo; ----------

4. O edifício do antigo Centro de Saúde permanece até à presente data na posse da ARS Centro, encontrando-se devoluto e sem utilização, em progressivo estado de degradação, o que constitui um prejuízo para o erário público; ----------

5. O Museu do Automóvel de Gouveia é um equipamento cultural de referência regional, com elevado número de visitantes anuais, e possui um projeto de ampliação já elaborado, estando a sua execução dependente da disponibilização do referido imóvel; ----------

6. A ampliação do Museu permitirá duplicar a área expositiva, criar postos de trabalho diretos e indiretos, e reforçar a atratividade turística do Concelho de Gouveia e da Serra da Estrela. ----------

A Assembleia Municipal de Gouveia, reunida em , delibera: ----------

1. lnstar a ARS Centro e o Ministério da Saúde a procederem à transferência imediata do edifício do antigo Centro de Saúde de Gouveia para o domínio municipal, dando cumprimento ao protocolo assinado em 21/10/2042; ----------

2. Solicitar ao Executivo Municipal que desenvolva todas as diligências necessárias junto da tutela, estabelecendo o praza de 60 dias para obtenção de resposta formal e calendarização da transferência; ----------

3. Recomendar que, caso não haja resposta no prazo estipulado, o Município avalie o recurso a meios legais para exigir o cumprimento do acorda; ----------

4.Remeter a presente moção à ARS Centro, ao Ministério da Saúde, à CIM Beiras e Serra da Estrela, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social local e regional. ----------

Gouveia, 26 de Junho de 2026 ----------

O Deputado Municipal proponente. ----------

Armindo Bezerra ----------

Deputado Municipal do Partido Político Chega." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarando abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Amaral (PS), proferindo o seguinte: ----------

"Muito obrigado, Senhor Presidente. ----------

Quero começar por dizer que reconhecemos a importância do Museu da Miniatura Automóvel, que é, sem sombra de dúvida, um nicho diferenciador na afirmação turística e cultural do concelho de Gouveia. Contudo, também me parece que esta discussão deve ir para além da simples necessidade de ampliação do Museu da Miniatura Automóvel e centrar-se também na forma como podemos utilizar essa unidade museológica para promover um desenvolvimento mais equilibrado do território. E, na nossa perspetiva, o alargamento do espaço de exposição deste museu pode passar por outras alternativas, que não a utilização do antigo posto médico de Gouveia. A primeira pode mesmo passar pela sua deslocalização. Se existe a necessidade de aumentar a área expositiva, por que não analisar soluções que permitam descentralizar a oferta museológica e turística do concelho? Dou um exemplo: o Centro Cultural de Vila Nova de Tazem. É um equipamento com espaço disponível, estacionamento e condições para acolher exposições de veículos, podendo ainda beneficiar de uma atividade permanente que o valorizasse ao longo do ano. O Centro Cultural de Vila Nova de Tazem possui inclusivamente um elevador instalado, para garantir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, o que não acontece hoje. Falta apenas concluir a última fase do projeto, que é colocá-lo a funcionar. E por que não pensar nesta alternativa? Dei Vila Nova de Tazem apenas como exemplo, pois considero que podem e devem ser estudadas alternativas noutras Freguesias, permitindo levar investimento, turistas, visitantes e dinâmica económica para além da cidade de Gouveia. ----------

Obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), proferindo o seguinte: ----------

"Reiterando a validade da sugestão apresentada pelo Pedro Amaral, o grupo do PS nesta Assembleia não é favorável ao objetivo proposto na Moção apresentada pelo representante único do Partido Chega. O edifício do antigo Posto Médico, pela sua localização, pela sua volumetria e configuração arquitetónica, pode e deve servir a outro desiderato e obstar a uma urgente necessidade, a uma grave lacuna que, desde há muito, se verifica em Gouveia. ----------

Já o defendemos noutras circunstâncias, e esta Moção do Chega é apenas um bom pretexto para o voltarmos a reafirmar. Na nossa opinião, o edifício do antigo Posto Médico seria uma boa solução para a instalação do arquivo municipal, cujo acervo, como é de conhecimento público, se encontra disperso por diversos espaços municipais. Tal permitiria congregar, preservar e fruir, num só espaço, tão rico e diversificado património. ----------

A necessidade de alargamento do espaço do Museu da Miniatura Automóvel pode ter outro tipo de solução. As sugestões do Pedro Amaral são, obviamente, para levar em boa conta. Mas eu também me permito uma sugestão: a ter de se manter em Gouveia o Museu da Miniatura Automóvel, por que não pensar na sua deslocalização para as instalações do edifício Abel Rito, assim que a Câmara feche o negócio da sua aquisição? ----------

Bons acessos, espaço exterior com condições para exposição automóvel, possibilidade de aí também poder ficar sediado o Grupo Serra a Fundo (coletividade Gouveense dedicada à promoção do desporto automóvel e do automobilismo), que tem falta de sede própria, e até pelo simbolismo daquele sítio, onde existiu uma das mais importantes unidades de mecânica automóvel da nossa região, a firma Carvalho & Irmão. Por que não o edifício Abel Rito? ----------

Por isso, não podemos dar o nosso aval à proposta do Partido Chega. -----

Obrigado." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado João Ferreira (PPD/PSD) proferindo a seguinte declaração: ----------

"Relativamente à moção apresentada pelo Senhor Deputado do Partido Chega, importa começar por registar as considerações que faz quanto à relevância do Museu da Miniatura Automóvel, não do automóvel, reconhecendo que estamos perante um equipamento cultural de referência regional, que tem atraído milhares de pessoas ao longo dos anos. Quanto a

este equipamento cultural, único no país, a verdade é que há muito existe a ambição de dotá-lo de um espaço mais amplo e mais ajustado à importância cultural que representa. O atual edifício revela-se exíguo para a projeção que legitimamente se pretende para este equipamento e para o potencial de valorização que encerra. ----------

Contudo, importa também distinguir com clareza aquilo que são intenções, expetativas ou possibilidades daquilo que corresponde a decisões efetivamente tomadas pelos órgãos competentes. E, tanto quanto foi possível apurar, nunca foi deliberado em reunião de Câmara que o futuro espaço do Museu da Miniatura Automóvel venha a ser o antigo posto médico. Mais, não é sequer do nosso conhecimento que exista, até ao momento, uma decisão formal do atual Executivo nesse sentido. Nessa medida, não nos parece adequado que a Assembleia Municipal esteja a aprovar uma Moção assente num pressuposto que não foi ainda objeto de discussão e deliberação por parte da Câmara Municipal. ----------

Acresce que, no que respeita à utilização do edifício, das diligências efetuadas junto ao Executivo Municipal resulta que existe atualmente uma autorização especial de utilização do espaço, mas que se encontram igualmente em curso as necessárias diligências com vista à cedência formal do imóvel ao Município. Ou seja, quanto à matéria de fundo, constata-se que o Executivo já se encontra a desenvolver os procedimentos que entende serem adequados junto da tutela. ----------

Assim sendo, consideramos esta moção algo despicienda, por assentar, por um lado, numa solução que não foi formalmente aprovada em sede própria e, por outro, na necessidade de realizar diligências que já se encontram em marcha. Parece-nos, inclusive, manifestamente desajustado impor um prazo de 60 dias para uma resposta formal e calendarização de transferência do imóvel, face à natureza e aos trâmites próprios deste tipo de processos administrativos. ----------

Assim sendo, pelos motivos que elenquei, a bancada do PSD votará contra esta moção tal como ela está. ----------

Obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que referiu que o Regimento permitia que a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente ou do seu substituto legal, pudesse intervir na discussão, sem direito a voto. Questionou, assim, se algum elemento do Executivo pretendia intervir naquela discussão ou se poderiam passar à votação. -------

------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para prestar um pequeno esclarecimento, referindo que não pretendia intrometer-se na discussão, considerando que a Assembleia Municipal tinha legitimidade para a fazer e

que já tinha sido possível ouvir alguns posicionamentos das bancadas e dos Senhores Deputados. ----------
Agradeceu também ao Senhor Deputado Armindo Bezerra pela iniciativa, esclarecendo, contudo, dois aspetos importantes com os quais o Executivo se tinha deparado recentemente. Referiu que este era um assunto que, para o Executivo, também não estava adormecido, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara, já há algum tempo, vinha desenvolvendo um conjunto de esforços no sentido de contactar a entidade com efetiva legitimidade para proceder à cedência do equipamento. ----------
Esclareceu que, ao contrário do que consta do protocolo celebrado entre o Município e a ARS Centro, a entidade com competência para a cedência do equipamento não seria a ARS Centro, mas sim o Instituto de Gestão da Segurança Social, conforme esclarecimento obtido pelo Município. ---------
Acrescentou que, após terem verificado essa situação, procuraram promover reuniões com os responsáveis do Instituto de Gestão da Segurança Social, não tendo sido fácil, inicialmente, estabelecer esse contacto. Contudo, por intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, já tinha sido possível agendar uma reunião nesse sentido, pelo que, em breve, seriam conhecidos desenvolvimentos relativamente a este assunto. ----------
------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação os **a Moção apresentada pelo Deputado único do Partido Político Chega relativa à "Transferência imediata do antigo Centro de Saúde de Gouveia para ampliação do Museu do Automóvel",** tendo sido **rejeitada, por maioria,** com **trinta e quatro (34) votos contra** dos grupos municipais do PPD/PSD e do PS e **um (1) voto a favor** do Deputado Único do Chega**. ----------**
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, João Manuel Costa Ferrão, por se ter ausentado da sala de sessões não participou na votação. ----------

Ponto 2. Discussão e votação da recomendação apresentada pelo Deputado Único do Partido Político Chega: "Revisão e atualização do Código de Posturas Municipal".

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), para apresentar a sua recomendação referente à revisão e atualização do Código de Posturas Municipais, solicitando-lhe que seguisse o que anteriormente lhe tinha transmitido. Referiu que, nos três minutos de que dispunha, deveria apresentar a recomendação, acrescentando que,

posteriormente, não teria mais nada a acrescentar, uma vez que a discussão se esgotaria com as intervenções dos restantes grupos municipais. ----------
------Usou da palavra o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), proferindo o seguinte: ----------
"Senhor Presidente, ----------
Senhor Vice-Presidente e Senhores membros do Executivo, ----------
Senhores Deputados, ----------
Sigo o mesmo caminho do assunto anterior, portanto, não vou apresentar, não vou ler o texto da recomendação. Se bem que deveria ter tempo para o fazer, porque aquilo que entendo é que há uma má interpretação da leitura, mas é a minha modesta opinião. Porque, nesta Câmara, já foi dito, e por responsáveis do Município, que o antigo Centro de Saúde se destinava ao Museu da Miniatura Automóvel. Dito isto, e referente ao Código de Posturas Municipais, para que conste: o primeiro Código de Posturas Municipais do concelho de Gouveia foi feito em 1917 e impresso na Tipografia Armando Rebelo, de que muitos têm saudades. Encontrei este exemplar no arquivo da Câmara Municipal de Moura, mas sei, por diligências feitas, que temos um exemplar na Biblioteca Municipal Virgílio Ferreira, que podem consultar. É de muito interesse. Posteriormente a este, temos o Código de Posturas Municipal de 1995-96. Portanto, estamos com 30 anos de atraso em legislação fundamental para o concelho. ---------
Desta forma, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Câmara e respetivo Executivo, venho expor, perante este plenário, uma realidade que condiciona o dia a dia do nosso concelho. O nosso Código de Posturas Municipais conta com mais de 30 anos de existência. Três décadas em política local e desenvolvimento significam obsolescência. O mundo mudou, as dinâmicas comerciais mudaram, as exigências ambientais e de acessibilidade são hoje completamente diferentes, e a nossa legislação local ficou congelada no tempo. Manter regras com 30 anos prejudica ativamente Gouveia, prejudica os nossos comerciantes e empreendedores, que enfrentam burocracias e conceitos desajustados da realidade económica moderna. Prejudica a fiscalização municipal, que se vê de mãos atadas ou a aplicar normas anacrónicas. Prejudica, acima de tudo, os munícipes, que exigem um espaço público mais ordenado, limpo, sustentável e adaptado ao século XXI. Atualizar este Código não é um capricho político. É uma urgência de simplificação administrativa e de respeito por quem vive e investe na nossa terra. Esta moção não pretende apontar culpados, mas sim apontar caminhos. É um rebuçado de bom senso que propõe a criação urgente de um grupo de trabalho, focado na revisão e modernização profunda destas posturas. Por

termos orgulho na nossa história, não podemos deixar o futuro de Gouveia refém do século passado. Apelo, por isso, ao voto favorável de todas as bancadas partidárias. Vamos dar a Gouveia o regulamento moderno que o concelho merece. ----------
Muito obrigado." ----------

"RECOMENDAÇÃO

"Revisão e Atualização do Código de Posturas Municipal"

Proponente: Armindo Bezerra, Deputado Municipal do Partido Político Chega. ----------
A Assembleia Municipal de Gouveia, reunida em 26 de junho de 2026, considerando que: ----------
1. O atual Código de Posturas do Município de Gouveia foi aprovado em 1996, não tendo sofrido revisão global desde então; ----------
2. Nas últimas três décadas verificou-se profunda alteração do quadro legal nacional: RJUE, Lei Geral do Ruído 9/2007, RJACSR/DL 10/2015, Lei das Contraordenações; ----------
3. O atual código não contempla realidades atuais do concelho: esplanadas sazonais, alojamento local, publicidade digital/LED, gestão de resíduos, veículos abandonados, bem-estar animal e ocupação do espaço público; ----------
4. A desatualização gera insegurança jurídica para munícipes e empresas, dificulta a ação fiscalizadora e constitui entrave ao investimento e à qualidade de vida; ----------
5. Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do nº1 do art. 25º da Lei nº 75/2013, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa; ----------
Recomenda à Câmara Municipal de Gouveia que: ----------
1. Proceda, com a maior brevidade, à abertura do procedimento administrativo de revisão global do Código de Posturas Municipal, com vista à elaboração de novo regulamento até final de 2026; ----------
2. Assegure, no processo de revisão, ampla consulta pública e audiência de interessados, incluindo Juntas de Freguesia, Conselho Municipal de Juventude, Associações Empresariais, PSP/GNR e demais entidades relevantes; ----------
3. Submeta à Assembleia Municipal de Gouveia, no prazo máximo de 90 dias a contar da aprovação desta recomendação, informação sobre o calendário, metodologia e fases previstas para conclusão e aprovação do novo Código de Posturas. ----------
Deliberação: Aprovar e remeter à Câmara Municipal para execução. ------
Gouveia, 26 de junho de 2026 ----------

Armindo Bezerra ----------
Deputado Municipal – Partido Político Chega” ----------
------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------
------- Usou da palavra o senhor Deputado Diogo Santos (PPD/PSD) proferindo a seguinte declaração: ----------
“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gouveia, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem acompanha esta sessão através das redes sociais. ----------
Em primeiro lugar, gostaria de reconhecer a relevância do Código de Postura Municipal enquanto instrumento fundamental na organização da vida coletiva no concelho, regulando matérias do quotidiano e garantindo a boa convivência entre cidadãos, atividades económicas e espaço público. É igualmente consensual que um regulamento com esta natureza deve acompanhar a evolução da realidade, sendo, por isso, importante a sua atualização e adequação aos desafios atuais. ----------
Relativamente ao ponto em discussão, a recomendação para a revisão e atualização do Código de Postura Municipal, importa, antes de mais, enquadrar devidamente a situação e esclarecer alguns aspetos que considero relevantes para esta Assembleia. Não sendo em confidência nenhuma, e eu posso ir a este ponto, tive a oportunidade de questionar o Executivo Municipal, em particular o Senhor Presidente da Câmara, o Professor Jorge Ferreira, sobre o estado deste processo e, concretamente, sobre o documento em causa. Da informação que me foi transmitida, resulta claro que este trabalho não só já foi iniciado, como se encontra numa fase bastante avançada. Mais ainda, foi-me indicado que já existe uma versão preliminar do documento elaborado, estando todo o processo devidamente encaminhado. Acresce ainda que, segundo a mesma informação, é expectável que, já na próxima semana, esta versão preliminar venha a ser distribuída pelos membros da Câmara Municipal e, naturalmente, também por esta Assembleia Municipal, para análise e contributos no quadro normal de funcionamento institucional. ----------
Perante isto, parece-me evidente que o Executivo está a cumprir o seu papel e a desenvolver o trabalho necessário, com rigor e nos tempos próprios que um processo desta natureza exige. Assim, não acompanhamos a lógica desta recomendação, na medida em que ela procura, no fundo, impor timings e orientações a um processo que já está em curso e devidamente acautelado pelo Executivo. Entendemos que o Executivo não deve estar sujeito a impulsos ou calendários definidos por moções desta natureza, mas sim reger-se por critérios de responsabilidade, qualidade

técnica e adequação às necessidades do concelho. Nestes termos, o nosso voto será contra esta recomendação. Fazemo-lo com sentido de responsabilidade institucional, reconhecendo o trabalho que está a ser desenvolvido e defendendo que os processos devem seguir o seu curso normal, sem imposições externas que não acrescentam valor ao trabalho em curso. ----------
Muito obrigado." ----------
------- Usou da palavra o senhor Deputado João Amaro (PS), proferindo o seguinte: ----------
"Efetivamente, corroborando de algumas das alegações aqui deixadas pelo Deputado Diogo, dizer que, efetivamente, este documento, com 30 anos, de 1996, portanto, estamos em 2026, é uma data bonita, até arredonda para ser comemorada. Esta matéria do Código de Posturas, efetivamente, pode e deve ser revisto, embora não se trate de um documento que, hoje em dia, tenha grande impacto na nossa vivência, até porque muito do articulado do Código de Posturas ainda em vigor já está vertido noutro tipo de regulamentos e muito da sua substância até está consignado em diversa legislação específica, que existe para este tipo de situações. De resto, pecar por excesso ou por defeito, neste caso, não é de grande relevância. --
Mas quero dizer que, mesmo do ponto de vista regimental, teria sido muito mais lógico que fizesse remeter essa recomendação logo diretamente para o Executivo, até porque é do âmbito municipal, do âmbito do Executivo, que o Código de Posturas tem de ser feito. E a Assembleia Municipal, depois, numa segunda fase, é que terá de se pronunciar sobre o seu articulado. ----------
Portanto, nós estamos aqui, desculpe a expressão muito da gíria popular, "a pôr o carro à frente dos bois". A recomendação, a ter de ser feita, teria sido feita ao órgão próprio, que é o Executivo Municipal. ----------
Pela parte da bancada do Partido Socialista, votando contra, poderá dar a entender que nós estamos contra a revisão do Código de Posturas; votando a favor, não o podemos viabilizar pelas razões já expressas. De modo que, até com a inteira liberdade de voto da minha bancada, acho que o grupo parlamentar em si e a direção aconselham a abstenção nesta matéria." ----
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionando se o Senhor Vice-Presidente pretendia intervir naquela discussão ou se poderiam passar à votação. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, proferindo o seguinte*:* ----
------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, proferindo o seguinte*:* ----
" Só para dizer que, de facto, esta Assembleia acaba por ser, em muitos pontos, uma Assembleia de consensos. Em primeiro lugar, agradecer a

proatividade e a iniciativa do Senhor Deputado Armindo Bezerra pela proposta e por ter trazido o tema. Dizer também que o Senhor Deputado João Amaro acertou desta vez e eu iria dizer que há muitas matérias que estão, de facto, reguladas pela lei geral e, conforme também disse o Senhor Deputado Diogo Santos, o Executivo tem uma proposta de Regulamento de Posturas pronta. Normalmente, a tramitação deste tipo de documentos passa, num primeiro momento, pela Reunião de Câmara, depois vai a consulta pública, depois regressa à Reunião de Câmara e só depois vem à Assembleia Municipal. Como houve aqui uma iniciativa de um Senhor Deputado e desta Assembleia Municipal, eu acho que é de bom tom nós darmos a conhecer aos Senhores Deputados e aos membros desta Assembleia essa nossa proposta, rececionar os vossos contributos e depois seguir a via normal de tramitação. Se concordarem, julgo que, na próxima semana, estaremos em condições de enviar esta proposta." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a **Recomendação apresentada pelo Deputado Único do Partido Político Chega: "Revisão e atualização do Código de Posturas Municipal**, tendo sido **rejeitada, por maioria**, **com vinte (20) votos contra** do grupo municipal do PPD/PSD, **catorze (14) abstenções** do grupo municipal do PS e **um (1) voto a favor** do Deputado Único do Chega. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, João Manuel Costa Ferrão, por se ter ausentado da sala de sessões, não participou na votação. ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha sido solicitado pelo Grupo Municipal do PS que se alterasse a ordem de discussão dos pontos constantes da ordem de trabalhos, de forma a que o ponto 7 passasse a ser discutido naquele momento, uma vez que o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Gouveia teria de se ausentar para participar na Assembleia de Freguesia e pretendia discutir o assunto naquele momento. Assim, informou que seria alterada a ordem de discussão dos pontos da ordem de trabalhos. ----------

Ponto 3. Discussão e votação da Moção de apoio à decisão do Governo em lançar o concurso para a construção da barragem de Girabolhos, apresentada pela mesa da assembleia. ----------

------- O Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS), referindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente, ----------

Muito diretamente, não o podemos acompanhar e não o podemos acompanhar por muitos motivos. Primeiro, falar sobre a barragem de Girabolhos, ou outra barragem qualquer, já agora, ficam já com esta ideia: não há uma barragem aqui, ou em qualquer lugar do mundo, que tenha impactos ambientais positivos, na sua globalidade. E nós, quando olhamos para uma barragem ou quando olhamos para uma avaliação de impacto ambiental, temos que olhar para o todo. E falar de sustentabilidade não é falar de ambiente apenas, é falar da área social, é falar da área de governança das organizações, é falar de tudo o que tem aqui que ver. ----------

Então, nós podemos olhar para isto como uma balança e medir os prós e contras. E a verdade é que hoje, olhando para a balança, com a informação que temos em cima da mesa, a balança dos contras está em baixo, tem o peso quase todo em cima. E explico, uma vez mais, porquê, para que esses olhos arregalados possam ganhar alguma serenidade, já que estamos aqui com algumas horas de reunião. ----------

Quais é que são as medidas compensatórias para o concelho de Gouveia?

Há uma hora atrás, tínhamos o Senhor Vice-Presidente da Câmara todo orgulhoso a dizer assim: o meu Presidente da Câmara foi muito cauteloso e disse também: Se o território beneficiar, e eu concordo com o Senhor Presidente da Câmara. Agora, temos aqui duas atitudes. Temos a atitude do Senhor Presidente da Câmara, que é cautelosa, e temos uma atitude que já não é nova, é hoje aqui precipitada, mas foi precipitada há duas Assembleias Municipais atrás, quando andámos, de repente, a falar de moções e, diga-se de passagem, tinha razão, se calhar, o Deputado Ricardo Morgado, quando dizia: "Meus amigos, se esta moção era importante, devíamos ter falado antes." Pelos vistos, há moções e moções.

O que queria aqui trazer, e trago mais: o equilíbrio é realizado através de medidas de compensação. E as medidas de compensação não eliminam os impactos ambientais. Fiquem já a saber. E, se quiserem discutir isto do ponto de vista técnico, temos aqui muitos sítios, depois da reunião, para podermos falar. ----------

E digo-vos aqui um ponto muito concreto: sem medidas concretas, muito específicas, o território do concelho de Gouveia ficará a perder. Agora, com medidas de compensação adequadas, ajustadas, que respondam às preocupações das populações e que possam trazer o desenvolvimento para o concelho de Gouveia, tudo o que estamos aqui a dizer é um ato de fé. ----

O que nos diz a história recente do país ou, até, se calhar, a história mais longínqua do país? Que nos diz que territórios como o nosso são, mais tarde ou mais cedo, prejudicados. Portanto, nós, sobre factos concretos, a

balança não tem a informação toda. Se não tem a informação toda, não me peçam, não me peçam a mim, pessoalmente, não peçam a nenhum de nós, que possa dar um cheque em branco sobre algo que, na verdade, desconhecemos. ----------

E uma coisa que é de meia certa: o facto de haver posições no passado, ser a favor ou ser contra, não obriga ninguém, no presente, a ser a favor ou a ser contra. Coerência é estar disponível para evoluir. Coerência é estar disponível para pedir informações, para que possamos responder aos nossos concidadãos e dizer que, sim, senhora, nós estamos aqui a aprovar uma moção, não para patrocinar um evento daqui a 15 dias, mas porque este projeto é, na verdade, algo que nos vai beneficiar a todos. ----------

E eu julgo, muito convictamente, que, embora, volto a dizer, não haja barragens com impactos ambientais positivos, e ter esta utopia é uma tolice que ninguém deve almejar, mas devo-lhes dizer: sem as medidas de compensação escritas preto no branco, julgo que este debate é um debate inútil. E estar a dizer que sim a algo que desconhecemos, vão-me desculpar, mas é algo muito imaturo. ----------

Muito obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), referindo o seguinte: ----------

"O Pedro Pacheco disse tudo. Aquilo que era o projeto da barragem de Girabolhos em 2014, portanto, já lá vão muitos anos, era substancialmente diferente daquilo que se fala que seja o projeto de Girabolhos na nova versão. O que é que mudou? ----------

Girabolhos, em 2014, era um projeto integrado no Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico, do Governo de José Sócrates, que tinha, portanto, como função principal a produção de energia elétrica e, colateralmente, depois, o aproveitamento turístico, que não se verifica, nem em 2014, nem se vai verificar agora. Não há aproveitamento turístico possível. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara já o admitiu na última reunião do Executivo. Desenganem-se quem pensa em turismo em relação à barragem. ----------

Este projeto é para quê? Servirá para tentar resolver, ou mitigar, melhor dizendo, aquilo que são as cheias no Baixo Mondego e o seu regadio, ou seja, para vir a servir o que ficar a jusante da barragem de Girabolhos. Portanto, no concelho de Gouveia, não pensem em questões de regadio, não pensem em questões de abastecimento de água, porque a água não vai ser bombada, e não pensem em cheias, porque aqui, felizmente, estamos muito livres dessa situação. ----------

Portanto, como diz o Pedro Pacheco, tem de haver uma boa explicação

técnica para isto e terá de haver uma boa negociação de contrapartidas. Não se esqueçam que, quando borregou o projeto de Girabolhos, em 2014, os Municípios foram ressarcidos. Gouveia recebeu 3 milhões de euros, para o estádio municipal, já não sei o que é que fizeram, os outros fizeram caminhos, estradas, etc., etc. Espero é que, nesta nova versão do que vai ser assinado no dia 15 de julho, não vamos ter, depois, de pensar, daqui a uns anos, em estar a discutir também as compensações. ----------

Isto para dizer o quê? Que, em 2014, não era líquido que toda a gente do PSD apoiasse a barragem de Girabolhos. Eu escrevi isto em 2014, que agora fui buscar aos anais da minha memória: "O PSD nunca concordou com o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico, onde se integra a construção da barragem de Girabolhos, aprovada pelo Governo de José Sócrates." ----------

Depois, mais à frente, "a barragem de Girabolhos é um resquício do nefasto Governo de José Sócrates, quando lançou o Programa Nacional de Barragens." A estratégia era aumentar o potencial elétrico, em que os Municípios, aí sim, tinham renda assegurada por cada megawatt produzido. Os Municípios abrangidos para a área da barragem recebiam uma renda. Logo aí é diferente. Desta vez, não está previsto o potencial hidroelétrico. ----------

Na altura, Graça Carvalho, que é agora a atual Ministra do Ambiente, a "mulher da barragem", e José Manuel Fernandes, que também era deputado no Parlamento Europeu, os dois questionaram então, e passo a citar: "se o Governo Português apreciou a possibilidade de atingir os objetivos do Plano através de alternativas, nomeadamente aperfeiçoando as barragens já em funcionamento, ou através de melhorias na eficiência energética." Fim de citação. ----------

Depois, António Leitão Amaro, que era Secretário de Estado da Administração Local na altura, hoje Ministro de Estado, como toda a gente sabe, era Deputado na Assembleia da República, e acusava então o Governo do PS de "leviandade", pelo facto de ter assinado contratos para construção de barragens, antecipando assim receitas sem que todos os estudos estivessem aprovados." Fim de citação. ----------

Tudo isto é para verem que não é um tema que seja linear em termos de posição de cada um. Eu apoiei o primeiro projeto da barragem de Girabolhos, claro, eu via potencialidades, que mais não fosse pela produção de energia hidroelétrica e as rendas que os Municípios recebiam, era uma mais-valia. E até, na altura, pensava que podia ter algum aproveitamento turístico. ----------

Eu, neste momento, em relação a este projeto, não sou contra a construção da barragem de Girabolhos. Eu gostava é de a ver melhor explicada e ver quais são as contrapartidas que nós temos, porque, se isto beneficia alguém, não é o concelho de Gouveia, não é o concelho de Seia, não é o concelho de Fornos de Algodres. Beneficiam aqueles que estão a jusante e tem a ver apenas com a mitigação das cheias. ----------

Lá tinha eu razão, Senhor Presidente, quando já aqui aconselhei por diversas vezes, falei nisto reiteradamente, na necessidade da tal sessão temática, que podíamos ter organizado. Nós falámos nisto, nós avisámos, o Grupo Parlamentar do PS não foi por uma vez só que falou neste tema aqui. ----------

Agora, as razões pelas quais aqueles que, em 2014, já eram contra ou a favor da barragem de Girabolhos devem ter os mesmos motivos para, neste momento, manter a sua posição ou inverter a posição que tinham.

Como eu disse, na última reunião da minha bancada, há não, há sim e há o nim." ----------

------ Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Amaral (PS), que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, dirigindo uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gouveia e, na sua pessoa, a todos os presentes. Prosseguiu, proferindo a seguinte declaração: ----------

"Sempre fui contra a barragem de Girabolhos e mantenho essa posição de forma consistente ao longo dos anos. Quero, contudo, começar por referir que me parece que o momento escolhido para a apresentação desta moção suscita algumas reservas do ponto de vista ético. Independentemente da concordância ou discordância quanto ao seu conteúdo, entendo que matérias desta relevância beneficiam de um enquadramento que favoreça um debate sereno, informado e participado. ----------

Quanto ao projeto, continuo a considerar que muitos dos argumentos invocados a seu favor assentam mais em expetativas do que em evidência demonstrada. Ao longo dos anos, foram anunciados benefícios turísticos, económicos e de desenvolvimento local que permanecem, em larga medida, no domínio da projeção. Uma análise mais aprofundada das condições reais de exploração tem vindo a demonstrar que essas expetativas dificilmente são compatíveis com uma utilização turística regular, segura e sustentável. Assim, continua a não existir demonstração clara, factual e robusta de que os benefícios anunciados se venham efetivamente a concretizar na dimensão frequentemente apresentada. ----------

Em sentido inverso, os impactos para os territórios diretamente afetados são concretos, previsíveis e potencialmente irreversíveis. Importa não

esquecer que uma das Freguesias mais penalizadas será Cativelos. Falamos de alterações profundas na paisagem, na identidade local, no isolamento, nas relações das populações com o território, na preservação do património e nas dinâmicas comunitárias construídas ao longo de gerações. Falamos, em suma, de custos reais para uma comunidade concreta. ----------

Por isso, quando confrontados com benefícios que permanecem maioritariamente no plano da expetativa e com impactos que são efetivos, mensuráveis e duradouros, continuo a entender que os riscos ambientais, sociais e territoriais superam claramente as vantagens anunciadas. É essa a razão do meu sentido de voto, que será contra. ----------

Muito obrigada." ----------

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), proferindo o seguinte: ----------

"Muito obrigado, Senhor Presidente. ----------

Senhores Deputados, a construção desta barragem será, provavelmente, a porta do futuro para o concelho de Gouveia e acredito que, se ela for construída e, ao fim de alguns anos, ainda cá estivermos, vão dar razão. ---

Senhor Presidente, quero-me associar a esta moção, se me permite, e dizer que o Partido Chega, local e nacional, é a favor. E gostava também de dizer que a construção desta barragem já vem tarde. Já hoje podíamos estar a beneficiar desta obra. Gouveia não pode esperar mais. E este será, talvez, o primeiro projeto do "mini plano Marshall" para o concelho de Gouveia de que um dia ouvirão falar. ----------

Muito obrigado." ----------

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD proferindo o seguinte: ----------

"Senhor Presidente, permita-me, antes de mais, de ter a coragem de trazer este tema, porque o Senhor Presidente da Assembleia é deputado pelo PSD, mas é Presidente da Assembleia Municipal e tem poder de iniciativa. E o que está aqui a propor é que, de facto, a Assembleia Municipal de Gouveia, que é o órgão democrático cuja democracia é exercida para escolher a maioria, se vamos para a esquerda, para a direita, para o centro, para cima ou para baixo, tome uma posição no momento-chave em que está a ser discutido um assunto de tremenda importância para a região e para o concelho. ----------

E, como sabe, eu, há duas Assembleias, tentei pôr um ponto à discussão que foi chumbado. Eu queria muito que se discutisse isto e, portanto, é bom que estejamos aqui a discutir, e gabo, portanto, essa coragem e esse timing. E temos de ir às circunstâncias, porque, como diria Ortega y

Gasset, "O homem e as suas circunstâncias". Aqui parece que é a barragem e as suas circunstâncias, que não mudaram assim tanto. ----------
O que mudou, de facto, é a evolução de algumas posições, como aqui foi dito. É verdade que pessoas do PSD já defenderam outra coisa, como pessoas do PS já defenderam outra coisa. Então, eu relembro aqui que, em 2021, o PS de Gouveia, nas autárquicas, defendia a barragem de Girabolhos no seu programa eleitoral. E, hoje, o que está aqui em causa é que, de facto, a evolução, as posições na minha bancada também certamente não são unânimes, na do PS também não. Cá havemos de pôr a democracia a funcionar. ----------
Parece-me que é mais claro que, para o PSD em Gouveia, não só pelo que o Senhor Presidente veio aqui dizer, pelo que o Presidente do Partido e da bancada vêm aqui dizer, pela forma como temos defendido este tema, que, de facto, nós queremos muito que a barragem seja construída. E queremos muito que a barragem seja concluída também por causa de uma coisa que evoluiu nos últimos 10 ou 20 anos, que foi a crise climática. ----------
O que espoleta este concurso público, não vamos esquecer, que é exatamente uma catástrofe que pôs a barragem da Aguieira com 99,8%. E vão-me dizer: "Ah, mas a barragem não ia resolver nada." Não é verdade, e há especialistas que dizem, uns que não, outros que sim. Que não ajudava, a mim custa-me muito acreditar, mas a luta pela água e pelas energias renováveis já é um tema dos dias de hoje. ----------
Mas alguém tem dúvidas de que uma barragem pode ser essencial para uma região e para um país? E vou-vos dizer uma coisa: eu dei-me ao trabalho de ir procurar notícias das barragens todas feitas em democracia: do Alqueva, do Foz do Tua, do Sabor Livre, do Odelouca, no Algarve, que teve uma tremenda contestação. Todas tiveram contestação, brutal. Todas. ----------
Dou o exemplo de duas, como a do Alqueva e essa do Odelouca. A do Alqueva, que hoje toda a gente reconhece que foi o que salvou o Alentejo, no seu poder turístico, no seu poder de agricultura. E a do Odelouca, no Algarve, que, com as secas que hoje aquela região passa, é quem tem safado aquilo. ----------
Depois, Senhor Presidente, eu sei que tenho pouco tempo, também sou o único da bancada a falar sobre este tema. Deixe-me só dizer o seguinte: está tudo bem que nós podemos não ter a certeza. Eu, quando penso em marcar férias no início do ano, vou ali pensando e depois fico com uma ideia. Chega ali mais ou menos a março, abril ou maio, vou marcar, mas fico sempre com dúvidas. Mas eu tenho que marcar antes das férias, senão as férias vão à vida. ----------

Não venham aqui falar de mais estudos, de pensar mais coisas, porque há estudos, há pareceres, há pareceres, inclusive, da Câmara de Gouveia e de outros Municípios sobre isto. E, portanto, estamos a revisitar uma coisa, a abrir um dossiê que faça com que este processo, com que este tema, fique mais 5 ou mais 10 anos na gaveta. Eu não quero correr esse risco, e eu percebo que a urgência que o Presidente da Assembleia quer trazer é exatamente isto. ----------

E depois fala-se aqui muito de contrapartidas. Eu vou aqui dar uma notícia a todos. Isto para dizer que temos falado muito em contrapartidas. É um facto. Eu vou aqui dizer qual é que eu acho que é a principal contrapartida da barragem de Girabolhos: é a barragem de Girabolhos. ----------

Porque só quem acha que a barragem é uma parede onde enche a água, desculpe lá, nunca foi nem nunca visitou uma barragem. A barragem de Girabolhos é futuro e, aqui, eu concordo também com o Senhor Deputado do Chega: é futuro, é água, é energia, é turismo, é uma oportunidade para uma região que tem isto prometido há anos, que já teve, como vimos, os partidos a fazer uma e outra coisa, e o PSD associa-se a esta Moção." -----

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo o seguinte: ----------

"Senhores Deputados, eu acho que ficou patente, na minha intervenção inicial, que a minha intenção era a de que a Mesa, ou, se quiserem, o Presidente da Assembleia Municipal, pudesse apresentar esta moção e ela pudesse ser acolhida por todos, por forma a que fosse uma moção apresentada globalmente pela Assembleia Municipal de Gouveia e não por ninguém em especial. ----------

Eu fiz isto porque sei bem a força, o simbolismo e o sinal que tem uma moção apresentada e votada por unanimidade, em detrimento de uma moção meia-coxa, que embora sendo aprovada gera atrito, divisão, controvérsia e votos contra. ----------

Sempre disse que é legítimo cada um de nós ter as maiores dúvidas sobre aquilo que vai acontecer no futuro. Nem o Zandinga, se estivesse aqui, conseguiria dizer-nos quais são, em concreto, as implicações e os resultados específicos que vão ocorrer após a construção da barragem do ponto de vista do ecossistema regional e de toda a bacia do Mondego. Nós sabemos isso perfeitamente. Não há consensos. ----------

Mas há uma coisa que eu não entendo. Uma Assembleia Municipal que podia marcar a diferença, podia dar o exemplo, podia ser a primeira aqui na região a marcar esta posição e a deixar outros para trás, não pode ficar na história por ter decidido condicionar-se por critérios e interesses de natureza partidária e não de interesse do concelho. ----------

Eu, sinceramente, Senhor Deputado João Amaro, não estou preocupado em saber o que disse o atual ministro António Leitão Amaro, o PSD, ou o Eng. José Sócrates no passado. Eu estou preocupado é com a nossa região e, já agora, com a zona centro do país, pois não temos que ter só uma visão egoísta das coisas e só pensar em nós. ----------

Quais são as nossas contrapartidas? Meus caros, leiam, por favor. Está no projeto. Consultem o projeto e o que na altura se discutiu e afirmou sobre isso e sobre as acessibilidades todas que obrigatoriamente terão de ser criadas. Agora querem andar mais 20 anos a discutir isto? Não somos os velhos do Restelo, mas que coisa é esta? Andamos sempre a dizer que Gouveia não tem aqui um projeto que tenha pulmão, que tenha força. Quando o projeto existe, somos os primeiros a suscitar milhares de reservas e dificuldades. Atenção que, como digo, é tudo legítimo. Ninguém tem as dúvidas todas sanadas, mas temos de intuir e trabalhar sobre tudo o que já foi dito e publicado sobre a questão. ----------

Mas que prejuízo é que causou ao resto do país barragens como a barragem do Alqueva ou da Foz do Côa? Quais foram os prejuízos? Não foram nenhuns. Não foram nenhuns. E eu não consigo entender como é que nós temos uma oportunidade de ouro à nossa frente e ainda resistimos. Resistimos, e não é por convicção, desculpem lá, é por critérios de natureza política e partidária. ----------

E nós, perante um investimento estruturante, estarmos a agir desta forma é estarmos a colocar-nos de cócoras, completamente de cócoras, e é fazer má figura política, porque, como digo, se tecnicamente achamos que devemos continuar a questionar tudo, politicamente acho que não podemos fazer um disparate. ----------

Mas insisto: eu não quero ficar na história como aquele que passou ao lado deste projeto. Esta moção, que eu gostava que fosse da Assembleia, e já percebi que não vai ser, vai ser minha. Não me resigno e os Senhores Deputados vão fazer o favor de a votar em consciência, como entenderem.

Bem ou mal, eu não fico minimamente desgastado com nada nem com ninguém, mas acreditem que o concelho de Gouveia está a dar um péssimo exemplo ao país político. Se é isso que os senhores querem, não se queixem amanhã de que somos sempre os últimos a ser ouvidos e a ser acudidos. Temos a oportunidade de mudar o nosso metro quadrado, e eu gostava que nós o conseguíssemos mudar, portanto, vamos pôr à votação esta moção."

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá, referindo que estava a tentar falar, não ao microfone, por considerar que se tratava de uma questão pessoal. Questionou o que tanto incomodava, considerando que a postura do Senhor Presidente da Mesa deveria assegurar a condução dos trabalhos,

acrescentando que este saberia, provavelmente, melhor do que todos os presentes, o que deveria fazer. ----------

------ Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Deputado Paulo Sá sobre o que, em concreto, teria sido desconsiderado, solicitando-lhe que esclarecesse. ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PS), referindo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estava a dizer às pessoas que votavam contra, nomeadamente à sua colega de bancada, Senhora Deputada Susana Amaral, que era contra e que afirmava ter sempre assumido essa posição por questões ambientais, que estariam a prejudicar politicamente o concelho, fazendo essa leitura política. Prosseguiu proferindo o seguinte: ----------

"Eu sei que o senhor, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não vai poder chegar a dizer: "Meus amigos, eu aprovei isto lá na minha terra por unanimidade." ----------

Desculpe, agora é assim: é tanto legítimo o senhor votar a favor, como é legítimo eu abster-me, como me vou abster, como é legítimo a Susana votar contra. E peço desculpa, mas é assim: a Mesa serve, como sabe, para coordenar os trabalhos e tentar manter a urbanidade e a discussão, e não tentar intervir. Aliás, a sua intervenção de direito de voto de desempate existe, mas só até aí. Acho que não vale a pena, peço desculpa, estar a tentar colocar uma pressão qualquer, como se fosse um crime votar de uma forma ou de outra. ----------

Desculpe, e, como o Senhor disse, que vem de um caldo cultural diferente, eu também tenho o meu e não consigo ver um Presidente de uma Assembleia, de uma Mesa da Assembleia, estar com uma postura sectária, de que ali estão certos e ali estão errados. Eu comecei-lhe por dizer, sobre este ponto, que eu não sei qual é a verdade, por isso me vou abster. Mas é assim: o senhor não vai dizer que eu me vou abster por questões políticas, que eu não sou afiliado em nenhum partido. O único que foi afiliado foi no seu. Não me vai dizer que é por questões políticas ou ideológicas. Desculpe. Nem vou estar de cócoras, como uma expressão que Vossa Excelência utilizou. Nem nós vamos ficar todos de cócoras." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo o seguinte: ----------

"Senhor Deputado, vamos lá ver uma coisa. Eu acho que o Senhor Deputado não ouviu metade do que eu disse, com todo o respeito. leia. -----

E não ouviu, por uma razão. Eu estou desde o início a dizer que compreendo o sentido de voto de cada um. Eu sou Presidente da Assembleia Municipal, mas também sou deputado. Tenho opinião política e

tenho de a manifestar, e tenho o direito a ela, quer o Senhor Deputado goste, quer não goste. Eu ouço muitas coisas aqui que não gosto e que me põem os cabelos em pé, mas ouço-as porque faz parte do debate político ouvir, falar e emitir opinião. ----------

A minha opinião, como Deputado Municipal, e, se quiser, como Presidente da Assembleia Municipal, pois não consigo despir uma dessas vestes, é que o voto contra é legítimo, é livre, e que não tenho agastamento nenhum com ninguém. No meu entender, é só politicamente um disparate e já é o bastante para eu me insurgir contra ele. Agora, se o Senhor Deputado não gosta de ouvir isto, desculpe lá, mas a Assembleia é para gente rija. Era só o que faltava que não se puder dizer aqui que uma determinada decisão é um disparate político ou, ao invés, é virtuosa. Portanto, estamos esclarecidos sobre isto e estamos em condições de pôr à votação a moção que eu apresentei. Já percebemos que não reúne consensos nas bancadas, portanto, o melhor é fazermos a votação nominal." ----------

------- Concluído o debate e colocada à votação, foi a Moção de Apoio à Decisão do Governo em lançar o concurso para a construção da Barragem de Girabolhos, que a seguir se reproduz, **aprovada por maioria**, com **vinte e dois** (**22) votos a favor** do grupo municipal do PPD/PSD, do Deputado único do Chega e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos, **onze (11) abstenções** do grupo municipal do PS e **um (1) voto contra** da Senhora Deputada Susana Amaral (PS). ----------

O Senhor Deputado Luís Brito, por se ter ausentado da sala de sessões, não participou na votação. ----------

"MOÇÃO DE APOIO

Á decisão do Governo em lançar o concurso para a construção da Barragem de Girabolhos

A Assembleia Municipal de Gouveia, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026 manifesta o seu apreço pelo anúncio público do lançamento do concurso para a construção da Barragem de Girabolhos, por considerar que se trata de uma decisão estratégica para o desenvolvimento do interior e, em particular, para o concelho de Gouveia. ----------

Não obstante algumas reservas e incertezas sobre os impactos menos desejáveis que a Barragem de Girabolhos poderá vir a criar, trata-se de uma infraestrutura há muito reivindicada por uma ampla parte das populações e autarcas da região, cuja concretização representa uma oportunidade única para potenciar o crescimento económico, reforçar a coesão territorial e criar novas condições de atratividade para o concelho.

Para além das suas funções no domínio da gestão dos recursos hídricos e da produção de energia, esta infraestrutura poderá constituir um

importante fator de dinamização económica e social, criando condições para o investimento público e privado. ----------

Em especial, a Assembleia Municipal de Gouveia destaca: ----------

- *A necessidade de aproveitar esta decisão para promover a melhoria das acessibilidades ao futuro plano de água e às freguesias e concelhos envolventes, designadamente através da requalificação e construção de vias que reforcem a ligação ao restante concelho e aos concelhos vizinhos; ----------*
- *O esperado potencial turístico associado à criação de uma albufeira de grande dimensão, capaz de impulsionar o turismo de natureza, alojamento turístico, restauração e animação turística, complementando a oferta existente na Serra da Estrela e valorizando o património natural e paisagístico do território; ----------*
- *As oportunidades de criação de emprego, fixação de população e captação de investimento, contribuindo para combater o despovoamento e reforçar a sustentabilidade económica do concelho; -*
- *A valorização do território de Gouveia como destino de excelência para o turismo sustentável, aumentando as sinergias com os restantes recursos naturais, culturais e patrimoniais do concelho. ----------*

A Assembleia Municipal entende, contudo, que esta decisão deverá ser acompanhada de um diálogo permanente entre o Governo, as autarquias locais e as populações, assegurando que a execução do projeto salvaguarda os interesses dos municípios abrangidos e potencia os benefícios para o desenvolvimento regional. ----------

Assim, a Assembleia Municipal de Gouveia delibera: ----------

1. *Manifestar o seu apoio à decisão do Governo de lançar o concurso para a construção da Barragem de Girabolhos; ----------*
2. *Defender que este investimento corporize igualmente um plano de reforço das acessibilidades rodoviárias e das infraestruturas de apoio, potenciando a plena valorização económica e turística do território; ----------*
3. *Solicitar ao Governo que envolva os municípios na definição das medidas complementares necessárias para maximizar os impactos positivos desta infraestrutura; ----------*
4. *Remeter a presente Moção ao Primeiro-Ministro, ao membro do Governo responsável pela área das Infraestruturas, ao membro do Governo responsável pela Coesão Territorial, ao membro do Governo responsável pelo Ambiente, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comissão de Coordenação e*

Desenvolvimento Regional do Centro e aos municípios potencialmente abrangidos pelo projeto." ----------

Ponto 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2025.

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia, tendo delegado na Senhora Vereadora Cláudia Martins. ------

------ Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para fazer a apresentação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2024. Assim, nos termos do art.º 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Gouveia está obrigado a preparar Contas Consolidadas. ----

A consolidação de contas é um processo que transforma a informação de um grupo empresarial, como se de uma única entidade se tratasse, apresentando, de forma verdadeira, a situação económica e financeira do grupo como um todo. O Município de Gouveia é empresa-mãe e entram no seu perímetro de consolidação duas empresas: a Municípia, com 0,17%, e a APdSE, com 33,33%. Atendendo à tipologia das entidades incluídas no perímetro de consolidação e à percentagem de participação do Município no capital das mesmas, o método de consolidação aplicável é o MEP, que é o Método de Equivalência Patrimonial. A aplicação deste método corresponde ao ajustamento da participação de capital na entidade ao valor da participação dos capitais próprios da própria entidade após o encerramento das contas. Considerando que, nas contas individuais, já havia sido registado o método de equivalência patrimonial relativo à participação na APdSE e, na Municípia, não houve qualquer variação dos resultados, comparativamente com as contas individuais. Os relatórios dos revisores de contas mantêm as mesmas reservas e ressalvam que o relatório consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e que a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e com as demonstrações orçamentais consolidadas e auditadas. ----------

------- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se tendo verificado quaisquer inscrições para discussão deste ponto. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2025,** tendo sido os mesmos **aprovados, por maioria**, com **vinte e dois (22) votos a favor** por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Deputado Único do Partido Político Chega e **doze (12) abstenções** por

parte Grupo Municipal do PS, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.----------

O senhor Deputado Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, Jorge Miguel Tavares Pinto, por se terem ausentado da Sala de sessões não participaram na votação. ----------

Ponto 5. Discussão e votação da proposta de aprovação dos valores dos apoios às atividades a desenvolver pelas Juntas de Freguesia do Concelho de Gouveia – Fase II.

------- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo que a proposta apresentada tinha como objetivo validar o compromisso financeiro do Município para apoio aos projetos 50-50 das Juntas de Freguesia, que era naquele momento, uma aprovação condicionada à supressão de alguns vícios, irregularidades ou pedidos de esclarecimento relativos às candidaturas aprovadas, correspondendo a questões de natureza técnica que seria necessário resolver. ----------

Acrescentou, no entanto, que, na sequência de um pedido do Senhor Presidente da Câmara, que obteve naturalmente a concordância dos serviços, o procedimento tinha sido acelerado e levado à Assembleia Municipal, de modo a que, do ponto de vista financeiro, aquela etapa do procedimento ficasse cumprida, fossem aprovados os respetivos valores e, posteriormente, fossem resolvidas as questões de natureza mais técnica.----

--- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------

------- Usou da palavra o senhor Deputado Rodrigo Pinto (PPD/PSD) proferindo a seguinte declaração: ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste através das redes sociais. ----------

O programa de apoio às Juntas de Freguesia continua a afirmar-se como um importante instrumento de investimento e valorização do nosso território. Numa primeira fase, foram aprovados dez projetos; nesta segunda fase, são agora aprovados mais 23, o que perfaz um total de 33 projetos apoiados ao longo deste ano. Estamos a falar de um investimento global de cerca de 618 mil euros, repartido de forma equilibrada entre o município e as Juntas de Freguesia, cabendo aproximadamente metade do investimento a cada uma das partes. ----------

É também de destacar que, comparativamente a 2025, a comparticipação do município aumentou em cerca de 50 mil euros, permitindo apoiar o maior número de projetos e responder a mais necessidades das nossas freguesias. Naturalmente, este regulamento pode e deve continuar a

evoluir. A experiência adquirida nestas candidaturas demonstra que será importante proceder à atualização, tornando-o mais simples, disponibilizando às Juntas de Freguesia mais informação e melhores ferramentas para preparar as candidaturas. ----------

Importa igualmente salientar a postura de proximidade adotada pelo município. Apesar de algumas candidaturas necessitarem de ser aperfeiçoadas, foi privilegiada uma lógica de colaboração, permitindo a sua aceitação desde que as correções necessárias sejam efetuadas. Esta atitude evita atrasos desnecessários e permite que as freguesias avancem com obras e investimentos que são importantes para as suas populações. É este espírito de cooperação institucional entre o município e as Juntas de Freguesia que deve continuar a orientar este programa, sempre com rigor na aplicação dos recursos públicos, mas também com o bom senso e o foco na solução dos problemas concretos das populações. ----------

Assim, considerando o reforço do investimento, o aumento do número de projetos apoiados e a importância destes apoios para o desenvolvimento das freguesias, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta." ---

------- Usou da palavra o senhor Deputado João Amaro (PS) referindo o seguinte: ----------

"Reiterar aqui, porque já aqui passei outros mandatos de outra qualidade, e a minha ideia e posição é demasiado conhecida. Tudo quanto sejam mecanismos, instrumentos, programas que visem apoiar as freguesias contam com o voto favorável e com o apoio da bancada do PS nesta Assembleia. O que é que eu gostaria de dizer a propósito disto? Era reiterar aquilo que é a defesa que tenho feito até hoje, a de poder haver uma melhor diferenciação neste tipo de programa de apoio ao 50-50. E, já que a última vez que eu falei foi no último mandato, os protagonistas eram outros, embora alguns continuem, mas, sobretudo, a nível do âmbito das bancadas, há gente que entrou agora e, portanto, é para eles, sobretudo, que eu gostaria de reiterar aquela que é a minha ideia em relação a este tipo de programa. ----------

Falar num programa 50-50, em que 50% da despesa é suportada pela Câmara e a outra metade pela Junta de Freguesia, é um bom princípio. Agora, há que ver que isto trata-se de um programa de apoio às freguesias, é assim que se chama, é o PAF. Sendo um programa de apoio às freguesias, é bom que as freguesias tenham e pensem em projetos bons, diferenciadores, para que ações, obras, empreitadas, ideias, serviços, sejam do campo material ou imaterial, de tal forma possam usufruir desta metade que o município disponibiliza. ----------

Isto para dizer o seguinte: com a generosidade de autarcas, que eu também sou, e também fui Presidente de Junta de Freguesia, e sei como é que as coisas funcionam, muitas vezes o que queremos é ver o problema resolvido na nossa terra, na nossa localidade, e não nos importa se "o gato é preto ou se é branco, desde que cace ratos", para nós está tudo bem. O que interessa é servir as populações. ----------

Agora, a nuance é esta: eu até acho que este programa, e até pegando nas palavras do Rodrigo, deve ser revisitado e pode até ser melhorado, não só em termos de montantes e de valores, mas sobretudo em termos de diferenciação daquilo que devem ser as apostas das freguesias. Obviamente, se se tratar de uma competência, de um investimento, que seja da competência da junta de freguesia, 50% é muito bom. ----------

Mas imaginemos que a Junta de Freguesia até quer fazer uma ação, uma obra que, no fundo, até nem é da sua competência, até é da competência da Câmara. Alcatroar uma estrada ou pavimentar uma rua a cubos, por exemplo: são atribuições do município. Aí já não é o município que está a apoiar a freguesia, já é a freguesia que está a apoiar o município. Por isso é que devia haver até diferenciação nestes montantes. ----------

Reparem no exemplo das antigas TNS, que eram os Trabalhos de Natureza Simples, das Direções-Gerais do Ordenamento do Território, até diferenciava os investimentos, que eram 60-40, em que a entidade candidata entrava com 40% e o Estado com 60%. ----------

Mas há outras formas também de podermos viabilizar isso. Imaginemos alcatroar uma estrada ou pavimentar a cubo, sendo uma competência da Câmara, porque há de ser 50-50? Não há de ser, por exemplo, um 30-70 ou um 40-60? Mas ao contrário também. ----------

Por exemplo, a candidatura da Junta de Freguesia de Gouveia à aquisição uma carrinha de nove lugares. Isto também não é competência da Câmara, é um benefício para a Junta. Porque não haver também a diferenciação e dizer à Junta de Freguesia, que dão 40% e a Junta de Freguesia entra com 60%.? ----------

Isto é, cada caso é um caso. E até eventualmente, se quiserem atribuir à Junta de Freguesia de Gouveia a responsabilidade de remodelar o Estado Municipal, até pode ser uma candidatura 100-100, em que a Câmara transfere 100% e a Junta de Freguesia faz. Isto é apenas uma caricatura, é apenas um exemplo que eu estou a dar. ----------

Portanto, o programa é interessante, continua a ser relevante, pode ser melhorado e, neste sentido, mais uma vez, a bancada do PS nesta Assembleia Municipal votará a favor desta proposta que hoje nos é aqui trazida." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a **Proposta de aprovação dos Valores dos Apoios às Atividades a desenvolver pelas Juntas de Freguesia do Concelho – Fase II,** tendo sido o documento **aprovado, por unanimidade**, considerando-se integralmente reproduzida, ficando arquivada em pasta respeitante a esta sessão, ao abrigo do n.º 1, do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Gouveia.----------
Não se encontravam presentes na sala de sessões, no momento da votação, os Senhores Deputados Ricardo Filipe Morgado de Sousa (PPD/PSD) e Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, Jorge Miguel Tavares Pinto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra, António de Jesus Viegas Nogueira, e a Senhora Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, Eunice Maria de Jesus Lopes. ----------

Ponto 6. Discussão e votação da proposta de transferência de competências do Município de Gouveia para os órgãos das freguesias.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia. ----------
------- O Senhor Vice-Presidente usou da palavra, referindo que, relativamente àquele ponto, se estava perante uma determinação legal, de uma norma de 2018, posteriormente concretizada por um decreto-lei de 2019, que determina quais as competências a transferir entre os municípios e as freguesias. ----------
Referiu que este processo tinha sido iniciado em 2019 e que, na altura, o Município, através dos seus serviços técnicos, tinha realizado um estudo para determinar quais seriam os valores e os outros tipos de meios a transferir para as freguesias, de modo a permitir a assunção destas competências. Acrescentou que, posteriormente, tinha ocorrido um processo negocial, tal como tinha acontecido este ano, tendo sido possível chegar a acordo e permitir que as freguesias assumissem, durante aquele período temporal, entre 2019 e 2026, o exercício destas competências. ------
Mais referiu que o processo, retomado no atual mandato autárquico, tinha tido como objetivo atualizar os montantes, que não eram atualizados desde 2019, tendo-se verificado um acréscimo de cerca de 33% nos montantes a atribuir às freguesias. ----------
Por fim, referiu que, da sua parte, considerava que aquela introdução seria suficiente, manifestando, contudo, a disponibilidade para responder às eventuais questões que pudessem surgir. ----------

------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------
------- Usou da palavra o senhor Deputado João Amaro (PS) referindo o seguinte: ----------
"Para que fique bem claro, o grupo do PS nesta Assembleia Municipal é, como sempre foi, a favor da transferência de competências municipais nos órgãos das freguesias. ----------
Entendemos que este nível de poder conhece melhor o seu território, conhece cada canto, cada rua, cada lugar, está mais próximo do cidadão e, por isso, pode e deve resolver de forma mais célere e mais eficaz muitas das tarefas que, legalmente, são responsabilidade do município. ----------
Foram estes princípios que consubstanciaram a aprovação, por parte da Assembleia da República, da Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, a Lei 50/2018, e que o Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, veio permitir concretizar, reconhecendo, no seu preâmbulo, o papel das freguesias, passo a citar, como polos essenciais da democracia, de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos mais periféricos do interior, assim assegurando uma maior coesão territorial. Citei. ----------
No Concelho de Gouveia, a implementação do processo de transferência de competências teve início em 2020. Sinalizadas as virtudes, mas, sobretudo, as vicissitudes e os constrangimentos verificados no histórico destes dois últimos mandatos, era grande a expectativa de que, neste processo de revisão e atualização de transferência de competências, fossem proporcionadas às freguesias as condições adequadas e justas para um desempenho de excelência, em termos quantitativos e em termos qualitativos. ----------
O que poderia ser uma oportunidade de valorização do papel das freguesias e dos seus autarcas, com reflexo positivo nos seus territórios e no serviço prestado às suas populações e associações, revela-se, nesta proposta da Câmara Municipal, uma enorme desilusão. ----------
Ao contrário do lema, esta proposta é a evidência de uma Gouveia sem ambição. Esta proposta não apresenta fórmulas mensuráveis nas suas contrapartidas para as freguesias. Estabelece-se a partir de um montante global a alocar que, de tão redondo, 250 mil euros, se nota que foi a olhómetro, perfeitamente aleatório e arbitrário. ----------
Ou seja, a Câmara faz as contas ao contrário. Em vez de atribuir um valor e somar as parcelas de custos de cada uma das competências a transferir para cada uma das freguesias, para, com toda a lógica, chegar a um

resultado total do encargo, em vez disso, determina um montante de base, um bolo, e, a partir daí, é que começa a segmentar, a repartir as fatias, na sua ótica, hão de caber a cada uma. Isto está mal, na nossa perspetiva. ----
Como se sabe, de acordo da lei, os valores são calculados com base na despesa estimada do município, mas aqui apresentam-nos um painel percentual confuso, que não se entende e que não dá nenhuma credibilidade à regra. Quando não se demonstra e prova com um quadro de custos, a norma torna-se vaga, ininteligível e não pode servir de medida ou de padrão. Na generalidade do país, não se faz assim. ----------
Na generalidade dos municípios, existem bitolas que servem de base para determinar os custos de cada tarefa. Por exemplo, na limpeza de vias, atribui-se um valor por metro quadrado, quilómetro quadrado ou metro linear. O mesmo se passa em relação à manutenção de espaços verdes e jardins: atribui-se um valor para cada árvore existente, um valor para o tratamento de cada metro quadrado relvado ou ajardinado. Nas pequenas reparações de estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico, adota-se um valor por cada criança a frequentar o estabelecimento de ensino. E o mesmo tipo de aferição se segue em todas as competências delegadas ou a delegar. Ou seja, tudo é numericamente quantificável. ------
Deste modo, todas as tarefas são mensuráveis, porque, desta forma, os números não mentem. Obstam a fórmulas criativas, como aquelas que são adotadas nesta proposta, e tudo se entende mais facilmente. ----------
De resto, na proposta apresentada, apenas se consagra a contrapartida financeira, que é irrelevante, não dá sequer para pagar um operacional a tempo inteiro, e não se contempla a delegação de competências com outros instrumentos fundamentais, como a transferência de recursos humanos, de maquinaria, de viaturas, etc., como se faz na generalidade do país. ---------
Com esta proposta, a Câmara Municipal não quer transferir competências, quer, sobretudo, transferir responsabilidades e aliviar-se de encargos. É mais uma prova de que a Câmara Municipal, na sua relação com as freguesias, pretende galinha gorda por pouco dinheiro. Esta proposta continua a menorizar o papel dos autárquicos de freguesia e continua a limitar as freguesias à indigência. Esta proposta é uma oportunidade perdida. ----------
Termino como comecei: não somos contra a transferência de competências do município para os órgãos da freguesia. Somos, sim, contra esta proposta de transferência de competências.” ----------
------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, referindo que, nos termos do Regimento, ao fim de aproximadamente quatro horas, e considerando que, com um intervalo pelo meio, já tinham sido despendidas

cerca de cinco horas, teria de ser dada a palavra à Assembleia no sentido de esta votar ou se pronunciar sobre se pretendia continuar naquele dia ou se pretendia que a mesma se realizasse nas 72 horas seguintes. ----------
Referiu que, considerando os pontos que constavam da ordem de trabalhos, os quais seriam relativamente breves, entendia que ninguém se oporia a que a Assembleia continuasse. Questionou, nesse sentido, se estaria a pensar de forma correta e, perante o silêncio da Assembleia, considerou que tal equivalia à aceitação, pelo que informou que os trabalhos prosseguiriam. --
De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar e prestar os devidos esclarecimentos, tendo delegado na Senhora Vereadora Cláudia Martins. ----------
----- Devidamente autorizada pelo senhor Presidente da Mesa, usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, referindo que, na sequência daquilo que tinha sido transmitido pelo Senhor Deputado, importava esclarecer que o ajuste de valores tinha por base o estudo económico realizado em 2019, conforme referido pelo Senhor Vice-Presidente, tendo o Município procedido apenas à atualização dos valores. Salientou que, nesse processo, não tinha sido apenas considerada a inflação, que poderia ter sido tida em conta e que resultaria num valor inferior. ----------
Referiu que o Município tinha tido esse cuidado e respeito pelos Presidentes de Junta e pelo trabalho por estes desenvolvido, agradecendo-lhes, desde logo, esse trabalho. Acrescentou que, por esse motivo, tinham sido definidos valores superiores aos inicialmente apurados, de forma a compensar o trabalho desenvolvido. ----------
Esclareceu que, naquela proposta, não estava a ser realizado novamente todo o processo inicial, mas, sim, simplesmente o aumento das verbas, uma vez que todas as freguesias já desenvolviam aquele trabalho desde 2019, com verbas inferiores. Referiu que o objetivo era aumentar essas verbas num total de 32%, correspondendo a cerca de 60 mil euros para o conjunto das freguesias. ----------
Concluiu, referindo que a proposta incidia sobre as competências que as freguesias já exerciam desde 2019, propondo o aumento das verbas destinadas a reforçar o apoio financeiro às freguesias. ----------
------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a **Proposta nos termos do Quadro de Transferências de Competências e aprovar a minuta de auto de transferência e respetivos quadros, a celebrar entre o Município de Gouveia e as Juntas de Freguesia,** considerando-se integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta respeitante a esta sessão, tendo sido o mesmo **aprovado, por maioria,** com **vinte e um (21) votos a favor**

por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Deputado Único do Partido Político Chega, **nove** (**9) votos contra** por parte dos Senhores Deputados do PS e **três (3) abstenções** da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos, Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio, Rui Pedro Abrantes Costa e da Senhora Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, Eunice Maria de Jesus Lopes, nos termos o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Não se encontravam presentes na sala de sessões, no momento da votação, o Senhor Deputado Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, Jorge Miguel Tavares Pinto e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego, Regina Maria Mota Nogueira. ----------

Ponto 7. Discussão e votação da proposta de não-transferência da competência prevista na alínea m) do nº 1 do art. 2º do Decreto-lei nº 57/2019 de 30 de abril do Município de Gouveia para os órgãos das freguesias.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo que a proposta apresentada dizia respeito à não transferência da competência de autorização para a realização de fogueiras, lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balões, bem como da autorização ou receção de comunicações prévias relativamente a queimas e queimadas.

Referiu que se tratava de uma competência que, no entendimento do Executivo Municipal, era da vocação do Município, encontrando-se este dotado dos meios técnicos necessários para conceder aquelas autorizações de forma responsável. ----------

Acrescentou que, para além disso, o Executivo entendia que a resposta a este tipo de solicitações deveria ser efetuada de forma concertada e igual em todo o território do concelho, e não, por assim dizer, repartida entre as freguesias. ----------

Concluiu, referindo que a proposta apresentada ia no sentido de conservar esta competência no Município. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a proposta em discussão, tendo sido aprovado por **maioria,** com **vinte e um (21) votos a favor** por parte do Grupo Municipal

do PPD/PSD e do Deputado Único do Partido Político Chega, **doze (12) abstenções** por parte do Grupo Municipal do PS, **manter a competência prevista na alínea m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, relativa à autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balões, bem como à autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas na esfera do Município de Gouveia,** nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, considerando-se a mesma integralmente reproduzida e ficando arquivada na pasta respeitante a esta sessão. ----------

Não se encontravam presentes na sala de sessões, no momento da votação, o Senhor Deputado Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, Jorge Miguel Tavares Pinto e o Senhora Presidente da Junta de Freguesia Vila Franca da Serra, Ricardo Miguel Mendes Lopes. ----------

Ponto 8. Discussão e votação da proposta de não-transferência das competências do Município para o órgão da Freguesia de Gouveia.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia. ----------

------- O Senhor Vice-presidente usou da palavra, referindo que a proposta era, em grande medida, autoexplicativa, mas considerou importante esclarecer que, quando se abordava a matéria da transferência de competências entre o Município, as Freguesias ou o Estado Central, estava em causa a capacidade de as entidades mais próximas do território, das pessoas e dos equipamentos poderem assegurar uma melhor gestão do que, eventualmente, as entidades mais afastadas do território, das pessoas e dos equipamentos. ----------

No caso concreto da Freguesia de Gouveia, explicou que este princípio levava a que fosse encarada de forma muito positiva a transferência de competências de entidades muitas vezes mais afastadas do território, como era o caso da sede do Município, das Freguesias que não estavam localizadas na sede do Município. ----------

Contudo, referiu que, neste caso, estava em causa a Freguesia que integrava a sede do Município e, nesse sentido, este princípio deveria ser encarado de outra forma, uma vez que a sede do Município se encontrava na Freguesia de Gouveia, sendo aí que estavam fixados os serviços municipais, os

funcionários municipais e grande parte dos equipamentos e das infraestruturas sobre os quais incidiam estas competências. ----------
Assim, esclareceu que a proposta do Município ia no sentido de não proceder à delegação destas competências na Freguesia e de as conservar para si, uma vez que era no Município que se encontravam os meios preparados, os funcionários, os recursos financeiros e os bens para exercer estas competências. ----------
------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------
------- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, referindo o seguinte: ----------
"Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. --------
Excelentíssimos senhores e senhoras, esta proposta da Câmara Municipal, votada pela maioria que sustenta o Executivo, é um embuste, como passo a explicar. ----------
Formalmente, em 25 de maio, recebemos um e-mail da Câmara Municipal a propor a continuidade das competências transferidas para esta Junta de Freguesia, decorrente do processo que havia acordado com todas as Juntas de Freguesia em 2019. Nesse e-mail, a Câmara informava que deveria fazer retornar ao seu domínio a limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros. Ou seja, a responsabilidade de proceder à limpeza de um rol de 38 caminhos rurais e suburbanos, devidamente identificados, num total superior a 27 km de extensão. Em relação às outras competências municipais transferidas no acordo de 2019, a Câmara Municipal dispunha-se a mantê-las na esfera de intervenção da Freguesia, propondo, numa delas, contrapartidas de montante inferior ao negociado em 2019, numa clara violação da lei. Com efeito, de acordo com o número 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, que passo a citar: "os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as Freguesias provêm do orçamento municipal, após deliberação das Assembleias Municipais e de Freguesia, e são calculados tendo por base a estrutura de despesas e de receitas que os Municípios respetivos têm com o exercício dessas mesmas competências, não podendo ser inferiores aos constantes de acordo com os contratos respeitantes às matérias". Citei. ---
Nesse sentido, respondemos no dia 28 de maio, por e-mail, com o ofício anexo, a informar que aceitávamos o valor proposto para continuar a exercer as competências de realização de pequenas reparações e o custo de aquecimento do Jardim de Infância de Gouveia. Em relação às outras competências municipais que já vínhamos exercendo, informámos a Câmara, entre outras razões, que os valores propostos eram irrisórios,

alguns mesmo inferiores aos acordados em 2019, e que não havia referências de fórmula de cálculo, nem consideração de transferência de recursos ou materiais. Por isso, na nossa resposta, solicitámos que a Câmara reapreciasse os montantes e contrapartidas apresentadas na sua proposta, de modo a podermos ter condições para continuar a exercer as competências municipais. A Câmara Municipal nunca deu resposta formal por escrito à nossa solicitação, apesar de o termos pedido logo na reunião de 29 de maio. Face à demora da resposta, insistimos por e-mail enviado a 16 de junho. A falta de resposta da Câmara impediu e impede que, nos termos da lei, o assunto possa ser objeto de deliberação, quer por parte da Junta de Freguesia, quer por parte da Assembleia de Freguesia. ----------

Neste processo negocial, temos uma primeira proposta da Câmara, seu e-mail de 25 de maio, um pedido nosso de reapreciação das contrapartidas, nosso e-mail e carta de 28 de maio, e uma ausência de resposta por parte da Câmara. Portanto, ao contrário do que vem escrito, é falso que a Freguesia de Gouveia tenha manifestado indisponibilidade para aceitar estas competências. Repito, para que não restem dúvidas: é falso que a Freguesia de Gouveia tenha recusado continuar a aceitar as competências municipais que vem exercendo há sete anos. Assim como é falso, diria mesmo ofensivo, a Câmara vir dizer que a execução das competências transferidas para a Junta de Freguesia não se verificou de forma efetiva. -

Pergunto: qual? Quais? O que é que a Junta de Freguesia, em concreto, não cumpriu? Alguém acredita que, se houvesse situação de incumprimento, quer o Senhor Presidente da Câmara, na altura, quer os Senhores Vereadores não teriam logo denunciado as falhas? Sete anos a não executar e o Presidente e os Vereadores sem dizer nada. Cabe na cabeça de alguém que possa acreditar numa mentira destas? ----------

Outra impostura, com contradição: a Câmara dizer que tem sido alcançado entendimento entre as partes numa reunião realizada a 19 de maio, no sentido de manter na esfera do Município a totalidade das competências transferidas, quando facilmente se comprova que a mentira tem perna curta, como só podia acordar a 19 de maio, quando o e-mail da Câmara a propor a continuidade das competências é de 25 de maio, portanto, data posterior." ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia de que o seu tempo de intervenção tinha terminado, uma vez que já tinham decorrido três minutos e trinta segundos, ultrapassando o limite de três minutos. ----------

------ O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia questionou se poderia continuar a sua intervenção. ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a questão não se prendia com prescindir ou deixar de prescindir do tempo e referiu que o Regimento estabelecia que cada Deputado apenas poderia usar da palavra durante três minutos, não havendo previsão regimental de cedência de tempos que permitisse aumentar a duração da intervenção para além desse limite. -------

------ O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia afirmou tratar-se de uma questão de «mordaça», dando por concluída a sua intervenção. --

------ Usou da palavra a Senhora Deputada Carla Ferreira, proferindo a seguinte declaração: ----------

"Após a leitura da proposta e a intervenção do Senhor Presidente da Junta, torna-se claro e incontroverso que a proposta da Câmara assenta em pressupostos que não correspondem à realidade. Está escrito que houve acordo entre ambas as partes, mas ouvimos o contrário. Está escrito que a Junta recusou aceitar a delegação de competências, e isso foi desmentido. E isto muda tudo. É que também está escrito que houve execução das competências por parte da Freguesia, mas não foi apresentado um único exemplo. Isto só não se torna ofensivo porque é facilmente desmentível. ----------

Permitam-me, pela prática vivida, que deixe o meu depoimento. Durante três mandatos, integrei o Executivo da Junta de Freguesia de Gouveia, com muito orgulho e sentido de missão. E, desde 2020, o Município confiou na Freguesia para exercer estas competências. Então, não as executámos? Quem limpou e limpa os caminhos de Santa Guilha, Azeveiro, Bejas, Portela, Cruzeiro, etc., etc., etc., mais de duas dezenas de caminhos rurais e suburbanos que constavam na listagem que foi acordada? ----------

Então, não cuidámos dos jardins e espaços verdes, como o recinto de Santo António, no Bairro do Farvão, o Verdinho e o Jardim Jaleca? Então, não garantimos sempre o gasóleo para aquecimento no Jardim de Infância de Gouveia e não fizemos, sempre que se verificou essa necessidade, os pequenos restauros e a reparação de pequenas anomalias? Sou testemunha disso. Cumprimos sempre. Houve trabalho, houve execução e houve proximidade. Esta foi a realidade durante anos. ----------

Então, o que mudou agora? O que mudou para que, de repente, se diga que não houve execução? O que mudou para que se ponha em causa uma capacidade que antes mereceu confiança? O que mudou para que se proponha retirar tudo de forma global e sem distinção? ----------

Por outro lado, não foi apresentada qualquer análise financeira. Não sabemos quanto custa manter estas competências no Município, nem se será mais eficiente. ----------

Perante tudo isto, há apenas uma posição responsável: esta proposta deve ser retirada, para que o processo seja retomado com seriedade, com negociação efetiva e com base em dados concretos. E, se não for retirada, então, é claro para nós, não pode ser aprovada. ----------

Os factos não são claros, a fundamentação não é sólida e os números não existem. E, sem isso, não há decisão responsável." ----------

----- Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), referindo que poderia ser que, em três minutos, conseguisse terminar a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia e ainda fazer alusão àquilo que tinha para dizer sobre esta matéria, dando, assim, continuidade à exposição do seu Presidente de Junta. ----------

"*Já agora, a propósito, porque sempre nos causou enorme estranheza, convinha que a Câmara Municipal nos explicasse por que é que este processo começou por pretender resolver, primeiro, o caso da Freguesia de Gouveia, pedindo-nos uma resposta urgente até ao dia 29 de maio, quando sabemos que todas as outras Juntas de Freguesia só foram instadas, por escrito, a pronunciar-se nos primeiros dias do corrente mês de junho.* ----------

Não queremos crer em teorias da conspiração nem em bruxas, mas que as há, lá isso há. ----------

Depois, dá a entender, verdadeiramente, que a Câmara Municipal nunca esteve interessada em revalidar o acordo que vinha de 2019, mantendo a delegação de competências na esfera da Freguesia. Não pode é fazê-lo com os argumentos apresentados nesta proposta. ----------

O n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, é elucidativo e passo a citar: "Pode ocorrer a reversão das novas competências transferidas para as Freguesias, por acordo entre as partes." Ora, é manifesto que, no caso vertente, não houve acordo entre as partes. -

A lei aqui invocada também é explícita nestes casos. Leia-se os números 3, 4, 5 e 6 do seu artigo 5.º, que diz o seguinte: "Na falta de acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, ou, no caso da deliberação negativa de qualquer uma das Assembleias, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia devem reiniciar novo procedimento com vista à transferência de recursos." ----------

Manda a prudência e o bom senso que a Câmara retire esta proposta de discussão, que reveja os termos e a justificação da sua formulação, que repense nos méritos de manter as competências em apreço no domínio do exercício da Freguesia, que reative um novo processo negocial, como decorre da lei, e que acredite nas virtudes das Freguesias e dos seus autarcas, que estão mais próximos, são mais ágeis e mais conhecedores da

realidade do seu território, e que fazem melhor e mais barato em prol da sua população." ----------

Prosseguiu o Senhor Deputado João Amaro (PS), referindo que aquela era a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, pretendendo acrescentar que aquela matéria não era nova, nomeadamente no que respeitava à retirada de competências das Juntas de Freguesia Urbanas, situação que já tinha ocorrido em 2010, com o Dr. Álvaro Amaro. Recordou que, à época, era Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e que o Senhor José Maria era Presidente da Junta de Freguesia de São Julião, acrescentando que, nessa altura, não existia delegação de competências, mas sim acordos de execução, situação que, segundo referiu, todos se recordariam. Referiu ainda que a Senhora Regina confirmava essa realidade. ----------

Prosseguiu, referindo que o Dr. Álvaro Amaro tinha entendido que, relativamente às Juntas de Freguesia Urbanas, seria a Câmara Municipal a assegurar aquelas competências. Recordou que, na altura, tinha alertado o Dr. Álvaro Amaro para as consequências dessa decisão, considerando que, caso a situação agora em discussão se viesse a concretizar, a Junta de Freguesia de Gouveia deveria, em seu entender, agir da mesma forma. -----

Esclareceu que não dava conselhos, afirmando, de forma irónica, que, se fossem bons, os venderia, não os daria. Explicou que, naquela altura, se entendia que, como as Juntas de Freguesia, desde sempre, desde tempos imemoriais, desde antes do 25 de Abril e ainda antes da existência do poder local democrático, tinham sido responsáveis por este tipo de serviços, nomeadamente limpezas, entre outros, as pessoas estavam habituadas a ver o pessoal da Junta a executá-los. Assim, considerava que o Dr. Álvaro Amaro teria pensado que, deixando a Junta de executar essas tarefas, as pessoas iriam responsabilizá-la, passando o ónus para a Junta de Freguesia. Referiu que tudo tinha sido uma questão de informação e de boa informação que era transmitida na altura, recordando ter alertado o Dr. Álvaro Amaro de que este se arrependeria de não atribuir as competências à Junta de Freguesia em 2010. ----------

Acrescentou que, tanto assim foi, que, em 2011, a medida foi revertida, tendo o Dr. Álvaro Amaro reconsiderado a decisão e as Juntas de Freguesia de São Pedro e de São Julião voltado a assumir aquelas competências. ------

Concluiu, referindo que aquele era o aviso que deixava. ----------

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado, referindo que, começou por referir que pretendia situar a sua intervenção na esfera política, e não técnica, do ponto, deixando duas ou três notas. ----------

Em primeiro lugar, retomou a expressão utilizada pelo Senhor Deputado João Amaro, referindo que "as há, há", mas que também não queria crer que existisse ali nenhuma teoria da conspiração. Considerou, contudo, que a verdade era que os pontos estavam a ser invertidos, embora pudesse estar enganado, uma vez que o processo de transferência de competências era transversal a todas as Juntas de Freguesia. Referiu não saber se o processo tinha corrido bem em todas, mas considerou que, esmagadoramente, sim, parecendo que apenas não tinha corrido bem, ou não tinha corrido tão bem, na Junta de Freguesia de Gouveia. Considerou que isso também constituía um facto político, lembrando que existiam 16 Freguesias e Uniões de Freguesias. ----------

Em segundo lugar, referiu que, obviamente, numa negociação, e atendendo a que se ouvia atualmente falar muito de negociações de paz e de outras matérias semelhantes, algumas questões vinham a público sem que se soubesse exatamente o que se passava nas negociações, sendo também normal que existisse algum decoro e que não fosse necessário vir para a praça pública dizer tudo aquilo que se passava nessas reuniões. ----------

Referiu que tinha ouvido naquela sessão algumas insinuações que o preocupavam, se o Município está a violar a lei, a mentir, uma série de coisas graves, afirmações que tinham sido proferidas pelo Senhor Presidente da Junta, pelo que tinham significado do ponto de vista político e também do ponto de vista legal. Considerou que estavam em causa afirmações de que, nas negociações que tinham existido, tinha havido falta de verdade e mentira, o que não considerava saudável num processo que, conforme já tinha referido, lhe parecia ter sido globalmente normal em todos os Municípios. ----------

Acrescentou que o segundo ponto era importante do ponto de vista legal, uma vez que acusar o Município de estar a violar a lei ou a omitir alguma questão significava, de facto, estar a afirmar que o Município estava a ser incompetente e a fazer algo que não podia fazer. ----------

Referiu querer acreditar que isso não tinha acontecido e que, obviamente, o Executivo certamente iria justificar essa situação. ----------

Salientou, uma vez mais, que se tratava de uma discussão muito técnica, que tinha prazos para ser realizada, sendo um processo que vinha de 2019 e que estava a ser agora atualizado. ----------

Considerou ser necessário perceber o que significava a delegação de competências, também na sua vertente prática, referindo que se tratava de o Estado definir, relativamente aos diferentes níveis de poder existentes, qual seria a melhor estrutura para prestar determinado serviço. ----------

Acrescentou que, do ponto de vista das Freguesias, e considerando também o que acontecia noutros locais, era normal que, estando a sede do Município nessa Freguesia e dispondo o Município de recursos que a Freguesia não tem, este conseguisse prestar um serviço melhor. ----------
Referiu ainda considerar que também era sabido que a Junta de Freguesia de Gouveia dispunha de uma série de possibilidades e recursos, resultantes também da sinergia e da proximidade ao Município e à sede de concelho, que as outras Freguesias não tinham. ----------
Concluiu referindo que, também do ponto de vista político, lhe parecia estranho que existissem todas aquelas acusações e que aquela situação fosse tão específica na Junta de Freguesia de Gouveia, declarando que a bancada acompanharia o sentido de voto do Executivo. ----------
------ Usou da palavra o Senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), proferindo o seguinte: ----------
"Muito obrigado, Senhor Presidente. ----------
Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados, ----------
Esta minha intervenção tem duas fases. ----------
Uma delas é um pedido de esclarecimento à Mesa: se os Senhores Presidentes de Junta, em matérias que envolvem outras Juntas, têm direito a votar este ponto. É um pedido de esclarecimento à Mesa. Portanto, se os Senhores Presidentes de Junta, em matérias que envolvem problemas de Juntas, votam este ponto. Isto é uma pergunta. ----------
Porque o que é que acontece? A ser assim, e se nós tivéssemos hoje o Regimento da Assembleia Municipal já aprovado, em sede de discussão desses pontos, provavelmente este já teria lá uma referência. Eu estou em crer que os Senhores Presidentes de Junta podem votar tudo, porque são deputados como nós. ----------
E eu, se estivesse no lugar de qualquer um dos Senhores Presidentes de Junta, e não estou aqui a fazer nenhuma consideração mental, longe de mim, mas reconheço que a liberdade na mente de um Presidente de Junta que vai votar contra um seu colega de outra Junta de Freguesia deve ser um problema grave. Para mim, era. Deve ser um problema de consciência, muito difícil de decidir. ----------
Portanto, esta é a minha posição em relação ao ponto de os Senhores Presidentes de Junta votarem em matérias que dizem respeito a assuntos de Juntas conjuntas, portanto, nesta situação. ----------
Em relação àquilo que eu ouvi de acusações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia e da resposta do Senhor Vice-Presidente, acho que há aqui muita matéria para esclarecer. ----------

Eu propunha que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos e haja uma reunião com o Senhor Presidente da Junta e com parte da sua equipa, com elementos da Câmara Municipal e com os líderes dos partidos com representação nesta Assembleia Municipal. ----------

É uma proposta, fundamentalmente, que o Senhor Vice-Presidente, que tem poder para isso, retire esta proposta de votação. ----------

Muito obrigado, Senhor Presidente." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que a primeira parte da intervenção do Senhor Deputado constituía uma interpelação à Mesa, através da qual era colocada uma questão. Após consultar o Regimento, invocou o artigo 55.º, que estabelecia que cada membro da Assembleia tinha um voto, esclarecendo que os Presidentes de Junta eram membros da Assembleia e, como tal, tinham direito a voto, dispondo cada um de um voto. Considerou, assim, estar respondida a questão colocada. ----------

De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos e responder às questões suscitadas, alertando, contudo, para o facto de o seu tempo ser também limitado, uma vez que cada ponto não poderia ultrapassar os 30 minutos e restavam apenas 8 minutos. --------

------ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, proferindo o seguinte: ----

"E a minha resposta vai ser mesmo muito limitada, até porque está aqui alguém bem mais ciente do processo do que eu e conseguirá, certamente, esclarecer a questão. ----------

Só para dizer uma coisa muito simples: eu acho que o teor das intervenções dos Senhores Deputados e do Senhor Presidente da Junta não tem nada a ver com a proposta que aqui está. Aliás, com a introdução que eu próprio fiz a esta proposta, porque procurei fazer isto de uma forma até um bocadinho mais polite ou educada, para que, precisamente, não passe - porque essa ideia é falsa, pelo menos da nossa parte - que há algum tipo de desentendimento institucional - que da nossa parte não existe. ----------

Com efeito, houve uma negociação, e uma negociação com respeito de parte a parte, duas partes que se consideram iguais, e que não logrou. E essas coisas acontecem. E o próprio procedimento legal prevê essa situação e prevê uma consequência jurídica nesses casos, que é precisamente o caminho que nós estamos a seguir aqui hoje. ----------

E, por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que eu vejo com alguma estranheza que, de um momento para o outro, num ato de teatralização, chegamos aqui de faca nos dentes para discutir esta discussão, com um nervosismo fingido. ----------

E, portanto, se querem lutar na lama, não é comigo e não é connosco. -----

Ainda assim, a Senhora Vereadora Ana Cláudia Martins terá alguma coisa para dizer sobre o processo e sobre algumas das inverdades que aqui foram referidas." ----------

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, proferindo o seguinte: ----------

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, proferindo o seguinte: ----------

"Obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

Concordo em pleno com aquilo que falou e acho que é primordial, urgente, falar aqui sobre aquilo que foi transmitido. Eu nem diria que isto foi uma informação; isto foi uma falsidade completa de informação. Houve aqui inverdades que foram completamente transmitidas. Sinto que não há qualquer palavra, pelo menos depois de todas as reuniões decorridas comigo, com o secretário de Vereação responsável por este assunto, com o Senhor Presidente da Câmara, com membros do seu Executivo, repito, estranhamente com membros do seu Executivo Sr. Presidente da Junta de Gouveia. E não foi uma, foram várias reuniões. E, agora, estar a inverter todos os factos aqui perante todos para desculpar as suas atitudes é vergonhoso Sr. Presidente da Junta. Houve várias reuniões tidas comigo e não só comigo, com o Senhor Presidente da Câmara, porque eu não pude estar em todas. E, desde o primeiro momento, tal como aconteceu com todas as restantes Freguesias, também à Junta de Freguesia de Gouveia foram apresentadas as transferências de competências, acompanhadas dos respetivos valores apurados. Não houve, nem poderia haver, qualquer tratamento de exceção: a Junta de Freguesia de Gouveia foi tratada exatamente nos mesmos termos que todas as outras Freguesias. É importante deixar isto claro, porque estamos a falar de um processo que deve assentar em critérios objetivos, transparência e igualdade de tratamento. As regras são as mesmas para todos, e os valores atribuídos resultam das competências efetivamente transferidas e dos critérios definidos para o seu apuramento. ----------

Logo desde o primeiro momento, foi dito que não queriam aceitar, porque os valores não eram suficientes. ----------

Desde o primeiro momento, não houve disponibilidade da Junta de Freguesia de Gouveia de aceitar a continuidade dos trabalhos pelos valores apresentados. Os valores apresentados eram muito superiores aos valores iniciais. Efetivamente em algumas rúbricas, não era, e sabe porquê Senhor Presidente da Junta de Freguesia? Por uma razão muito fácil e muito simples. Por exemplo, nos jardins, nas áreas jardinadas, além dos metros quadrados dos jardins, em muitos jardins que a Freguesia de

Gouveia tem, a Junta de Freguesia apenas e só está responsável por três pequeninos jardins, que é o Jaleca, Santo António e Verdinho, se me recordo, onde, nestes jardins, existem árvores, mas o que a competência refere que o que conta são as árvores que exigem poda, e por surpresa, ficámos a saber que eram os nossos serviços que faziam todas as podas desses jardins e, como a Junta de Freguesia de Gouveia, não estava disponível para fazer essas podas, evidentemente que por esse facto, não pode receber o mesmo valor. E isso foi explicado e entendido, repito e entendido, que fique bem claro, pelo Presidente da Junta de Gouveia e pelo respetivo tesoureiro que o acompanhava nas reuniões, e como é que é possível, neste momento, estar a dizer aquilo que disse? ----------

A seguir a essa reunião, onde foi falado, de salientar que foi uma reunião de três horas, Senhor Presidente, três horas. Eu lembro-me da reunião como se fosse hoje, onde foi dito tudo isto, tudo. E o Senhor Presidente, desde o primeiro momento, mostrou-se indisponível para continuar a aceitar as transferências de competências, mesmo com o aumento das verbas. Entretanto, passado isso, houve mais reuniões decorridas. Eu estive na última, no gabinete do Senhor Presidente, no início de junho. Foi depois da tal carta que referiu, em maio, que diz que supostamente não demos resposta formal; fizemos melhor: recebemo-lo presencialmente. Mas aqui é que está: a sua palavra não deve ter significado, porque é preferível escrever por carta do que falar pessoalmente. ----------

Nessa última reunião, eu até disse assim: o Senhor Presidente está aqui comigo e concorda, em pleno, com tudo aquilo que se disse e chegamos a um acordo final? Onde foi dito e lemos uma a uma das competências: gestão e manutenção dos espaços verdes, pretende manter? E o Senhor Presidente disse: não. Segunda, limpeza das vias de espaço público, pretende? Não. Mobiliário urbano? Não. Pequenas reparações nos estabelecimentos escolares, e aí o Senhor Presidente disse: esta eu quero. E eu: muito bem, continuamos. Seguinte, manutenção do espaço envolvente ao estabelecimento escolar? Não quero. E então, uma vez que, na lei, como referiram e muito bem, tem que haver um acordo entre as partes, ora, se não quer rigorosamente nada, apenas quer e só o Jardim de Infância de Gouveia, as reparações no Jardim de Infância, nem a limpeza da zona envolvente à escola pretende aceitar, não faz qualquer sentido, não querendo tudo o resto, só ficar com isto. E o Presidente da Junta disse logo: não há problema nenhum, eu entrego. Tal e qual, por estas palavras "eu entrego tudo". E então eu disse assim: mas será que agora, depois desta conversa, tem a certeza que não aceita mesmo nada? O Senhor Presidente da Câmara ainda teve este comentário: tem a certeza, Senhor

Presidente da Junta? Isto vai ser tão mau para si. E o Senhor Presidente da Junta responde: cá estarei para arcar com as consequências. Pelos vistos, não está pois não Sr. Presidente? ----------

Isto tinha que ser clarificado, porque nunca digam que eu menti. Relativamente aos caminhos que aqui foram falados, desconheço por completo. Não há qualquer acordo, escrito, nem formal, nem rigorosamente nada. Os 38 caminhos que falam que a Junta de Freguesia de Gouveia tem, não são 38, são muito mais, são da responsabilidade das Freguesia. Sim, os caminhos vicinais são da responsabilidade das Freguesias e nada têm a ver com a transferência de competências, dizem sim respeito ao fundo de financiamento de freguesias que as freguesias recebem diretamente do Estado Central. Quanto a isso que falam de acordo, desconheço. Não há nada escrito, não há rigorosamente nada sobre o assunto. ----------

Obrigada." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), para solicitar um esclarecimento à Mesa, referindo que não tinha ficado claro se existia uma resposta taxativa relativamente à recusa da receção das competências. Referiu ter tido oportunidade de solicitar ao Senhor Presidente da Junta, Jorge Pinto, a carta remetida à Câmara Municipal e, dando alguns exemplos, mencionou a gestão e manutenção dos espaços verdes. ----------

------ Interrompeu o Senhor Presidente da Mesa, questionando o Senhor Deputado João Amaro sobre a quem dirigia o pedido de esclarecimento, tendo este respondido que o dirigia à Mesa. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, tratando-se de um pedido de esclarecimento à Mesa, o mesmo teria de respeitar o disposto no Regimento, segundo o qual o pedido de esclarecimento se deveria limitar à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, questionando-o, consequentemente, sobre qual era a matéria em dúvida. ----------

------ O Senhor Deputado João Amaro esclareceu que a matéria em dúvida decorria da afirmação de que a Junta de Freguesia teria recusado taxativamente receber as competências, considerando que tal não correspondia ao que tinha sido demonstrado. Referiu, nesse sentido, que a Junta de Freguesia tinha respondido que, não havendo reapreciação por parte da Câmara Municipal e a formalização de uma nova proposta, não poderia aceitar os termos apresentados, concluindo que já tinha ficado claro que a Junta de Freguesia pretendia manter as competências. ----------

------ O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou prestado o esclarecimento solicitado, referindo que já tinha ficado claro que a Junta de

Freguesia tinha uma posição e que a Senhora Vereadora e a Câmara Municipal tinham uma posição diferente, ficando ao critério de cada membro da Assembleia avaliar qual das posições considerava subjetivamente mais idónea, tratando-se, contudo, de uma questão de juízo político. ----------

O Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao Senhor Deputado João Amaro, referindo que a sugestão de retirada da proposta tinha sido apresentada por mais do que um Senhor Deputado. Acrescentou que a Câmara Municipal já se tinha pronunciado, quer através do Senhor Vice-Presidente, quer através da Senhora Vereadora, não tendo nenhum deles manifestado a intenção de retirar a proposta, pelo que, tacitamente, se depreendia que não pretendiam fazê-lo. Assim, informou que a proposta seria submetida a votação. ---------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a proposta em discussão, tendo sido a mesma **aprovada, por maioria,** com **dezanove (19) votos a favor** por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, **quinze (15) votos contra** por parte do Grupo Municipal do PS e do Deputado Único do Partido Político Chega e **1 uma) abstenção** do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra, António de Jesus Viegas Nogueira, **relativamente à Freguesia de Gouveia, manter, no todo, as competências previstas no n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, no âmbito da intervenção do Município, termos do n.º 3, do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação**, considerando-se a mesma integralmente reproduzida e ficando arquivada na pasta respeitante a esta sessão. ----------

Não se encontrava presente na sala de sessões, no momento da votação, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego, Regina Maria Mota Nogueira. ----------

------ Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá, para apresentar uma declaração de voto, referindo, em primeiro lugar, que os dois Executivos deveriam entender-se, dialogar e optar pela melhor solução. Esclareceu que não pretendia fazer qualquer juízo de valor sobre qual das partes teria mais ou menos razão. Aproveitou, ainda, para felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra pela atitude que considerou magnífica enquanto Presidente de Junta, salientando que aquilo que não desejava de negativo para a sua Junta de Freguesia também não o desejava para qualquer outra. ----------

Ponto 9. Discussão e votação da proposta de aprovação das Estratégias de Reabilitação Urbana (ERUS) das ORUS Simples das ARUS de Aldeias, Arcozelo da Serra, Cativelos, Figueiró da

Serra, Folgosinho, Freixo da Serra, Lagarinhos, Mangualde da Serra, Melo, Nabainhos, Moimenta da Serra, Nabais, Nespereira, Novelães, Passarela, Paços da Serra, Póvoa da Rainha, Ponte Nova, Ribamondego, Rio Torto, S. Paio, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra, Vila Nova de Tazem e Vinhó.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia, tendo delegado na Senhora Veredora Daniela Oliveira. -------
------- Usou da palavra a Senhora Vereadora Daniela Oliveira, referindo que, naquele ponto, se colocava à aprovação as Estratégias de Reabilitação Urbana das ORU simples para 25 Áreas de Reabilitação Urbana do concelho de Gouveia. ----------
Referiu que aquelas Estratégias de Reabilitação Urbana constituíam, no fundo, instrumentos de valorização fiscal e que tinham como base algumas premissas muito importantes, nomeadamente a importância de apostar na reabilitação dos centros urbanos das freguesias e dos lugares apresentados, bem como o facto de essa reabilitação só ocorrer se os privados e também o Município dispusessem de ferramentas fiscais que a incentivassem. ---------
Acrescentou que, consequentemente, aquelas ferramentas fiscais contribuiriam não só para esse investimento, mas também para a fixação de população. Referiu que os benefícios fiscais decorriam de várias formas, designadamente através da dedução à coleta em sede de IRS, da tributação autónoma de mais-valias, da isenção de IMI, da isenção de IMT, da isenção de IMT na primeira transmissão do imóvel reabilitado e da aplicação da taxa reduzida de IVA de 6%, entre outros. ----------
Por fim, referiu que, quando o atual Executivo tinha tomado posse, no final de outubro, tinha assumido como prioritária a reativação daquelas Estratégias de Reabilitação Urbana, sendo essa a proposta que naquele momento era apresentada à Assembleia Municipal. ----------
------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------
------- Usou da palavra o senhor Deputado Rodrigo Pinto (PPD/PSD), proferindo o seguinte: ----------
Relativamente à proposta de aprovação da estratégia de reabilitação urbana nas freguesias do nosso concelho, a bancada do PSD vê com bons olhos a rapidez com que o município soube aproveitar este mecanismo. Trata-se de um instrumento importante para promover a reabilitação do edificado, revitalizar os nossos núcleos urbanos e criar melhores condições para que mais pessoas possam recuperar e investir a habitação

nas nossas freguesias. Esta estratégia representa uma oportunidade concreta para os proprietários e investidores beneficiarem de um conjunto de incentivos, como falou a Senhora Vereadora: a isenção temporária do IMI, a isenção do IMT em situações previstas na lei, benefícios fiscais, valorização do património e apoio técnico e administrativo prestado também pelo município nesse sentido. ----------

Num concelho como o nosso, onde existe um património edificado e significativo, que necessita de recuperação, este tipo de instrumentos pode fazer a diferença na regeneração das nossas freguesias, contribuindo para a melhor qualidade de vida das populações, para preservar a identidade das nossas localidades e incentivar, acima de tudo, a fixação de novos residentes. ----------

Esperamos agora que este mecanismo seja amplamente divulgado junto dos proprietários e que o município continue a prestar o acompanhamento necessário para que estes incentivos sejam efetivamente aproveitados. Pelas razões expostas, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta." ----------

------- Usou da palavra o senhor Deputado Armindo Bezerra (Partido Político Chega), proferindo o seguinte: ----------

A minha intervenção tem a ver com o seguinte: em Nespereira, e talvez o Senhor Presidente da Junta me possa dar essa informação, ou então a Senhora Vereadora, o mapa da ARU de Nespereira, no que diz respeito ao Bairro de Santo António, tinha um problema relativamente a dois ou três lotes. ----------

O Senhor Presidente poderá confirmar se são dois ou três, mas creio que, na altura, eram dois ou três lotes que foram vendidos e cujos proprietários fizeram lá alguns melhoramentos. No entanto, no mapa que foi apresentado, esse espaço que fica na extrema do lado poente do Bairro de Santo António em Nespereira, onde se encontram esses três lotes, não foi incluído na ARU, o que é um prejuízo enorme para as pessoas que os compraram e que fizeram lá o seu investimento. ----------

É uma faixa de terreno que fica em área agrícola e de silvopastorícia e, portanto, poderia perfeitamente ter sido integrada. Quando foi feita a discussão pública para a aprovação das estratégias, eu dei conhecimento da existência desse pormenor. ----------

Aquilo que eu pretendia era saber se, efetivamente, essa área foi incluída, isto é, se os titulares desses dois ou três lotes ficam habilitados a poder fazer a construção. Porque, se isso continua de fora, é uma penalização para essas pessoas e não sei como é que, depois, juridicamente, poderão ir

ter com a Junta e dizer: "Os senhores não incluíram esta área. E nós, como é que resolvemos agora este problema?" ----------
Portanto, é um pedido de informação à Senhora Vereadora ou, talvez, ao Senhor Presidente da Junta de Nespereira, se lhe for permitida a palavra, no sentido de me informar, para que eu também poder informar os proprietários se, efetivamente, essa situação está ou não acautelada essa situação. ----------
Muito obrigado" ----------
------ O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra à Senhora Vereadora Daniela Oliveira para se pronunciar e prestar os devidos esclarecimentos. ----------
----- Devidamente autorizada pelo senhor Presidente da Mesa, usou da palavra a Senhora Vereadora Daniela Oliveira, referindo que, relativamente àquele instrumento, importava esclarecer que a área nele incluída não dizia respeito a todas as áreas com habitações nas freguesias, uma vez que tal reverteria a lógica que está por trás dessa ferramenta. Explicou que o objetivo era criar um mecanismo de incentivo à reabilitação urbana nos centros das freguesias. ----------
Esclareceu que a intenção não era incentivar a construção ou a reabilitação fora dos centros urbanos, até porque tal implicaria uma lógica diferente, nomeadamente no que respeita à degradação dos centros urbanos e ao aumento das áreas no que diz respeito à proteção civil. Assim, a delimitação das áreas pretende criar um incentivo à reabilitação dos centros urbanos das freguesias. ----------
Relativamente aos dois ou três lotes mencionados, informou que iria confirmar a situação junto dos serviços técnicos e, posteriormente, transmitir se os mesmos tinham ou não sido contemplados. Contudo, salientou que a eventual não inclusão dos referidos lotes não significava, por si só, um prejuízo para os respetivos proprietários, uma vez que existiriam outras habitações que também não se encontravam abrangidas por aquela delimitação, à semelhança do que acontecia com outros regimes regulamentares que igualmente não abrangiam todas as situações. ----------
A título de exemplo, referiu que, relativamente aos processos de licenciamento que deram entrada nos municípios a partir de setembro de 2025, passou a ser aplicável a taxa de IVA de 6%, enquanto aos processos que deram entrada até agosto não seria aplicada essa taxa, por a lei não produzir efeitos retroativos, não significando tal que essas pessoas fossem prejudicadas, mas apenas que os benefícios seriam aplicáveis às situações abrangidas a partir daquele momento. ----------

Concluiu, reforçando que a lógica da delimitação das áreas não era prejudicar as pessoas cujos imóveis se encontrassem fora dessas áreas, mas sim beneficiar e promover a regeneração dos centros urbanos das freguesias. Informou, por fim, que iria averiguar a situação dos referidos lotes e posteriormente prestaria os esclarecimentos solicitados. ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a proposta em discussão, a referente às **Estratégias de Reabilitação Urbana (ERUs) das ORUs Simples das ARUs de Aldeias, Arcozelo da Serra, Cativelos, Figueiró da Serra, Folgosinho, Freixo da Serra, Lagarinhos, Mangualde da Serra, Melo Nabainhos, Moimenta da Serra, Nabais, Nespereira, Novelães, Passarela, Paços da Serra, Povoa da Rainha, Ponte Nova, Ribamondego, Rio Torto, S. Paio, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra, Vila Nova de Tazem e Vinhó**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, nos termos do n.º 1 do art.º 17 do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. ----------

Determinou ainda que, posteriormente à aprovação em Assembleia Municipal, a presente deliberação seja publicada em Diário da República (2.ª série), e divulgada no sítio oficial do Município e comunicada ao IHRU, de acordo com o n.º 5 do mesmo art.º 17. ----------

O senhor Deputado Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, Jorge Miguel Tavares Pinto, por se terem ausentado da Sala de sessões não participaram na votação.

Ponto 10. Discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia à Associação Cultural e Desportiva Aldeense.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem do dia, tendo delegado a apresentação das três propostas de atribuição de Medalha de Honra do Concelho na Senhora Veredora Daniela Oliveira. ----------

------- Usou da palavra a Senhora Vereadora Daniela Oliveira, começando por fazer uma pequena nota, que se aplicava, às três Medalhas de Honra que, naquele dia, a Câmara Municipal apresentava à Assembleia Municipal. Referiu que, acima de tudo, aquelas propostas pretendiam reconhecer duas dimensões muito fundamentais da vida e do concelho de Gouveia: por um lado, a força das suas instituições e, por outro, o mérito das suas pessoas. ----------

Referiu que, de um lado, seriam distinguidas duas associações centenárias que ajudaram a moldar a identidade de cada uma das suas freguesias e, do outro, um percurso académico e cívico de exceção, que projetou também o nome de Gouveia a nível nacional. Pese embora fossem realidades diferentes, eram unidas por um traço comum: a capacidade de deixar uma marca, construída com trabalho, compromisso e dedicação, e que a Câmara Municipal, através das propostas apresentadas, considerava justo distinguir.
No que concerne à Associação Cultural e Desportiva Aldeense, referiu que a mesma celebrava, naquele ano, 100 anos, 100 anos que acompanhavam a própria evolução das Aldeias e que testemunhavam a importância que o movimento associativo tinha na preservação da identidade e das tradições locais. ----------
Ao longo desses 100 anos, a Associação tinha sido muito mais do que um espaço de convívio: tinha sido uma escola de música, tinha dado vida à Tuna Progresso, ao Rancho Folclórico e ao Grupo Cénico, tinha levado o nome de Aldeias a vários pontos do país e mantido vivas expressões culturais que faziam parte da memória coletiva daquela comunidade, mas também da comunidade do concelho. ----------
Mais recentemente, soubera adaptar-se aos novos tempos, continuando a dinamizar atividades culturais, recreativas e desportivas que mobilizavam diferentes gerações. ----------
Concluiu referindo que, ao atribuir aquela Medalha de Honra, o Município pretendia prestar uma homenagem não apenas àquela instituição, mas também a todos os homens e mulheres que, ao longo daqueles 100 anos, tinham dedicado o seu tempo, o seu talento e o seu espírito voluntário a fazer da Associação Cultural e Recreativa Aldeense uma referência no associativismo no concelho de Gouveia. ----------
------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------
------- Usou da palavra o senhor Deputado Luis Brito (PPD/PSD), proferindo o seguinte: ----------
‘‘Boa tarde. ----------
Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes. ----------
Relativamente à proposta de atribuição das Medalhas de Honra do município, relativamente aos pontos 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos, começo por saudar o Centro Recreativo Cativelense e a Associação Cultural e Desportiva Aldeense, por celebrarem este ano o centenário da sua fundação. ----------

Ao longo destes 100 anos de existência, estas coletividades desempenharam um papel de enorme relevância na vida das suas comunidades, afirmando-se como verdadeiros pilares de organização social, cultural, desportiva e recreativa das respetivas freguesias. Cumpre, por isso, felicitar todos aqueles que, ao longo de várias gerações, integraram os seus órgãos sociais, todos os dirigentes, associados e colaboradores que contribuíram para que estas instituições alcançassem este notável marco histórico. ----------

Fazemos, por isso, votos de que continuem a desempenhar a sua missão com o mesmo espírito de dedicação e serviço à comunidade, desejando-lhes o maior sucesso para o futuro. É digno de registo o extraordinário património associativo do nosso concelho, cuja riqueza e vitalidade muito têm contribuído para a coesão social, para a preservação das tradições e para a promoção da participação cívica. Esperamos, por isso, que muitas outras associações gouveenses possam, no futuro, celebrar igualmente este relevante marco centenário. ----------

Adicionalmente, vem também a esta Assembleia a proposta de atribuição da Medalha de Honra a Joaquim Renato Araújo, geólogo, um nespereirense, cujo percurso académico e profissional constitui um motivo de legítimo orgulho para a comunidade gouveense. Ao longo da sua extensa e profícua carreira, distinguiu-se como docente, investigador e reitor na Universidade de Aveiro, tendo igualmente exercido as funções de presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, entre muitas outras responsabilidades de elevada relevância para o ensino superior em Portugal. Trata-se de um percurso de reconhecido mérito, de excelência, cuja distinção muito prestigia o nosso Concelho. ----------

Assim, em conformidade com a deliberação unânime da Câmara Municipal, a bancada do PSD votará favoravelmente à atribuição destas três medalhas de honra." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, agradecendo e referindo que, pela intervenção do Deputado Luís Brito, tinha percebido que este havia feito uma intervenção transversal, abrangendo as três situações. ----------

Informou que, em primeiro lugar, as propostas seriam votadas separadamente, permitindo igualmente que a discussão fosse feita separadamente, caso houvesse essa necessidade. Caso contrário, proceder-se-ia apenas à votação. ----------

De seguida, colocou à votação a proposta em discussão, tendo a Assembleia Municipal de Gouveia deliberado, **por unanimidade**, **proceder à atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia à**

Associação Cultural e Desportiva Aldeense, pelo facto de ter celebrado, em 2026, 100 anos de existência, nos termos dos artigos III e VII do Regulamento de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia.

Ponto 11. Discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia ao Centro Recreativo Cativelense.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando a Senhora Vereadora Daniela Oliveira a apresentar o ponto da ordem do dia. ----------

------- Usou da palavra a Senhora Vereadora Daniela Oliveira, referindo que, relativamente ao Centro Recreativo Cativelense, 100 anos depois da sua fundação, continuava a ser uma presença ativa na vida da sua freguesia. Referiu que esta longevidade não resultava apenas do tempo que tinha passado, mas também da capacidade que a Associação tinha tido de se reinventar. A qualidade das ações culturais que o Centro Recreativo Cativelense tinha levado a cabo e que continuaria a levar durante o decorrer daquele ano era prova não só da capacidade de se reinventar, como também da exigência com aquilo que colocava na rua. ----------

Ao longo desse percurso, o CRC tinha vindo a alargar a sua ação para responder às diferentes necessidades da freguesia. Da promoção da cultura e do desporto tinha juntado também o apoio social, a dinamização do teatro, a valorização das tradições locais e a criação de espaços dedicados à memória e ao conhecimento, como um auditório museológico e a biblioteca. ----------

Referiu que aquela Medalha de Honra reconhecia uma instituição que não se tinha limitado a preservar o que tinha recebido, tendo, antes disso, sabido criar novas respostas, envolver as sucessivas gerações e manter-se uma referência para a comunidade de Cativelos e para o Concelho de Gouveia. Concluiu referindo que era exatamente esse percurso que ali traziam e que pretendiam distinguir. ----------

------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------

------- Usou da palavra a senhora Deputada Joana Ferreira (PS), proferindo o seguinte: ----------

"Sr. Presidente da Mesa, na sua pessoa, cumprimento os presentes e aqueles que nos acompanham através das redes sociais. ----------

Tomo a palavra em nome da bancada do Partido Socialista, que votará favoravelmente à proposta de atribuição da Medalha de Honra ao Centro Recreativo Cativelense. Faço-o não apenas na qualidade de membro eleito

desta Assembleia, mas, sobretudo, como Cativelense que cresceu a vê-la fazer parte da vida da minha terra. ----------

Há instituições que marcam uma comunidade pela dimensão, outras pela riqueza do seu património. O Centro Recreativo Cativelense distingue-se por algo ainda mais valioso: pelas pessoas que uniu, pelas memórias que ajudou a construir e pelo papel que desempenhou na vida de gerações inteiras de Cativelenses. ----------

Fundado a 11 de outubro de 1926, o Centro Recreativo Cativelense não foi apenas uma associação recreativa. Foi, durante décadas, um verdadeiro polo cultural de referência numa aldeia do interior, algo notável para a época. Há 100 anos, conseguiu criar e manter uma estrutura cultural que permitiu acolher espetáculos, concertos, bailes, representações teatrais e inúmeros eventos comunitários, com uma Sala de Espetáculos própria, atualmente designada Sala de Espetáculos José Antonino Coelho, em homenagem ao seu fundador, mais conhecido pelo mestre Ti Zé Antonino, teve uma importância fulcral no contexto regional. É possível afirmar que se tratou de uma das primeiras salas de espetáculos existentes em meio rural no distrito da Guarda. Foi, seguramente, a única aldeia do concelho a dispor de um espaço desta natureza e uma das poucas do distrito com local especificamente dedicado ao teatro. O teatro foi, aliás, a sua principal marca. Não por acaso, a própria história do centro reconhece o teatro como uma tradição cultural de Cativelos, encontrando-se essa vocação expressamente consagrada nos seus estatutos. E como não recordar o teatro, tantas vezes escrito e encenado pelo emblemático mestre Ti Zé Antonino, cujas peças marcaram gerações e encheram essa sala de vida, emoção e identidade cultural. ----------

Mas nenhuma instituição se faz sozinha. Por detrás desta história estão centenas de pessoas que, ao longo de décadas, dedicaram horas, dias e anos das suas vidas ao serviço da coletividade. Quando homenageamos o Centro Recreativo Cativelense, homenageamos uma história feita de pessoas. ----------

Esta distinção não pertence apenas ao Centro Recreativo Cativelense, pertence também aos seus fundadores, que, em 1926, tiveram a visão de criar esta coletividade. Pertence a todos os presidentes e dirigentes que lhe deram continuidade. Recordo, entre outros, Arménio Amaral, Filipe Mendes, Luís Gonzaga, Fernando Silva, Zé Eugénio, Virgínia Araújo e o atual presidente, Nelo Rodrigues. Pertence aos grupos culturais e musicais, aos artistas, aos atores, aos que trabalharam nos bastidores, aos voluntários e aos sócios que tiveram viva essa casa. ----------

O Centro Recreativo Cativelense é uma história viva, é uma escola de comunidade, é um símbolo de Cativelos. Que a atribuição da Medalha de Honra seja um símbolo de reconhecimento pelo passado, de valorização do presente e de confiança no futuro. Ao Centro Recreativo Cativelense e a todos aqueles que, ao longo dos anos, contribuíram para a sua história e mantiveram vivo o coração de Cativelos, bem-hajam." ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, para prestar um pequeno esclarecimento à Senhora Deputada, referindo que, em Vila Nova de Tazem, também tinha existido uma sala de teatro. Salientou que, infelizmente, a sala de Cativelos tinha continuado em funcionamento, enquanto a de Vila Nova tinha parado, acrescentando que aquela também seria lembrada aquando das comemorações dos 100 anos. Referiu ainda que, em Tazem, também tinham existido salas de teatro. ----------

Concluiu, referindo tratar-se apenas de um esclarecimento e dando os parabéns a Cativelos. ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a proposta em discussão, tendo a Assembleia Municipal de Gouveia deliberado, **por unanimidade**, **proceder à atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia ao Centro Recreativo Cativelense,** pelo facto de celebrar em 2026, 100 anos de existência, nos termos dos artigos III e VII do Regulamento de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia. ----------

Ponto 12. Discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia a Joaquim Renato Araújo.

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando a Senhora Vereadora Daniela Oliveira a apresentar o ponto da ordem do dia. ----------

------- Usou da palavra a Senhora Vereadora Daniela Oliveira, referindo que a terceira proposta distinguia o Professor Joaquim Renato Araújo, natural de Nespereira, cujo percurso académico, científico e de serviço público constituía um dos mais notáveis exemplos de excelência ligados ao Concelho de Gouveia. ----------

Referiu que, geólogo de formação e professor catedrático, tinha integrado a primeira equipa fundadora da Universidade de Aveiro, onde viria mais tarde a assumir funções de reitor, desempenhando um papel determinante na consolidação e afirmação de uma instituição que era hoje uma referência nacional e internacional no ensino superior e na investigação. ----------

Paralelamente, tinha exercido relevantes funções em organismos ligados à ciência, à educação e à política científica, contribuindo para o desenvolvimento do ensino superior português. ----------

Referiu que aquela Medalha de Honra reconhecia um percurso construído através do conhecimento, da visão e do serviço público, um percurso que tinha projetado o nome de Gouveia muito para além das suas fronteiras e que demonstrava como o talento, quando aliado ao compromisso e à exigência técnica e científica, podia deixar um legado duradouro para o país e para a comunidade académica. ----------

------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Deputado João Amaro (PS), que iniciou a sua intervenção referindo que eram, obviamente, favoráveis àquela proposta e às outras propostas, querendo apenas deixar um registo, uma nota pessoal, em relação ao Professor Renato Araújo, tendo prosseguido com a sua intervenção, tecendo as seguintes considerações: ----------

"Eu conheci o professor Renato Araújo há 40 anos atrás, era ele reitor da Universidade de Aveiro, em 1989, quando, nesse ano, aqui em Gouveia, se estava a tentar consolidar uma das maiores conquistas da juventude do meu tempo, que foi a criação da Rádio Local, na altura a Rádio Antena Livre de Gouveia. Era necessário, aquando do processo de candidaturas, porque houve concurso para as frequências em 1989, apresentar um projeto composto por várias especialidades, desde estudos económicos. Nem imaginam o que foi isto. Um dos estudos requeridos era precisamente o estudo radioelétrico do espectro radioelétrico, que permitia depois a transmissão da frequência, a potência, etc. ----------

Isso era trabalho, bem entendido, e nós estávamos aqui um pouco às aranhas, até porque era uma especialidade nova. Alguém nos avisou de que o melhor caminho que tínhamos a seguir era falar com especialistas, engenheiros radioelétricos ou de telecomunicações. Os melhores estavam na Universidade de Aveiro, até porque era uma universidade ainda debutante e que, na altura, era a única que lecionava este tipo de formação. ----------

Foi então que tive a oportunidade de falar com o professor doutor Renato Araújo, para nos tentar "desenrascar" desta dificuldade que tínhamos. O registo é este, e o agradecimento mantém-se. Foi logo de imediato que nos pôs em contacto com dois professores, grandes especialistas sobre a matéria, e que nos fizeram um trabalho exemplar e, ainda por cima, a custo zero. ----------

Portanto, era esta nota pessoal que eu queria deixar, da forma como conheci o professor doutor Renato Araújo e da forma como ele nos ajudou, nos apoiou a concretizar um dos projetos mais bonitos que Gouveia teve ao longo destes anos. Já agora, a talhe de foice, as primeiras emissões piratas foram em 1986, a legalização foi em 1989. Faz, em agosto, precisamente, 40 anos. Foram tempos inolvidáveis. ----------

Muito obrigado." ----------

------ Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a proposta em discussão, tendo a Assembleia Municipal de Gouveia deliberado, **por unanimidade**, **proceder à atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia a Joaquim Renato Araújo,** pelo seu percurso académico e profissional de exceção, pela reconhecida dedicação ao ensino superior e à investigação científica, bem como pelo prestígio e notoriedade que conferiu ao concelho de Gouveia através da sua ação enquanto docente, investigador e Reitor da Universidade de Aveiro, nos termos dos artigos III e VII do Regulamento de Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Gouveia. ----------

Ponto 13. Apreciação das seguintes Informações do Senhor Presidente da Câmara:

I. Informação acerca da Atividade da Câmara

II. Informação dos Serviços Externos

III. Informação da Situação Financeira

------- Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade da Câmara Municipal, informação dos Serviços Externos e informação da Situação Financeira, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice-Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, declarando não ter nada a acrescentar. ----------

------- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se verificando nenhuma intervenção. ----------

------- **Apreciou a Assembleia e, consequentemente, tomou conhecimento das informações em apreço.** ----------

------- **Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações referentes aos Pontos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da**

presente "Ordem do Dia" de modo a produzir efeitos imediatos e executórios. ----------

- - - - Não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a reunião, pelas vinte horas e vinte e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, nos termos do n.º 1, do Art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual será submetida à aprovação na reunião seguinte, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo, sendo assinada, após aprovação, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e pela 1.ª Secretária da Mesa.----------

O Presidente da Assembleia Municipal

(Carlos Peixoto)

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,
em regime de substituição

(Ana Luísa Cardoso Ribeiro)